



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - N° 081 - TERÇA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1 ^a - Serys Slhessarenko – PT-MT 2 ^º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3 ^º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4 ^º - Aelton Freitas – PL-MG
---	--

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) - 17 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾
LÍDER DO PMR- 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leonmar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 64^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE MAIO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 153, de 2006 (nº 379/2006, na origem), de 17 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *José Henrique Coelho Sadok de Sá* para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT..... 17548

Nº 154, de 2006 (nº 380/2006, na origem), de 17 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Luiz Fernando de Pádua Fonseca* para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. 17551

Nº 149, de 2006 (nº 369/2006, na origem), de 16 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Pedro Motta Pinto Coelho*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.... 17556

Nº 150, de 2006 (nº 370/2006, na origem), de 16 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Haroldo Teixeira Valladão Filho*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia..... 17567

Nº 151, de 2006 (nº 371/2006, na origem), de 16 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora *Marília Sardenberg Zelner Gonçalves*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Tunísia. 17571

Nº 152, de 2006 (nº 376/2006, na origem), de 16 do corrente, solicitando a retirada da indicação do Senhor *José Carlos Barth* para exercer o cargo

de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC..... 17587

Nº 146, de 2006 (nº 351/2006, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla, sancionado e transformado na Lei nº 11.303, de 11 de maio de 2006..... 17587

Nº 147, de 2006 (nº 352/2006, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado, sancionado e transformado na Lei nº 11.304, de 11 de maio de 2006..... 17587

Nº 148, de 2006 (nº 353/2006, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2003 (nº 1.480/99, na Casa de origem), que denomina “*Viaduto Jefferson Cavalcanti Tricano*” o viaduto no quilômetro 82 da rodovia BR-116, na cidade de Teresópolis – RJ, sancionado e transformado na Lei nº 11.305, de 11 de maio de 2006. 17587

1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 51/2006, de 28 de abril último, do Ministro da Previdência Social, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.062, de 2005, do Senador Luiz Otávio. 17587

Nº 89/2006, de 12 do corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 22, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros. 17587

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras

providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.....

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas, aprovado terminativamente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR ALVARO DIAS – Importância dos investimentos em infra-estrutura. Crise por que passa o Porto de Paranaguá, no Paraná.....

SENADOR PAPALÉO PAES – Balanço dos primeiros quatro anos do mandato de S. Ex^a no Senado Federal.....

SENADOR GILVAM BORGES – Princípios fundamentais que orientam as ações dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA) para a agricultura familiar.....

SENADORA IDELI SALVATTI – Justificação de requerimento de voto de aplauso à CNBB, pela realização do 15º Congresso Eucarístico Nacional, na cidade de Florianópolis. Comentário sobre iniciativa do Presidente Lula de repasse de recursos ao Programa Saneamento para todos.

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 593, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pela realização do 15º Congresso Eucarístico Nacional, nos dias 20 e 21 últimos, em Florianópolis/SC.....

1.2.6 – Mensagem do Presidente da República

Nº 155, de 2006 (nº 298/2006, na origem), de 27 de abril último, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. Fernando Antonio Brito Fialho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. ..

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALMIR AMARAL – Visita ao Brasil da Presidenta do Chile, Sra. Michelle Bachelet, e apelo ao Itamaraty no sentido de que intensifique os contatos e as negociações para que o Chile venha a participar do Mercosul.....

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “*Sob Lula, doações ao Instituto Cidadania atingem R\$ 2,5 mi*”, de autoria de Fábio Zanini, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 15 do corrente.

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “*CPI vai denunciar*

17587

motivação política em assassinato de Daniel”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 3 do corrente.....

17602

17588

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do artigo intitulado “*Um retrocesso do PT*”, de autoria do professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Aldo Fornazieri, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 27 de abril último.

17603

17588

SENADOR PAPALÉO PAES – Comentários sobre a matéria intitulada “*Parlamentar ficava com até 15% de emenda liberada, diz assessora*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 10 do corrente.....

17604

17590

SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA – Comentários sobre a matéria intitulada “*TCU fará devassa em contratos do governo após denúncia de ex-petista*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 8 do corrente.

17605

17592

SENADOR LUIZ PONTES – Registro da matéria intitulada “*Os fantasmas de Marta*”, publicada na revista **IstoÉ**, edição de 10 do corrente.....

17606

17594

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro nos Anais do Senado, do editorial publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 30 de abril último, intitulado “*Diplomacia sem devaneios*”.....

17608

17596

SENADOR ALVARO DIAS – Registro do editorial “*A crise exposta do Mercosul*”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**; comentários sobre o artigo “*Diretrizes para uma política industrial*”, publicado no jornal **Gazeta Mercantil**, de autoria do Diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho; e transcrição do artigo “*O crime organizado*”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de autoria do advogado Ives Gandra da Silva Martins, todas as matérias do dia 22 do mês em curso.

17609

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 23, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....

17613

1.3 – ENCERRAMENTO

2 DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Senador Marco Maciel, proferido na sessão do dia 18-5-2006.

17616

Do Senador Arthur Virgílio, proferido na sessão do dia 19-5-2006.

17618

Do Senador Arthur Virgílio, como Líder, proferido na sessão do dia 19-5-2006.

17622

3 AGENDA CUMPRIDA PELO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 22-5-2006

4 – CONVÉNIO

Nº 12/2006, entre o Senado Federal e o Banco Itaú S/A.

17

5 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERALN^os 118 e 120, de 2006. 17630**6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**N^os 892 a 903, de 2006. 17631N^os 905 a 910, de 2006. 17638**SENADO FEDERAL****7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 52^a LEGISLATURA**

8 – SECRETARIA DE COMISSÕES

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****17 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****18 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****19 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

Ata da 64^a Sessão Não Deliberativa, em 22 de maio de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes e Alvaro Dias

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 153, DE 2006

(Nº 379/06, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com os arts. 85 e 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com redação dada pelas Medidas Provisórias nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e nº 283, de 23 de fevereiro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor José Henrique Coelho Sadok de Sá para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Brasília, 17 de maio de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

CURRICULUM VITAE

1. DADOS PESSOAIS

NOME:

José Henrique Coelho Sadok de Sá

Estado Civil:

Divorciado

Data de Nascimento:

22 de dezembro de 1947

Naturalidade:

Rio de Janeiro – RJ

Nacionalidade:

Brasileira

Filiação:

José Coelho Sadok de Sá

Maria Clementina Coelho Sadok de Sá

Endereço:

Quadra 03/3 conjunto C casa 4 Rua 303

Condomínio Quintas do Sol – Iago Sul

Telefone:

3339-2605

CEP:

71.680-370

2. IDENTIFICAÇÃO

Carteira de Identidade: 08789082 – 8 IFP/RJ – Exp. 19/10/88
Título de Eleitor: 192128303/61 Zona: 019 Seção 030
CPF: 160.199.387-00
Carteira de Trabalho: 68.247 - série: 00260

3. TÍTULOS ACADÉMICOS***3.1 - Graduação***

- Engenheiro Civil UFRJ/1973

3.2 - Pós Graduação

- Curso de Pós-Graduação, Jerônimo Monteiro Filho - Especialidade Transportes /UFRJ

3.3 - Curso de aperfeiçoamento e extensão

- Curso de Engenharia em Segurança e Higiene do Trabalho - UFRJ

4. ESTÁGIOS E VISITAS TÉCNICAS***4.1 - Estágio***

- DNER - 1968 a 1970 - Projetos e Obras
- Operação Mauá - 1969 /Construção;
- Concessões Rodoviárias - 1993/Argentina

4.2 - Visitas Técnicas

- Várias Obras Rodoviárias e de Engenharia Civil;
- Visitas técnicas sobre rodovias à Itália, França, Suíça, Alemanha, Suécia, Holanda, Bélgica, Inglaterra, E.U.A e África do Sul.

5. ATIVIDADES DIDÁTICAS

- Aulas e Palestras sobre Transporte em vários Cursos de Extensão.

6. ATIVIDADES TÉCNICO-CIENTÍFICAS***6.1 - Trabalhos Publicados***

- Participação em manuais relacionados com atividades de Transporte;
- Trânsito Rodoviário - Sinalização, Projetos, Educação de Trânsito, Defensas, Pontos Negros e Cargas Excepcionais;
- Plano de Diretor Pesagem;
- Plano Diretor de Transportes.
- Código de Trânsito Brasileiro

6.2 - Programa de Concessões de Rodovias Federais - PROCROFE

- Elaboração de Editais de Licitação;
- Coordenação do Programa de Concessões de Rodovias Federais: Ponte Rio-Niterói, Rodovia Presidente Dutra, Ponte Rio-Petrópolis, Rodovia Rio-Teresópolis, Rodovia Osório-Porto Alegre;

6.3 - Congressos, Símpios, etc.

- 6^a e 7^a Reunião de Técnicos de Trânsito (Aracaju, Florianópolis e Vitória);
- 1^o Congresso de Trânsito Rodoviário (Rio de Janeiro);
- 1^o Reunião de Técnicos de Manutenção Rodoviária (Fortaleza);
- Reuniões com Países do Cone Sul sobre Transportes; (Argentina, Bolívia, Uruguai);
- Várias Reuniões com Departamentos Estaduais de Trânsito (DETRAN's) e Departamentos Estaduais de Rodovias (DER's).
- Viagens a serviço para Europa (Itália, França, Inglaterra, Suíça, Bélgica, Holanda);
- Viagens a serviço para EUA-Negociações de contratos com BIRD e BID.

7. ATIVIDADES PROFISSIONAIS**7.1 - Cargos e Funções**

- Chefe do Serviço de Sinalização da DECT/DNER: 1971 a 1975;
- Substituto do Chefe da Divisão de Engenharia e Controle de Trânsito/DNER: 1975;
- Chefe da Divisão de Engenharia e Segurança de Trânsito/DNER: 1985;
- Chefe da Divisão de Registro de Passageiros do DNER: 1985 a 1987;
- Substituto do Diretor da Diretoria de Transportes de Passageiros do DNER: 1986 a 1987;
- Chefe da Divisão de Engenharia de Segurança de Trânsito do DNER: 1987 a 1990;
- Substituto do Diretor da Diretoria de Trânsito do DNER: 1989 a 1990;
- Coordenador Técnico de Engenharia do DNER: maio/1990 a 1991;
- Chefe de Divisão de Controle Operacional: junho/1991 a junho 1993;
- Coordenador Geral de Planejamento Setorial/SAG/MT: 1º de junho de 1993 à 22 de dezembro de 1995);
- Membro do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN/RJ: maio de 1992 a 20 de setembro de 1995;
- Coordenador Geral de Articulação e Acompanhamento do Departamento de Logística de Transportes da Secretaria de Desenvolvimento: 22 de dezembro de 1995 a 20 de setembro de 1996);
- Assessor da Secretaria de Desenvolvimento: 20 de setembro de 1996 a 08 de novembro de 1996;
- Coordenação Técnica do Programa de Concessões de rodovias Federais – PROCROFE;

- Assessor de Planejamento do DNER em 8 de novembro de 1996 Coordenador do Programa de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais no Contrato Internacional com BID e BIRD ;
- Chefe da Assessoria Técnica do DNER em 10 de março de 1999;
- Assessor do Diretor Geral do DNER, no ano de 2000;
- Gerente do Corredor Sudoeste – Programa Avança Brasil, no ano de 2000 e 2001;
- Diretor de Obras e Operações do DER/RR em 04.07.2001 até julho de 2002
- Chefe de Gabinete do DNIT em dezembro de 2002 até a presente data..

8. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Atividades relacionadas à projetos, Construção e Manutenção de Estradas;
- Atividades relacionadas à Engenharia e Segurança de Trânsito;
- Serviços de Consultoria à Companhia Metropolitana do Rio de Janeiro;
- Atividades relacionadas à Transporte Rodoviário;
- Atividades relacionadas à Gerenciamento do Sistema de Transportes;
- Atividades relacionadas com a Operação de Rodovias;
- Atividades relacionadas com Concessão de Rodovias;
- Atividades relacionadas com Construção, Manutenção e Restauração de Rodovias.

Aviso nº 553 – C.Civil

Brasília, 17 de maio de 2006

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor José Herinque Coelho Sadok de Sá para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

MENSAGEM Nº 154, DE 2006

(Nº 380/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinando com os arts. 85 e 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com redação dada pelas Medidas Provisórias nº 2.217-3, de 4 setembro de 2001, e nº 283, de 23 de fevereiro de 2006, submete à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Luiz Fernando de Pádua Fonseca para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Brasília, 17 de maio de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

CURRÍCULUM VITAE

NOME: LUIZ FERNANDO DE PÁDUA FONSECA

ENDEREÇO: Condomínio Parque e Jardim das Paineiras, Quadra n.º 3, Casa 29 – Bairro Jardim Botânico - ESAF – Lago Sul/DF - CEP: 71.680-350 Tel.: 61.427-3465 e Cel.: 61.9982.9614

FORMAÇÃO: Engenharia Civil pelas Faculdades Integradas de Uberaba/MG - Graduação: Julho/1985
Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Regulação, Defesa da Concorrência e Concessões pela Fundação Getúlio Vargas em 1999.
Pós-Graduação em Engenharia de Custos pela Universidade Federal Fluminense, andamento e previsão de conclusão em maio/2006.

ESTADO CIVIL: Casado

IDADE: 44 anos

RESUMO DAS QUALIFICAÇÕES

- Experiência em Regulação e Fiscalização de Concessão de Serviço Público de Transportes Ferroviários;
- Experiência em Armazenagem, Movimentação e Operação de Terminais de Carga Portuários e Ferroviários;
- Experiência em processo de Desestatização de Empresa Estatal (RFFSA);
- Experiência na elaboração de Editais de Licitações (carta convite, tomada de preços e concorrência pública) promovidas por Empresas Estatais e Órgãos Governamentais. Conhecimento da Lei de Licitações n.º 8666;
- Experiência em Operação de Portos e Ferrovias;
- Experiência em Estudos e Projetos Portuários e Ferroviários (Execução, Acompanhamento, Analise e Gerenciamento);
- Experiência em Projetos de Edificações com até 3 pavimentos (Execução, Acompanhamento e Gerenciamento) ;
- Experiência em reforma predial (Estruturais e Instalações Prediais);
- Experiência em projeto e fabricação de Artefatos de Concreto e Lajes Pré-Fabricados de Concreto Armado;
- Experiência na execução de obras portuárias e ferroviárias;
- Experiência na Fiscalização e Controle de Concessionárias do Serviço Público de Transportes Ferroviários;
- Experiência em Gestão Ambiental de Projetos Ferroviários;
- Experiência no acompanhamento e fiscalização de Contratos e Convênios de obras e serviços, celebrados no âmbito do Governo Federal. Conhecimento da Instrução Normativa n.º 1 da Secretaria do Tesouro Nacional e da Lei de Responsabilidade Fiscal; e
- Usuário de Informática Ambiente Windows - Word.

PARTICIPAÇÕES EM CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO, FISCAIS E OUTROS

- Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Complexo Portuário de SUAPE, no Estado de Pernambuco;
- Presidente do Conselho de Autoridade Portuária da Sociedade de Navegação Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas (Porto de Manaus);
- Suplente do Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul;
- Suplente do Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Ilhéus; e
- Suplente do Presidente do Conselho de Fiscal da VALEC – Engenharia, Construção e Ferrovias S.A.

PARTICIPAÇÕES EM SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E ENCONTROS

- II Encontro Nacional de Engenharia Portuária, em Salvador-BA/1987;

- I INTERCON – 1º Intercâmbio Técnico de Terminais de Contêineres, em Rio Grande-RS/1897, ministrado pelo Centro de Treinamento Portuário da Empresa de Portos do Brasil S.A. -PORTOBRÁS;
- Curso de Treinamento para Manutenção e Operação de Equipamentos eletromecânicos do Porto de Vila do Conde, em Barcarena-PA, período de setembro a agosto/1985, ministrado pelo Consórcio FILSAN/BBC (Brown Boveri), responsável pela instalação dos equipamentos;
- Curso de Treinamento em relações Humanas, em agosto/1985, ministrado pelo Centro de Treinamento Portuário da Empresa de Portos do Brasil S.A. - PORTOBRÁS;
- Curso de Extensão em "Parcerias Público-Privadas: Aplicação a Infra-Estrutura de Transportes", ministrado pelo Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes – CEFTRU da Universidade de Brasília, no período de 15/04 a 31/05/2004.
- Seminário em Licitação para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia, ministrado pela Zênite Informação e Consultoria em Administração Pública Ltda, no período de 23 a 25/08/2004.
- Curso de Memorização e Leitura Dinâmica, ministrado pelo Prof. Espedito Oliveira da TRAINER- Consultoria e Treinamento, em abril/2005.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

CARGO: Coordenador Geral Ferroviário da Diretoria de Infra-Estrutura Terrestre do DNIT.

Engenheiro III da Cia. Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, empresa vinculada ao Ministério dos Transportes – Requisitado.

PERÍODO: desde de maio/2005.

Apoio técnico às atividades da Diretoria de Infra-Estrutura Terrestre no desenvolvimento das suas funções, consistindo em:

- Investimentos em obras e serviços na malha do sistema ferroviário nacional, executados com recursos financeiros do Governo Federal, no tocante ao exame, elaboração e aprovação de projetos, execução e acompanhamento de obras e outras atividades de natureza técnica.
- Revisão e aprovação dos relatórios da fiscalização local das obras, bem como, das empresas contratadas.
- Elaboração e ou exame dos contratos e aditivos das obras em execução, assim como revisão e aprovação das medições recebidas das fiscalizações locais.
- Acompanhamento e controle das execução física das obras em execução.
- Celebração, acompanhamento e fiscalização dos Convênios de projetos e obras de engenharia ferroviária, implementadas no âmbito da Diretoria Infra-Estrutura Terrestre, executadas com o apoio financeiro da União, nos termos da Instrução Normativa n.º 1 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

SECRETARIA DE POLÍTICA NACIONAL DE TRANSPORTES - SPNT

CARGO: Assistente Técnico da Diretoria de Relações Institucionais – DERIN (DAS 102.1).

Engenheiro Civil III da Cia. Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, empresa vinculada ao Ministério dos Transportes – Requisitado.

PERÍODO: desde de outubro/2004.

Apoio técnico as atividades da Secretaria no desenvolvimento das funções do Departamento de Relações Institucionais, consistindo em:

- Coordenação do processo de articulação das políticas de transportes; e
- Articulação das parcerias com o setor público e privado, objetivando viabilizar a implementação dos empreendimentos necessários ao desenvolvimento do setor de transportes.

VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERRÓVIAS S.A.**CARGO:** Superintendente de Projetos da Diretoria de Engenharia da VALEC.

Engenheiro III da Cia. Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, empresa vinculada ao Ministério dos Transportes – Requisitado.

PERÍODO: junho/2003 à Outubro/2004.

Apoio técnico às atividades da VALEC no desenvolvimento das funções da Diretoria de Engenharia, consistindo em:

- Atendimento às Condições Específicas contidas nas Licenças Ambientais (LP, LI e LO) da Ferrovia Norte Sul;
- Implantação da Política Ambiental e dos Planos Básicos Ambientais da Ferrovia Norte Sul;
- Execução, Acompanhamento, Análise e Gerenciamento dos Estudos e Projetos Básicos e Executivos de Engenharia da Ferrovia Norte Sul; e
- Acompanhamento da execução dos serviços de levantamento, monitoramento e salvamento arqueológico nos trechos da Ferrovia Norte Sul.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES****CARGO:** Coordenador de Execução de Obras da Diretoria de Infra-Estrutura Aquaviária do DNIT.

Engenheiro III da Cia. Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, empresa vinculada ao Ministério dos Transportes – Requisitado.

PERÍODO: abril/2002 a junho/2003.

Apoio técnico às atividades da Diretoria de Infra-Estrutura Aquaviária no desenvolvimento das funções da Gerência de Portos Marítimos, consistindo em:

- Investimentos em obras e serviços portuários nos portos organizados, executados com recursos financeiros do Governo Federal, no tocante ao exame, elaboração e aprovação de projetos, execução e acompanhamento de obras e outras atividades de natureza técnica.
- Revisão e aprovação dos relatórios da fiscalização local das obras, bem como, das empresas contratadas.
- Elaboração e ou exame dos contratos e aditivos das obras em execução, assim como revisão e aprovação das medições recebidas das fiscalizações locais.
- Acompanhamento da execução física das obras em execução.
- Celebração, acompanhamento e fiscalização dos Convênios de projetos e obras de engenharia, implementadas no âmbito da Diretoria Infra-Estrutura Aquaviária, executadas com o apoio financeiro da União, nos termos da Instrução Normativa n.º 1 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**SECRETARIA DE TRANSPORTES TERRESTRES – STT****CARGO:** Chefe de Divisão do Departamento de Transportes Ferroviários – DTF.

Engenheiro II da Cia. Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, empresa vinculada ao Ministério dos Transportes – Requisitado.

PERÍODO: novembro/1995 a abril/2002

Apoio técnico às atividades da Secretaria de Transportes Terrestres no desenvolvimento das funções do Departamento de Transportes Ferroviários – DTF, consistindo em:

- Fiscalização e Controle dos Serviços Prestados pelas Concessionárias do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas nas Áreas de Operação e Engenharia, para continuidade e regularidade na execução das obras e serviços.
- Desenvolvimento e implantação do Sistema de Acompanhamento das Concessões Ferroviárias do país.

- Elaboração de Normas Complementares disciplinando Aspectos Específicos das Atividades das Empresas Ferroviárias.
- Planejamento, proposta e aprovação de investimentos em novas construções na malha ferroviária e acompanhamento dos respectivos cronogramas físico-financeiros dos recursos alocados pela União.
- Acompanhamento e fiscalização dos projetos e obras de engenharia, implementadas no âmbito do transporte ferroviário, executados com o apoio financeiro da União, nos termos da Instrução Normativa n.º 1 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.
- Inspeções técnicas para abertura ao tráfego público das obras ferroviárias.
- Análise técnica dos processos de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação.
- Elaboração de editais de licitação para concessão do serviço público de transporte ferroviário, negociação de condições contratuais e resolução de pendências.

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – STA**

CARGO: Engenheiro II da Cia. Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, empresa vinculada ao Ministério dos Transportes – Requisitado.

PERÍODO: julho/1990 a novembro/1995

Apoio técnico às atividades da Secretaria de Transportes Aquaviários no desenvolvimento das funções do Departamento de Portos – DP, consistindo em:

- Avaliação e acompanhamento dos investimentos em obras, serviços e equipamentos portuários nos portos organizados, executados com a participação financeira do Governo Federal, no tocante ao exame e aprovação de projetos, cronogramas e outros documentos de natureza técnica das obras.
- Revisão e aprovação dos relatórios da fiscalização local das obras, bem como, das empresas contratadas.
- Elaboração e ou exame dos contratos e aditivos das obras em execução, assim com, revisão e aprovação das medições recebidas das fiscalizações locais.
- Acompanhamento da execução física das obras em execução.

EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S.A. - PORTOBRÁS

CARGO: Engenheiro de Portos e Vias Navegáveis

PERÍODO: maio/1897 a julho/1990

- Elaboração de editais de licitação para aquisição de equipamentos portuários, negociação de condições contratuais e resolução de pendências.
- Elaboração e ou exame dos contratos e aditivos dos fornecimentos em execução, assim com, revisão e aprovação dos eventos medidos pelas fiscalizações locais.
- Supervisão e acompanhamento da execução física dos fornecimentos contratados.

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP**CARGO:** Engenheiro de Portos e Vias Navegáveis**PERÍODO:** janeiro/1986 a maio/1987

- Coordenação do Setor de Operações do Complexo Portuário de Vila do Conde, Município de Barcarena, no Estado do Pará. Supervisão das operações de carga geral e granéis sólidos no porto, bem como, da manutenção mecânica do sistema de transportadores de correia do porto.

ECOPLAN – Engenharia, Consultoria e Projetos Ltda.**CARGO:** Engenheiro Civil**PERÍODO:** setembro/1985 a janeiro/1986

- Acompanhamento dos projetos e supervisão das obras civis de cais e do sistema eletromecânico do Complexo Portuário de Vila do Conde.

F.F. ENGENHARIA Ltda.**CARGO:** Sócio com Cotas de Participação na Empresa**PERÍODO:** junho/1987 a fevereiro/2002.

- Fabricação de artefatos de concreto e lajes pré-fabricadas de concreto armado, no sistema convencional e treliçado.
- Comércio de Materiais de Construção.
- Reforma Predial (Estruturais e Instalações) em diversas edificações do Plano Piloto/DF.
- Projetos de Edificações com até 3 pavimentos (Execução, Acompanhamento e Gerenciamento).

Brasília, 11 de abril de 2006



Luiz Fernando de Pádua Fonseca
Engenheiro Civil

Aviso nº 552 – C. Civil

Brasília, 17 de maio de 2006

Senhor Primeiro do Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Luiz Fernando de Pádua Fonseca para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Papaleo Paes. PSDB – AP) – As matérias vão à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 149, DE 2006

(Nº 369/06, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52 inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, em como no art. 59 do anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

Os méritos do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de maio de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 163/DP/AFEPA/G – MRE – APES

Brasília, 8 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência anexa minuta de Mensagem ao Senado

Federal destinada à indicação do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

2. Encaminho, igualmente, anexos, informações sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PEDRO MOTTA PINTO COELHO

CPF.: 14653265100

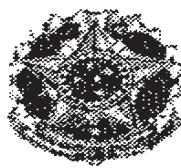
ID.: 5115 MRE/DF

- 1946 Filho de Luiz Pinto Coelho e Maria do Carmo Motta, nasce em 28 de maio, em Santa Bárbara/ MG
- 1972 CPCD - IRBr
- 1973 Terceiro Secretário em 6 de fevereiro
- 1973 Divisão das Nações Unidas, assistente
- 1975 Direito pela UFMG/MG e CEUB/DF
- 1975 Embaixada em Washington, Terceiro, Segundo e Primeiro Secretário
- 1976 Segundo Secretário, por merecimento, em 20 de dezembro
- 1979 Ciências Humanas pela George Washington University, Washington D.C., EUA
- 1979 Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro
- 1980 Embaixada em Assunção, Primeiro Secretário
- 1981 Mestre em Ciência Política pela Georgetown University, Washington D.C., EUA
- 1984 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, Chefe, substituto
- 1984 Divisão das Nações Unidas, Assistente.
- 1985 Divisão do Mar, do Espaço e da Antártida, Chefe, substituto
- 1985 XIII Reunião do Comitê Científico da Comissão Internacional da Baleia, Bournemouth, Chefe de delegação
- 1985 IV Operação Antártica, Antártida, Chefe de delegação
- 1985 Departamento de Organismos Internacionais, assessor
- 1986 Centro de Documentação, Chefe, substituto
- 1986 Conselheiro, por merecimento, em 17 de dezembro
- 1987 Centro de Documentação, Chefe
- 1987 Divisão de América Meridional II, Chefe
- 1987 I Reunião da Comissão Mista Brasil-Colômbia de Cooperação Amazônica, Leticia, Chefe de delegação

- 1987 Ordem Francisco Miranda, Venezuela, Oficial
- 1988 I Reunião da Comissão Executiva do Plano-Modelo de Desenvolvimento Integrado das Comunidades Vizinhas ao Eixo Tabatinga -Apaporis, Bogotá, Chefe de delegação
- 1988 II Reunião da Comissão Executiva do PAT, Manaus, Chefe de delegação
- 1988 III Reunião da Comissão Executiva do PAT, Brasília, Chefe de delegação
- 1988 I Reunião da Subcomissão de Cooperação Fronteiriça da Comissão Mista Brasil-Peru de Cooperação Amazônica, Rio Branco, Chefe de delegação
- 1988 II Reunião da Comissão Mista Brasil-Suriname, Brasília, Chefe de delegação
- 1988 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
- 1988 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
- 1989 I Reunião da Comissão Executiva do Plano-modelo de Desenvolvimento Integrado das Comunidades Vizinhas à Fronteira Brasil -Peru, a ter início por Inapari, Assis Brasil, Lima, Chefe de delegação
- 1989 II Reunião da Comissão Mista Brasil-Peru de Cooperação Amazônica, Lima, Chefe de delegação
- 1989 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro
- 1989 GATT-Rodada Uruguai; GT sobre Serviços; GT sobre Investimentos; e GT sobre Propriedade Intelectual, Chefe das delegações
- 1989 Fundo Multilateral para o Meio-Ambiente, Comitê Executivo, reuniões de Genebra, Roma, Nairobi, Abidjan e Washington, Chefe de delegação
- 1991 Convenção de Viena sobre a Camada de Ozônio, Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, Comitê Executivo, Genebra, Chefe de delegação
- 1992 Convenção sobre Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos, Convenção de Basileia, Comitê Técnico, Genebra, Chefe de delegação
- 1992 CAE - IRBr, Fronteiras na Amazônia - Um espaço Integrado
- 1992 Fronteiras na Amazônia - Um espaço Integrado, IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília
- 1992 Divisão do Meio Ambiente, Chefe
- 1993 Ordem Rio Branco, Brasil, Comendador
- 1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 15 de dezembro
- 1994 Embaixada em Buenos Aires, Ministro-Conselheiro
- 1994 O Tratamento Multilateral do Meio Ambiente:Ensaio de um Novo Espaço Ideológico, in Temas de Política Externa Brasileira II, Paz e Terra, São Paulo, Versão integral em "Cadernos do IPRI", n. 18, Brasília
- 1997 "Repensando el Mercosur:Brasil-Argentina y una nueva sociedad política", in Archivos del Presente, Año 3, n.9, Buenos Aires

- 1998 Relações Brasil-Argentina e o Mercosul: uma visão geo-econômica da integração, in Política Externa, Vol.7,n.1,Paz e Terra, São Paulo
- 1998 Ordem San Martín, Argentina, Gran-Oficial
- 1999 Consulado-Geral em Lisboa, Cônsul-Geral
- 2000 Observações sobre a visão argentina da política internacional de 1945 até hoje, in Argentina-Visões Brasileiras, Samuel Pinheiro Guimarães, org., IPRI-CAPES, Brasília
- 2001 Departamento da África e Oriente Próximo, Diretor-Geral
- 2001 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande-Oficial
- 2003 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 16 de junho
- 2003 Departamento da África, Diretor

Claudia D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política (SGAP-II)
Departamento do Oriente Médio e Ásia Central (DOMA)
Divisão do Oriente Médio I (DOM I)

MENSAGEM AO CONGRESSO
ISRAEL

ISRAEL - DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estado de Israel
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	República Unitária
ÁREA	7.400 km ²
POPULAÇÃO	6,7 milhões
COMPOSIÇÃO ÉTNICA E RELIGIOSA	5,4 milhões de israelenses são de confissão judaica (81% da população). Desde a proclamação do Estado de Israel em 1948, o país recebeu 3 milhões de imigrantes judeus ("olim"), de diferentes origens, entre os quais quase um milhão da antiga URSS, sobretudo russos, na década de 90. Os "sabras", judeus nascidos em Israel, hoje constituem a maioria da população. Os 1,3 milhões de israelenses não-judeus (cerca de 20% da população) são em sua maioria, árabes e muçulmanos.
DATA NACIONAL	3 de maio (Independência de Israel)
PIB (2005)	US\$ 140,1 bilhões
PIB/capita	US\$ 22.300
UNIDADE MONETÁRIA	Novo Shekel Israelense (NIS)
CHEFE DE ESTADO E CHEFE DE GOVERNO	Presidente Moshe Katsav Primeiro-Ministro Ehud Olmert
MINISTRA DE RELAÇÕES EXTERIORES	Tzipi Livni
MAIORES CIDADES	Jerusalém, Tel Aviv, Beer Sheva, Ashdod.

POLÍTICA INTERNA

Estruturas Políticas

O Estado de Israel é uma democracia representativa, na qual as Leis Básicas asseguram a tutela dos direitos e garantias fundamentais de todos os cidadãos. Sua heterogênea população de 6,7 milhões de habitantes compreende 5,4 milhões de judeus e 1,3 milhão de cidadãos de origem árabe (82% dos quais são muçulmanos, 9% cristãos e 9% drusos). No total indicado, estão incluídos cerca de 400.000 colonos judeus moradores nos territórios ocupados: 200.000 na Margem Ocidental (onde vivem 2 milhões de palestinos), 7.000 na Faixa de Gaza (onde moram 1,2 milhão de

palestinos), 180.000 nos novos subúrbios judeus construídos em Jerusalém Oriental e 20.000 no Golã (sírio).

A questão da liberdade de culto reveste-se de particular importância. Ela é assegurada por lei a todos os cidadãos, aos quais são reconhecidos, em princípio, os mesmos direitos e deveres. Os árabes (inclusive os beduínos) não prestam serviço militar obrigatório, mas apenas voluntário, para não serem constrangidos à fidelidade exclusiva ao Estado judeu. Observe-se que o fato de não servir ao Exército é gerador de diferenças e privilégios entre os cidadãos israelenses. Integrantes de minorias drusas, em razão de pacto de fidelidade, têm servido tradicionalmente às Forças de Defesa de Israel e constituem exceção à regra aplicada aos árabes. Uma vez que não existe a separação entre Estado e religião, são aceitos tribunais religiosos judeus, cristãos, muçulmanos e drusos.

O perfil demográfico de Israel, incluindo os territórios ocupados, caracteriza-se, por um lado, pela alta concentração urbana de sua população (cerca de 90% do total), bem como pela disparidade entre os ritmos de crescimento da população judaica e das populações muçulmanas. Os israelenses judeus apresentam taxa de crescimento baixa, em torno de 1,1%, cifra pouco mais elevada do que o padrão europeu. A população árabe-israelense, os palestinos da Cisjordânia e os palestinos da Faixa de Gaza apresentam, por sua vez, taxas de crescimento de, respectivamente, 3,5%, 3,4% e 4,4%, superior à média da África Sub-saariana, sem que haja políticas de natalidade para reverter essa tendência.

Israel é uma democracia parlamentar, integrada pelo Executivo, Legislativo e Judiciário e baseada no princípio da separação dos poderes. O país é administrado por um Governo responsável perante a autoridade legislativa unicameral, o Knesset, formado por 120 parlamentares (Membros do Knesset - MKs), pertencentes a vários partidos políticos. O Governo é chefiado por um Primeiro-Ministro, eleito por seus pares, que se mantém enquanto merecedor do voto de confiança do parlamento. Os poderes são independentes. A Presidência constitui órgão de representação protocolar do Estado. A Controladoria do Estado exerce a função de *Ombudsman*. O Poder Judiciário é integrado pela Suprema Corte e por tribunais de instância inferior, bem como por um Procurador-Geral.

Situação Política Atual

O quadro político interno israelense que se seguiu à inesperada saída de cena de Ariel Sharon, internado em hospital de Jerusalém após haver sofrido hemorragia cerebral no início de janeiro, e às eleições gerais de 28 de março de 2006, é marcado pela preeminência do partido Kadima, legenda de centro fundada em fins de 2005 por Ariel Sharon e encabeçada pelo Primeiro-Ministro Ehud Olmert. O Kadima ("Avante", em hebraico) obteve 29 dos 120 assentos no Parlamento unicameral israelense (Knesset), número bem inferior ao das projeções eleitorais, que indicavam até 40 assentos. O Partido Trabalhista, liderado pelo líder sindical Amir Peretz, obteve a segunda maior bancada, com 19 assentos, seguido pelo Shas, representante dos ultra-ortodoxos judeus sefarditas, e do Likud, ambos com 12 assentos, e pelo Ysrael Beitenu, agremiação direitista apoiada pelos judeus russos, com 11 cadeiras. Chamou a atenção a performance eleitoral do Partido dos Aposentados, nova força política, que conquistou 7 assentos. Aguarda-se agora a formação das alianças partidárias, com a provável costura de uma coalizão Kadima-Trabalhistas-Shas, à qual eventualmente se juntaria o Partido dos Aposentados. A esperada maioria do bloco parlamentar de centro, com o Kadima à frente, será fundamental para as próximas etapas das negociações de paz.

No processo de formação do novo Gabinete ministerial israelense, destaca-se a entrega de importantes pastas para o Partido Trabalhista ("Avodah"). Amir Peretz, que concorreu pelo Avodah ao cargo de Primeiro-Ministro, ocupará o cargo de Ministro da Defesa, possivelmente o mais influente cargo no Executivo após o do Primeiro-Ministro. Os Trabalhistas também receberão outras pastas de relevo no Governo Olmert, entre as quais os Ministérios da Agricultura, Turismo, Infra-Estrutura e Educação.

Política Externa

A atual fase do conflito israelo-palestino remonta a 2000, com o malogro das negociações de Camp David II e o início da Segunda Intifada ou Intifada de Al-Aqsa, seguida da eleição de Ariel Sharon, do Likud, em fevereiro de 2001. Desde então, Israel tem implementado dura política de segurança no tocante ao combate ao terrorismo, mediante incursões militares nos territórios autônomos palestinos, "execuções extrajudiciais" ("targeted killings"), bloqueio das vias terrestres e destruição de unidades agrícolas e residências civis palestinas.

A Iniciativa Árabe de Paz, lançada em março de 2002 durante a Cúpula da Liga dos Estados Árabes, em Beirute, propunha o reconhecimento do Estado israelense por todos os 22 países árabes em contrapartida da retirada das Forças de Defesa de Israel, bem como da desativação dos assentamentos de colonos judeus na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Não houve reação de Tel Aviv à proposta árabe. Em setembro de 2002, foi lançado, à margem da 57ª AGNU, o "Mapa do Caminho para a Paz", pelo Quarteto (EUA, União Européia, Rússia e Secretaria-Geral das Nações Unidas), posto em execução em abril de 2003. O Quarteto propunha-se a trabalhar com as partes palestina e israelense e a manter consultas com países-chave da região para a implementação do Mapa do Caminho em três etapas. A intenção era que o mesmo levasse a uma solução definitiva para o conflito no prazo de três anos, viabilizando a formação de um Estado palestino em 2005. O Governo Sharon não considerava o então Presidente da ANP, Yasser Arafat, como interlocutor confiável, uma vez que não lograra cumprir a exigência israelense de desfazer a "infra-estrutura" terrorista nos territórios ocupados. A escolha de Ahmed Qurei como novo Primeiro-Ministro palestino não possibilitou a retomada do diálogo.

A construção de um muro de separação entre Israel e o território palestino da Cisjordânia tem sido um complicador adicional para o encaminhamento das conversações de paz entre o Governo de Israel e a ANP. O Brasil condenou a construção do "Muro de Separação" entre Israel e o território palestino da Cisjordânia, o qual, em vários de seus trechos, transpassa a "Linha Verde" criada pelo Armistício entre Israel e Jordânia em 1949 e que fixa a fronteira internacionalmente reconhecida entre Israel e o aludido território palestino. Nessas condições, o Governo brasileiro apoiou a Resolução ES-10/14 da AGNU para que a "Questão do Muro" fosse encaminhada à Corte Internacional de Justiça (CIJ). Em julho de 2004, foi aprovada pela AGNU a Resolução ES-10/18, com apoio brasileiro, que reafirma o parecer da CIJ.

Com o falecimento do Presidente da OLP e da ANP, Yasser Arafat, em 11 de novembro de 2004, houve importante reconfiguração do cenário regional. Foram realizadas, em 9 de janeiro de 2005, eleições presidenciais nos territórios palestinos e Jerusalém Oriental. Mahmoud Abbas, ex-Primeiro-Ministro e candidato do então partido hegemônico Fatah, venceu as eleições com 62,3% dos votos e tomou posse em 15/01/2005.

O Plano de Desengajamento Unilateral, implementado em agosto último, possibilitou a desativação de todos os assentamentos judaicos na Faixa de Gaza, a saída dos cerca de 8 mil colonos instalados no referido território e a retirada das tropas israelenses lá postadas. Foram desativados também outros quatro assentamentos na região norte da Cisjordânia. O processo de desengajamento contou com atento acompanhamento internacional. O Quarteto nomeou o ex-Presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, como "Emissário Especial do Quarteto para o Desengajamento", com a função de monitorar o processo de retirada e adotar políticas necessárias no campo econômico e social na Faixa de Gaza no período posterior à evacuação militar.

Em novembro de 2005, os Governos de Israel e da ANP, com a intermediação do Quarteto, da União Européia, e, sobretudo, dos EUA (com o envolvimento direto da Secretaria de Estado Condoleezza Rice), chegaram a acordo sobre a passagem de palestinos residentes na Faixa de Gaza para o Egito e a Cisjordânia, assim como sobre o escoamento de gêneros produzidos naquela região.

A vitória inesperada do partido-milícia islamista Movimento de Resistência Islâmica (Hamas) nas eleições realizadas em 25 de janeiro de 2006 para a renovação da composição do

Conselho Legislativo Palestino (CLP) alterou significativamente o quadro político na região. O novo Gabinete palestino, formado exclusivamente de nomes apontados pelo Hamas, foi aprovado pelo Conselho Legislativo Palestino (CLP) no dia 28 de março e empossado no dia seguinte. O Primeiro-Ministro designado, Ismail Hanyeh, manteve o discurso tradicional do Movimento, contrário ao abandono do que qualifica como “direito à resistência” contra a ocupação israelense.

Conforme esperado, a vitória do Hamas gerou reações negativas de parte da comunidade internacional, especialmente de Israel, EUA e União Européia, que condicionam qualquer diálogo com o partido-milícia ao cumprimento de três exigências: renúncia à violência; reconhecimento de Israel e adesão aos acordos já firmados entre palestinos e israelenses, como os Acordos de Oslo e o “Mapa do Caminho para a Paz”. Tendo em vista que, até o presente momento, o novo Governo da Autoridade Nacional Palestina conduzido pelo Hamas não sinalizou a intenção de cumprir com essas três determinações, os EUA a EU, Japão e a Noruega suspenderam o auxílio financeiro e material à ANP, à exceção da ajuda humanitária canalizada por meio das ONGs. Israel, por sua vez, congelou o repasse à ANP da transferência mensal de recursos financeiros correspondentes à arrecadação de tributos sobre valor agregado nos territórios palestinos ocupados. Em contrapartida, outros países árabes, como o Catar, Kuait e Arábia Saudita decidiram preencher o vácuo a ser deixado pelas potências ocidentais, prestando a sua própria contribuição. A Rússia e o Irã também prometeram aportar recursos à ANP.

O relacionamento Israel-ANP tem sofrido considerável retrocesso. O Primeiro-Ministro designado, Ehud Olmert, comunicou que Israel não manterá laços com a ANP. Em comunicado divulgado pelo Gabinete de Olmert, anunciou-se que visitantes estrangeiros que se encontrem com membros do Hamas não serão recebidos para encontros com funcionários israelenses (ressalvou-se a possibilidade de encontros com o Presidente da ANP, Mahmoud Abbas); o acesso à Faixa de Gaza será mantido aberto; e Israel coordenar-se-á com a comunidade internacional, sem a interveniência da ANP, a respeito da prestação de ajuda humanitária à população palestina. O atentado em Tel Aviv de 17 de abril último, que vitimou 9 civis e feriu cerca de 60, rerudescerá o ciclo de hostilidades políticas.

O novo Governo do Hamas expressou repúdio às ameaças e ações da comunidade internacional e desqualificou os apelos ao reconhecimento de Israel enquanto não terminasse a ocupação nos TPOs. O rompimento do diálogo pelo Governo israelense foi recebido como declaração de guerra pela parte palestina. Paralelamente, o Presidente Mahmoud Abbas tenta granjear o apoio político de outros países árabes.

O chamado “Plano de Convergência” de Olmert deverá constituir a pedra de toque de seu Governo. Trata-se de iniciativa voltada à desativação, até 2010, de quase todas as colônias na Cisjordânia, acoplada à manutenção dos assentamentos principais de Ariel, Gush Etziom e, particularmente, Ma’ale Adumim, que separará em definitivo Jerusalém Oriental da Cisjordânia. O “Plano de Convergência” implicará, possivelmente, a manutenção das Forças de Defesa de Israel em faixa territorial adjacente ao Vale do Rio Jordão, de modo a garantir o controle israelense da fronteira com a Jordânia.

RELACOES BILATERAIS

O compromisso do Brasil para com a criação de Israel precedeu o estabelecimento do Estado judeu em 1948. Decorreu da crença nos direitos fundamentais do homem, no direito à autodeterminação, na igualdade soberana dos Estados, na solução pacífica das controvérsias e no respeito às obrigações decorrentes de tratados e outras fontes do Direito Internacional. Incorporados à Carta das Nações Unidas, esses princípios também justificam a defesa dos direitos do povo

palestino. Ao participar da Segunda Guerra Mundial, o Brasil contribuiu para um momento decisivo da História, que assumiu importância vital para o destino do povo judeu.

O exercício da Presidência da Assembléia Geral das Nações Unidas em 1947 (que proclamou a partilha do Mandato britânico sobre a Palestina) pelo ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, constitui outro importante marco. Pelo papel que desempenhou naquela ocasião, em que 13 dos 22 dos votos que aprovaram a Resolução 161 foram de países latino-americanos, o Brasil possui um compromisso moral com relação à criação dos Estados de Israel e da Palestina, assim como as Nações Unidas. O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer o Estado de Israel em 1949, no mesmo ano em que este se tornou membro da ONU. As relações diplomáticas bilaterais datam de 1951, quando foi criada a Legação do Brasil em Tel Aviv, elevada, em 1958, à categoria de Embaixada. Naquele ano, Israel inaugurou sua Embaixada no Brasil.

A evolução do relacionamento bilateral foi marcada pela luta para vencer os desafios ao desenvolvimento. Brasil e Israel cooperaram em soluções como a da irrigação do semi-árido no Nordeste. Diferenças de percepção, particularmente no que se refere à questão palestina, bem como a crise do petróleo e o boicote árabe, afetaram adversamente as relações bilaterais a partir de 1973 (Guerra do Yom Kippur). O Brasil passou a apoiar Resoluções nas Nações Unidas, cujo teor contrariava posições defendidas por Israel que, desde o conflito de 1967, ocupou militarmente territórios palestinos, egípcios, libaneses e sírios.

Em 1975, durante a XXX Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, o Brasil associou-se a outros 71 países para aprovar a Resolução 3379, que considerava o sionismo uma forma de racismo e discriminação racial. Essa decisão foi tomada durante o regime militar no Brasil e a decisão não refletiu a posição do Itamaraty. Em 1991, o Brasil apoiou a Resolução 4686 da Assembléia Geral das Nações Unidas, que tornou sem efeito a Resolução 3379. Foi o primeiro caso na história da ONU em que uma Resolução da Assembléia Geral foi anulada.

No início dos anos 1990, a retomada das negociações entre israelenses e palestinos com a Conferência de Madri e os Acordos de Oslo começou a romper o relativo isolamento internacional a que Israel vinha sendo submetido desde a década de 70. Desde então, multiplicaram-se as trocas de visitas entre autoridades brasileiras e israelenses. Em agosto de 1995, o Chanceler Luiz Felipe Lampreia visitou oficialmente Israel. Em outubro do mesmo ano, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Primeiro-Ministro Yitzhak Rabin encontraram-se à margem da 50ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Ambos os encontros tiveram o objetivo de restabelecer, no mais alto nível, canais de interlocução entre os dois Governos e incentivar o progressivo adensamento das relações de cooperação bilateral nos mais variados setores. Planejou-se visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Israel em 1998, a qual não pôde ser realizada. O Governo israelense reiterou, em diversas ocasiões, o convite para que o Presidente Lula da Silva vá a Israel. O Presidente Moshe Katsav deverá visitar o Brasil ainda no decorrer do presente ano.

Nos últimos anos, tem-se verificado nítida intensificação dos contatos oficiais entre o Brasil e Israel. Em março de 2005, o atual Primeiro-Ministro e então Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Indústria, Comércio e Emprego Ehud Olmert visitou o Brasil. O Vice-Ministro da Defesa Ze'ev Boim também esteve no país em abril. Pela parte brasileira, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, esteve em Israel em maio de 2005, 10 anos depois da visita àquele país do Chanceler Luiz Felipe Lampreia. Em julho do mesmo ano, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Luiz Fernando Furlan visitou Israel. Em novembro, o então Ministro das Relações Institucionais Jaques Wagner compareceu, em Jerusalém, às cerimônias de homenagem ao décimo aniversário da morte do Primeiro-Ministro Yitzhak Rabin. Em dezembro, teve lugar, em Brasília, a I Reunião de Consultas Políticas entre as Chancelarias brasileira e israelense, mecanismo criado com base em Memorando de Entendimento assinado durante a visita do Ministro Celso Amorim. Em março deste ano, o Ministro da Educação Fernando Haddad visitou Israel, durante pérriplo pelo Oriente Médio.

O Brasil tem, entretanto, apoiado as Resoluções que preconizam a desocupação da região pelas tropas israelenses e reafirmam a ilegalidade dos assentamento judeus e outras atividades empreendidas por Israel na área, em desrespeito às resoluções do CSNU e da AGNU sobre a questão.

COMÉRCIO BRASIL-ISRAEL:

COMÉRCIO BRASIL-ISRAEL (U\$S milhões)	2001	2002	2003	2004	2005
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	137,8	109,6	187,2	213,4	262,1
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	414,4	334,5	318,4	501,7	468,4
SALDO	- 276,5	- 224,9	- 131,2	- 288,3	- 206,3
INTERCÂMBIO COMERCIAL	552,3	444,2	505,6	715,2	730,6

DOM I [27.04.06]

Posição do Brasil em relação ao Processo de Paz Árabe-Israelense

O Brasil acompanha com grande interesse a situação na região, apóia todos os esforços em prol da paz entre palestinos e israelenses e espera que o processo de paz conduza ao estabelecimento de um Estado palestino independente e soberano, em coexistência pacífica com Israel.

O Brasil tem atuado no sentido de exortar as partes a cumprir as resoluções das Nações Unidas que lhes dizem respeito. O Brasil defende o direito do Estado de Israel de viver em paz e segurança, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Da mesma forma, defende o estabelecimento de um Estado Palestino independente, democrático, seguro, coeso e economicamente viável nos territórios ocupados desde 1967. O Brasil mantém firme apoio a todas as iniciativas tendentes a uma retomada das negociações e favoráveis ao estímulo do diálogo, em conformidade com as Resoluções pertinentes do Conselho de Segurança (em especial as de nos. 242/67 e 338/73) e da Assembleia Geral das Nações Unidas referentes aos direitos do povo palestino. O mesmo se aplica aos entendimentos logrados durante a Conferência de Madri (1991) e aos Acordos de Oslo (1993/1994). Nas circunstâncias de agravamento do conflito, com a irrupção, em setembro de 2000, da Segunda Intifada ou Intifada de Al-Aqsa, o Brasil emprestou todo o seu apoio ao cumprimento das resoluções 1397, 1402 e 1403 do CSNU, que instam pelo cessar-fogo imediato e pela retirada das tropas israelenses dos territórios e cidades palestinas ocupadas.

No tocante a Jerusalém, o Brasil adota diretriz tradicional de defesa do cumprimento das Resoluções das Nações Unidas sobre a "questão de Jerusalém", as quais rejeitam a modificação unilateral, por Israel, do *status* da cidade, não a reconhecem como capital do Estado judaico e reafirmam a ilegalidade da decisão israelense de impor suas leis, jurisdição e administração a Jerusalém Oriental. O Brasil crê que deve ser encontrada solução justa para a superação da questão dos refugiados palestinos com a implementação de um sistema complementar de compensações patrimoniais e financeiras, caso haja impossibilidade de retorno a suas terras ancestrais de todos aqueles residentes no território do mandato britânico da Palestina antes da guerra de 1948.

O Brasil está disposto a contribuir para o sucesso definitivo das negociações, inclusive mediante participação em esforço internacional, sob a égide das Nações Unidas. O Brasil emprestou seu apoio à Iniciativa Árabe da Paz, bem como ao Mapa do Caminho para a Paz. Paralelamente, o Brasil lançou, à margem do Fórum do Mar Morto, na Jordânia, em maio de 2004, a proposta de criação do "Grupo de Amigos do Quarteto", que poderia contar com a participação dos países em desenvolvimento de expressão e projeção semelhantes, a exemplo dos integrantes do Forum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). O Brasil entende que deve ser dado integral apoio à iniciativa do "Mapa do Caminho para a Paz", lançada em setembro de 2002, bem como ao grupo que lhe dá sustento – o Quarteto – composto por Estados Unidos, Rússia, União Européia e Secretaria-Geral da ONU. Nesse sentido, o Brasil mostra-se favorável à Resolução 1515 do CSNU, aprovada em 2003, que observa a necessidade das partes em conflito de implementar as diretrizes do "Mapa do Caminho para a Paz".

O Brasil viu com satisfação o processo de retirada de Gaza e os acordos para o monitoramento da passagem de pessoas e mercadorias na fronteira entre Gaza e o Egito, na medida em que semelhantes iniciativas poderão contribuir para a implementação dos parâmetros fixados pelo "Mapa do Caminho para a Paz". O Brasil apoiou a retirada das Forças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza e a desativação de todos os assentamentos naquele território ocupado e em mais quatro núcleos de colonos judeus no norte da Cisjordânia, em 2005, no entendimento que tal iniciativa possa contribuir para a execução do "Mapa do Caminho", como parte de um processo que inclua, futuramente, a desocupação militar e civil da Cisjordânia.

Quanto ao Golã sírio, o Brasil não reconhece a jurisdição israelense sobre o território sírio das colinas e planalto do Golã, ocupado por Israel em junho de 1967 e formalmente anexado a seu território em 1981 (decisão ratificada pelo Knesset em 1991). A anexação formal constitui obstáculo à retomada das negociações na fronteira sírio-libanesa-israelense.

Aviso nº 516 – C. Civil

Em 16 de maio de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

MENSAGEM Nº 150, DE 2006

(Nº 370/06, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art.52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18,I e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Haroldo Teixeira Valladão Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

Os méritos do Senhor Haroldo Teixeira Valladão Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempe-

nho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de maio de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 164/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – MRE – APES

Brasília, 8 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto nos arts. 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325 de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Haroldo Teixeira Valladão Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae do Senhor Haroldo Teixeira Valladão Filho que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE HAROLDO TEIXEIRA VALLADÃO FILHO

CPF.: 4217470134

ID.: 3170 MRE/DF

Nome: Haroldo Teixeira Valladão Filho

- 1948 Filho de Haroldo Teixeira Valladão e Margarida Bandeira de Mello Valladão, nasce em 30 de março, no Rio de Janeiro/RJ
- 1969 CPCD - IRBr
- 1970 Terceiro Secretário em 3 de fevereiro
- 1970 Divisão da Europa Oriental e Secretaria-Executiva da Comissão de Comércio com a Europa Oriental (COLESTE), assistente
- 1970 Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFRJ
- 1971 Curso de Prática Diplomática e Consular - IRBr
- 1972 Feira de Outono de Zagreb, Diretor do Pavilhão do Brasil
- 1973 Segundo Secretário, por merecimento, em 1º de janeiro
- 1973 Divisão da Europa II, Chefe, substituto e assistente
- 1974 Missão junto à Organização das Nações Unidas, Segundo Secretário
- 1978 Embaixada em Bogotá, Segundo e Primeiro Secretário e Encarregado de Negócios durante a ausência do titular
- 1978 CAD - IRBr
- 1978 Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de junho
- 1980 Embaixada no México, Primeiro Secretário e Conselheiro
- 1981 Reunião Ordinária do Comitê Executivo do Instituto Índigenista Interamericano, México, Presidente
- 1982 Conselheiro, por merecimento, em 15 de junho
- 1982 Escola Superior de Guerra/RJ, Comando da Escola Superior de Guerra, Adjunto do Assistente das Relações Exteriores e da Divisão de Assuntos Políticos
- 1982 Ordem do Ipiranga, Brasil, Comendador
- 1983 Curso de Política e Estratégia, Escola Superior de Guerra
- 1984 ERERIO, Secretaria de Recepção e Apoio, Seção de Assuntos Econômicos e Comerciais e Centro Regional do Instituto Rio Branco/RJ, assistente, assessor, Chefe, substituto e Coordenador
- 1984 Representante do Ministério das Relações Exteriores no Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Álcool
- 1984 Representante do Ministério das Relações Exteriores na Junta Deliberativa do Trigo

- 1986 CAE - IRBr, Reservas a Tratados Multilaterais
- 1990 Escola Superior de Guerra, (Comando), Assistente das Relações Exteriores
- 1990 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 27 de junho
- 1990 Medalha do Mérito Marechal Cordeiro de Farias, Brasil
- 1991 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Comendador
- 1992 Embaixada em Madri, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
- 1995 Consulado-Geral em Genebra, Cônsul-Geral
- 2000 Consultoria Jurídica, Coordenador-Geral de Direito Internacional e Consultor Jurídico, substituto
- 2001 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

Class. 0º Ano
CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

Relações Brasil-Croácia

O Brasil reconheceu a independência da Croácia em 24 de janeiro de 1992 e estabeleceu relações diplomáticas com o Governo de Zagreb em 23 de dezembro de 1992. Desde 1996, a Croácia mantém Embaixada residente em Brasília.

Em novembro de 1997, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Croácia, Mate Granic, realizou visita ao Brasil, quando esteve em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.

Em outubro de 2003, no contexto de participação em um Congresso internacional na área cultural em Opatja, costa do Adriático, o Ministro da Cultura brasileiro esteve em Zagreb a convite das autoridades locais e manteve encontros com o Ministro do Exterior e com o Presidente Stjepan Mesic. A viagem tem significação porque constituiu a primeira visita de autoridade de alto nível do Brasil à Croácia.

Em 2 de março de 2005, o Embaixador Drazen Margeta, Diretor de Política Bilateral da Chancelaria croata, esteve em Brasília, onde manteve encontros com a Diretora do Departamento da Europa e com o Diretor do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, bem como com o Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, com o Senador Sérgio Zambiasi e com

os Deputados Francisco Turra, Nelson Marquezelli, Alceste Almeida, Edison Andrino. Em seguida, o Embaixador croata visitou o Rio de Janeiro, onde se avistou com representantes da comunidade empresarial.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Croácia é tradicional e substancialmente favorável ao Brasil. Em 2005, as exportações brasileiras somaram US\$ 88,3 milhões e as importações, apenas US\$ 3,34 milhões. O significativo desequilíbrio em favor do Brasil nas trocas bilaterais vem-se mantendo ao longo dos últimos anos. Os fornecimentos brasileiros estão concentrados em soja, açúcar, carnes, fumo e café, com realce para o primeiro item, que ocupa mais de 47% da pauta. Nossas importações, centraram-se em maquinário, calçados, antibióticos e condutores elétricos.

Em 2002, foi estabelecido um Consulado Honorário do Brasil em Zagreb, cujo titular tem contribuído para estimular a aproximação entre setores empresariais dos dois países. Dentro dessa perspectiva, o Cônsul Honorário esteve no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, em janeiro de 2003, numa viagem coordenada com a Embaixada da Croácia em Brasília. No Rio e em Belo Horizonte, manteve encontros na FIRJAN, Petrobrás e FIEMG, onde apresentou um quadro da economia croata e indicou oportunidades de cooperação empresarial. Em Belo Horizonte, em sessões organizadas pela FIEMG, entrevistou-se com vinte e duas empresas, de áreas que incluíam desde a produção de cachaça e café até equipamentos eletrônicos.

Como resultado da visita, foram iniciados negócios em alguns setores, como o de exportações brasileiras de frango, roupas de banho, café biológico e cachaça e cooperação entre empresa mineira e correspondente croata no setor de equipamentos de transmissão para televisão. Há possibilidades de colaboração, também, entre a Petrobrás e a INA, estatal do petróleo e maior empresa croata.

Em junho de 2004, delegação de empresários croatas, coordenada pela Câmara de Economia da Croácia, esteve em visita a Belo Horizonte e São Paulo para dar continuidade ao processo de aproximação entre entidades e empresas e ampliar o intercâmbio comercial entre os dois países.

É de ressaltar, ademais, a realização de importantes trabalhos de infra-estrutura viária e de ampliação do Porto de Rijeka no Adriático, que ensejam a possibilidade de penetração das exportações brasileiras via Croácia para atingir não somente o mercado croata, mas o de outros países do leste europeu, com realce para a região balcânica (Bósnia, Sérvia e Macedônia).

Aviso nº 517 – C. Civil

Em 16 de maio de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Haroldo Teixeira Valladão Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

MENSAGEM Nº 151, DE 2006

(Nº 371/06, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 62, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora Marília Sardenberg Zelner Gonçalves, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Tunísia.

Os méritos da Senhora Marília Sardenberg Zelner Gonçalves que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de maio de 2006. – **Luz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 165/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – MRE – APES

Brasília, 8 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação da Senhora Marília Sardenberg Zelner Gonçalves, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Tunísia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** da Senhora Marília Sardenberg Zelner Gonçalves que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE MARÍLIA SARDENBERG ZELNER GONÇALVES

CPF.: 4116518700

ID.: 4671 MRE/DF

- 1942 Filha de Ito Sardenberg e Ruth S. da Mota Sardenberg, nasce em 29 de abril, em Curitiba/PR
- 1964 Letras Neolatinas pela Faculdade de Filosofia/PUC/RJ
- 1971 Curso sobre Problemas do Mar e seu Regime Jurídico (nível pós-graduação), FGV
- 1971 CPCD - IRBr
- 1972 Terceira Secretária em 02 de fevereiro
- 1972 Divisão da Europa Ocidental, assistente
- 1973 Secretaria-Adjunta para Assuntos da Europa, assistente
- 1973 Departamento da Europa, assistente
- 1973 Embaixada em Bruxelas, Terceira Secretária
- 1974 Departamento de Organismos Internacionais, assistente
- 1974 Divisão das Nações Unidas, assistente
- 1976 Segunda Secretária em 01 de agosto
- 1985 Subsecretaria-Geral de Coordenação e Planejamento, assistente
- 1985 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais, assistente
- 1985 Primeira Secretária em 24 de dezembro
- 1986 Subsecretaria-Geral de Administração, assistente
- 1987 Delegação junto à Organização das Nações Unidas, Genebra, Primeira Secretária
- 1988 GT da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas para a Elaboração da Convenção sobre os Direitos da Criança, Genebra, Chefe de delegação
- 1988 Comitê Executivo do Programa das Nações Unidas para os Refugiados, Genebra, Relatora
- 1989 GT da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas para a Elaboração da Convenção sobre os Direitos da Criança, Genebra, Chefe de delegação
- 1989 CAD - IRBr
- 1989 "Les Enjeux de la Convention pour un pays d'Amérique Latine", in Projet de Convention des Nations Unies relative aux Droits de l'Enfant, Paris, UNESCO/BICE

- 1989 GT da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas para a Elaboração da Convenção sobre os Direitos da Criança, Genebra, Chefe de delegação
- 1990 Eleição para membro alterno da Subcomissão sobre a Eliminação da Discriminação contra as Minorias da Comissão de Direitos Humanos (1990-2006), Genebra
- 1990 Secretaria-Geral de Política Exterior, coordenadora executiva
- 1990 Conselheira, por merecimento, em 18 de dezembro
- 1991 GT da Comissão da Organização das Nações Unidas sobre a Condição da Mulher para a Elaboração da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, Viena, Chefe de delegação
- 1992 GT da Comissão Interamericana de Mulheres da OEA para a Elaboração da Convenção Interamericana para a Erradicação da Violência contra a Mulher, Convenção de Belém, Caracas, Chefe de delegação
- 1992 Secretaria-Geral de Relações Exteriores, coordenadora executiva
- 1993 Eleição para perita do Comitê sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, (1993-1997). Reunião dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos da Criança, Nova York
- 1993 GT da Comissão Interamericana de Mulheres da OEA para a Elaboração da Convenção Interamericana para a Erradicação da Violência contra a Mulher, Convenção de Belém, Washington, Chefe de delegação
- 1993 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, coordenadora executiva
- 1994 Ordem do Rio Branco, Brasil, Comendador
- 1994 Prêmio Criança e Paz, Programa das Nações Unidas para a Infância, UNICEF
- 1994 Consulado-Geral em Roterdã, Cônsul-Geral Adjunta, Cônsul-Geral
- 1995 CAE - IRBr, A Criança e seus Direitos: novo tema internacional. Avaliação e perspectivas da atuação diplomática brasileira
- 1996 "Die Menschenrechtssituation der Kinder in der Welt", in Aktuelle gesellschaftliche Entwicklungen und ihre Einflusse auf die Polizei die Situation Jugendlicher, Internationales Seminar, Polizei-Führungsakademie, 63-75
- 1996 "Committee on the Rights of the Child: Basic Processes", in Transnational Law & Contemporary Problems, A Journal of the University of Iowa College of Law, Volume 6, Number 2, 263-286, Fall 1996
- 1996 Grupos Vulneráveis: Aspectos Relacionados com a Discriminação de Gênero e com as Crianças, in A Incorporação das Normas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos no Direito Brasileiro, Antonio Augusto Cançado Trindade, Editor, 413-421
- 1996 "The Convention on the Rights of the Child and the work of its monitoring body, the Committee on the Rights of the Child" in European Conference on Street Children Worldwide, Amsterdã
- 1997 Eleição para perita do Comitê sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas (1997-2001). Reunião dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos da Criança, Nova York

- 1997 Ministra de Segunda Classe, por merecimento, em 18 de junho
- 1999 "Child Poverty and Deprivation in Industrialised Countries: 1945-1995, by Giovanni Andrea Cornia and Sheldon Danziger (eds.): A Book Review" in The International Journal of Children's Rights, 7, 207-210
- 1999 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, Diretora Geral
- 1999 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
- 2000 Reunião Latino-Americana Preparatória para a Conferência Internacional Beijing+5. Lima, Chefe de delegação
- 2000 Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, Genebra, Chefe de delegação
- 2000 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
- 2001 Eleição para perita do Comitê sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas (2001-2005). Reunião dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos da Criança, Nova York
- 2001 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
- 2002 Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 Ordem do Mérito Científico, Brasil, Comendador
- 2002 "UNESCO Strategy for Human Rights" in UNESCO Chairs in Human Rights, Democracy, Peace and Tolerance Bulletin 4/2002, European University Center for Peace Studies. Stadtschlaining, Austria
- 2003 II Reunião do Comitê Preparatório para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, Genebra, Chefe de delegação
- 2003 Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos, Diretora
- 2003 III Reunião do Comitê Preparatório para a Cúpula da Sociedade da Informação. Genebra, Chefe de delegação
- 2003 "National Human Rights Institutions and the Implementation of Children's Rights" in UNESCO Chairs in Human Rights, Democracy, Peace and Tolerance Bulletin 5/2003, European University Center for Peace Studies. Stadtschlaining, Austria
- 2004 Consulado-Geral no Porto, Cônsul-Geral

elaine d'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia, Oceania e Oriente Médio
Departamento da África

Divisão da África-III

REPÚBLICA DA TUNÍSIA

A República da Tunísia situa-se na costa do Mar Mediterrâneo, no extremo norte da África, e tem, como Estados limítrofes, a Argélia e a Líbia. Sua superfície é de 162 mil km², povoados por cerca de dez milhões de habitantes, 65% dos quais vivem em áreas urbanas. Etnicamente, os tunisianos compõem-se de uma imensa maioria de árabes (98%) e de pequeno grupo de europeus (2%). Os idiomas oficiais são o árabe e o francês. Túnis, a capital, também é a principal cidade, com 985 mil habitantes, seguida de Sfax (300 mil), Sousse, Monastir, Kairouan, Gabès e Bizerte. Outras localidades, como Cartago, destacam-se por seus atrativos históricos e turísticos em país que anualmente acolhe grande número de visitantes e mostra maior abertura aos costumes ocidentais. Do ponto-de-vista administrativo, o país é dividido em 23 províncias, subdivididas, por sua vez, em delegações: Ariana, Beja, Ben Arous, Bizerte, El Kef, Gabes, Gafsa, Jendouba, Kairouan, Kasserine, Kebili, Mahdia, Medenine, Monastir, Nabeul, Sfax, Sidi Bou Zid, Siliana, Sousse, Tataouine, Tozeur, Tunis, Zaghouan.

A topografia é montanhosa, no Norte, com um vale fértil, onde se situa Túnis; a região central é formada por planaltos, de clima úmido e seco; mais ao sul, o terreno torna-se semidesértico. Os recursos minerais são constituídos por gás natural e petróleo, fosfatos, minério de ferro, chumbo e zinco. O clima é mediterrâneo ao Norte, ao longo das costas, e semi-árido, no interior e no Sul. As temperaturas médias são de 12°C no inverno e de 29°C até 45°C no verão.

A taxa de crescimento da população tunisiana atingiu 0,9% em 2004, índice menor do que o de muitos países em desenvolvimento e que se explica tanto pelos progressos nos principais indicadores sociais quanto pelos bem sucedidos programas de planejamento familiar mantidos pelo Estado. A população é predominantemente jovem (27% tinham menos de 15 anos em 2004). Cerca de 700.000 tunisianos vive no exterior, a maioria na Europa e em países árabes do Golfo.

POLÍTICA INTERNA

A República da Tunísia é organizada nos termos da Constituição de 1959, cuja última emenda foi adotada em 2002. Seu primeiro dispositivo estabelece o árabe como idioma oficial e o islamismo como religião de Estado. A Constituição prevê uma democracia parlamentar, com separação dos poderes (executivo, legislativo e judiciário). Na prática, porém, o Presidente e seu partido têm supremacia sobre os três poderes.

O Presidente é eleito a cada cinco anos em sufrágio universal de tunisianos maiores de 20 anos. Embora não haja limite para reeleições, o candidato a presidente não pode exceder 75 anos. O Presidente nomeia o Primeiro-Ministro, o Conselho de Ministros (gabinete), os vinte e três governadores, os chefes das forças armadas e da polícia e os juizes e servidores públicos de alto escalão. Ele nomeia aproximadamente um terço da Câmara dos Conselheiros (câmara alta do parlamento) e tem o direito de dissolver a Câmara dos Deputados (câmara baixa do parlamento).

O Presidente Ben Ali pôs fim ao regime de presidência vitalícia, emendando a Constituição de 1959, libertou prisioneiros políticos, relaxou a censura e introduziu o multipartidarismo. Ben Ali adotou medidas econômicas que privilegiaram as camadas mais baixas da população, tais como subsídios para produtos básicos, freqüentes aumentos do salário mínimo e generoso seguro-desemprego. A política governamental tem dado ênfase, igualmente, aos investimentos no setor de educação (elevando-se a mais de 70% o índice de alfabetização), aos direitos da mulher e à criação de empregos. Na área de direitos humanos, o Governo tornou-se menos tolerante com a dissidência interna, religiosa ou laica. Em contrapartida, iniciaram-se reformas tendentes a aumentar a participação dos partidos de oposição no sistema político tunisiano.

Presidente da Tunísia,
Zine al-Abidine Ben Ali

Após a eleição de 1999, em que o Presidente obteve 90% dos votos, o Governo voltou a promover uma cultura de respeito aos direitos humanos. A manutenção da estabilidade interna e do padrão de vida dos cidadãos têm sido, entretanto, as principais razões do apoio da população ao Governo. O Presidente Ben Ali reelegeu-se, em outubro de 2004, com 96% de apoio dos eleitores para seu quarto mandato. A estabilidade política e social do país não é, portanto, consequência exclusiva de um regime centralizador, mas

decorre, em boa medida, do elevado nível de alfabetização da população, das baixas taxas de pobreza e de crescimento populacional, características essas de países mais desenvolvidos. A Constituição tunisiana restringe o papel das Forças Armadas a uma órbita exclusivamente profissional e defensiva, alheia ao processo político interno.

ECONOMIA

A Tunísia vem apresentando indicadores econômico-sociais que a fazem sobressair tanto no continente africano, quanto no mundo árabe e na sub-região do Magrebe. São exemplos a renda per capita, em torno de US\$ 2,6 mil, o índice de alfabetização de mais de 70% (sendo de 90% no tocante à força de trabalho) e o percentual de pobreza limitado a cerca de 7% da população. Aproximadamente 80% das famílias possuem casa própria.

A economia tunisiana baseia-se, principalmente, em petróleo, fosfato, agricultura e turismo. As atividades industriais representam pouco mais de 20% do PIB e incluem, entre outros setores, têxteis e confecções, agroalimentar, químico, farmacêutico, autopeças, papel, cimento, vidros e cortiça. O turismo desempenha importante papel, na medida em que a Tunísia recebe ao redor de cinco milhões de turistas por ano. A produção agrícola e pesqueira corresponde a cerca de 14% do PIB e 11% das exportações.

O Governo tunisiano implementa, desde a década de 80, políticas ortodoxas de abertura e modernização da economia, associadas a medidas de ajuste e controle fiscais, que têm contribuído para a manutenção do crescimento econômico nos últimos anos (taxa média de 5% ao ano, entre 2003 e 2005). Na década de 1991 a 2001, o PIB cresceu à taxa média de 4,9%. O mercado de capitais ainda é controlado pelo Estado e dele participam cerca de cinqüenta empresas. O Governo tem introduzido medidas de incentivo à adesão de maior número de companhias, mas a taxa de expansão continua lenta.

Em 1995, a Tunísia celebrou acordo de associação com a União Européia que prevê a remoção de barreiras e tarifas alfandegárias até 2008. Em 2002, a Tunísia e os EUA firmaram Acordo Quadro de Cooperação nas Áreas de Comércio e Investimentos, com vistas à assinatura futura de um acordo de livre comércio. A Tunísia acedeu ao GATT em 1990 e faz parte, desde 1995, da OMC.

Comércio Exterior da Tunísia (US\$ milhões)

	2001	2002	2003	2004	2005 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	6.609	6.798	8.027	9.679	2.596
Importações (cif)	9.570	9.528	10.951	12.724	3.391
Balança comercial	-2.961	-2.729	-2.925	-3.045	-796
Intercâmbio comercial	16.179	16.326	18.978	22.403	5.987

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, Yearbook 2005 e Quarterly September 2005.

(1) dados de janeiro a março

POLÍTICA EXTERNA

A Tunísia tem concentrado sua atuação externa em três eixos principais: a associação com a Europa, a integração no Magrebe e as relações com o mundo árabe.

No caso europeu, além dos laços históricos e imperativos geográficos, o relacionamento veio a fundamentar-se, mais recentemente, no acordo de associação firmado com a União Européia em 1995. O instrumento prevê a eliminação de barreiras alfandegárias para produtos europeus, bem como a modernização da estrutura econômica tunisiana até 2008, e a concessão de ajuda financeira da UE à Tunísia.

Politicamente, as relações da Tunísia com a Europa apresentaram ocasionais dificuldades, derivadas da política do Governo tunisiano de adotar medidas mais rigorosas para manter a segurança interna e reprimir o fundamentalismo islâmico. Embora defensor da luta antiterrorista, o Governo da Tunísia se tem manifestado contra a eventual tendência, no plano internacional, de confundir-se o terrorismo com o islamismo, religião amplamente majoritária naquele país e que, conforme ponderam as autoridades tunisianas, consagra valores de tolerância, moderação e coexistência.

Com relação ao Magrebe, a Tunísia tem buscado revitalizar o processo da integração sub-regional, mediante iniciativas bilaterais junto aos demais países da área e no âmbito multilateral da União do Magrebe Árabe (UMA), cujo Secretário-Geral, desde 2002, é o tunisiano Habib Boulares. Do ponto-de-vista econômico, essa revitalização complementaria o processo de associação com a União Européia, além de contribuir para evitar desvios no fluxo de comércio inter-regional.

Quanto às relações com o mundo árabe em geral, a Tunísia tem mostrado seu interesse nas questões regionais, como as relativas à Palestina e ao Iraque. Ademais da coordenação de posições em torno dessas questões, vem-se registrando relativo aumento do intercâmbio comercial da Tunísia com o conjunto dos países árabes.

O atual Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia é Abdelwaheb Abdallah.

RELAÇÕES COM O BRASIL

As relações bilaterais sempre foram caracterizadas pela cordialidade e pelo entendimento. Existe uma percepção comum de que os dois países seguem a tradição de atuar de maneira moderada e construtiva na esfera internacional, bem assim no quadro de seus respectivos foros regionais, o que tende a favorecer seu diálogo e a concertação de posições no tratamento de variados temas da agenda mundial. A presença no Brasil de mais de dez milhões de descendentes de árabes é outro fator a estimular a aproximação mútua. Também constituem elementos favoráveis os indicadores econômico-sociais da Tunísia e do Brasil, que refletem o respectivo potencial para a cooperação e os negócios.

O relacionamento bilateral Brasil-Tunísia tem sido pontilhado de recentes visitas de alto nível, tanto de autoridades dos poderes executivos quanto de parlamentares. Entre elas, cabe menção à visita a Túnis do ex-Secretário-Geral das Relações Exteriores, em julho de 2001, e à do então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Ben Yahia, ao Brasil, em março de 2002.

Por ocasião da visita de 2001, realizaram-se a Primeira Reunião da Comissão Mista de Cooperação Brasil-Tunísia e encontro de coordenação dos Embaixadores brasileiros nos países do Magrebe, Oriente Próximo e Golfo, com o objetivo de examinar o estado das relações brasileiras com esses parceiros. A escolha da capital tunisiana como sede da reunião de embaixadores foi interpretada pelas autoridades locais como sinal concreto do interesse do Brasil em desenvolver suas relações com a Tunísia. Foram assinados, na mesma oportunidade, três atos bilaterais, referentes à concertação política, à cooperação cultural e à suspensão parcial de vistos para empresários e turistas.

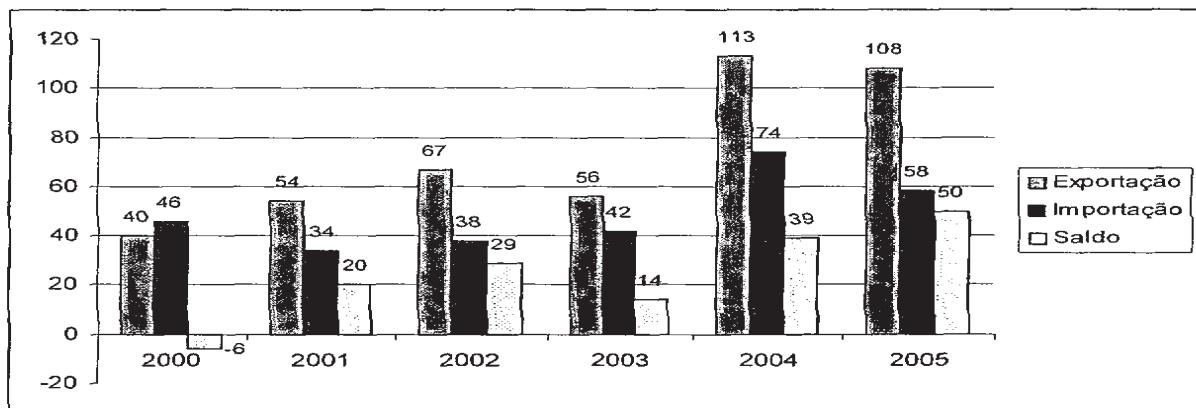
O ex-Ministro Ben Yahia efetuou visita oficial ao Brasil (Brasília e São Paulo), no período de 12 a 16 de março de 2002. Foi recebido por, entre outras autoridades, o Chanceler, o Vice-Presidente da República e os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado. Firmaram-se, na ocasião, Acordo de Cooperação Técnica e Programa de Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática tunisiana. Houve, ainda, proveitoso intercâmbio de informações sobre as experiências de integração do Brasil e da Tunísia, em suas respectivas regiões e em matéria de negociações extra-regionais (Área de Livre Comércio das Américas e União Européia).

O Chanceler Celso Amorim realizou visita de trabalho a Túnis, nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2005. Foi recebido pelo Primeiro-Ministro Mohamed Ghannouche e manteve extenso e proveitoso encontro com o então Chanceler Abdelbaki Hermassi a respeito de temas multilaterais, como a Cúpula América do Sul-Países Árabes (Brasília, 10 a 11/5/05) e a reforma das Nações Unidas, bem como de possíveis iniciativas bilaterais de cooperação cultural, técnica e tecnológica. Foi dada ênfase à crescente coordenação entre os dois países na área social, notadamente nas ações internacionais de combate à fome e à pobreza.

Nos dias 16 e 17 de janeiro de 2006, realizou-se em Brasília a Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil-Tunísia, presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e pelo atual Chanceler da Tunísia, Abdelwaheb Abdallah. Os trabalhos da Comissão Mista traduzem o bom relacionamento político entre os dois países em ações concretas e constituem marco de um novo patamar no relacionamento bilateral e na concertação em relação aos principais temas da agenda internacional. À margem da Comissão Mista, o Chanceler Abdallah entrevistou-se com as seguintes altas autoridades brasileiras: Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministros de Estado, tais como da Educação e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Assessor Especial da Presidência da República.

O comércio bilateral, embora ainda aquém de seu real potencial, tem crescido, nos últimos dez anos, a taxas superiores a 30% ao ano e, em 2005, atingiu cerca de US\$100 milhões de exportações brasileiras e US\$60 milhões de exportações tunisianas. As taxas de crescimento refletem a mesma dinâmica positiva de outras áreas de cooperação, como a educação, com a assinatura do Acordo de Cooperação no Ensino Superior, a cultural, com o Programa Executivo do Acordo Cultural para os anos 2006-2009, e a agrícola, com o Programa de Cooperação em Agricultura, que prevê o intercâmbio de informações e experiências nas áreas de pesquisa agrícola, reflorestamento, armazenamento e colaboração entre instituições dos dois países. São todos atos celebrados durante a visita do Chanceler Abdallah, em janeiro de 2006.

Intercâmbio comercial Brasil-Tunísia (US\$ milhões FOB)



Fonte: MDIC/Secex

Aviso nº 518 – C. Civil

Em 16 de maio de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Marília Sardenberg Zelner Gonçalves, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para

exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Tunísia.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

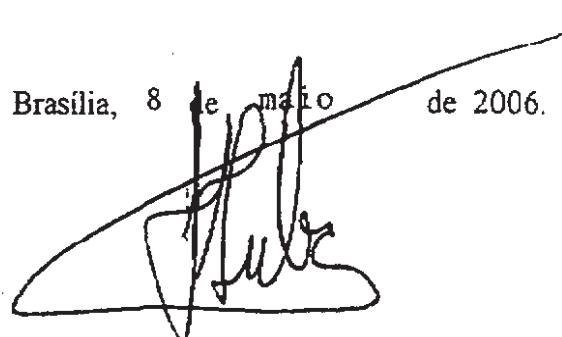
MENSAGEM Nº 134, DE 2006

(nº 326, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "P", da Constituição, combinado com o art. 12 e § 1º do art. 13 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor JOSE CARLOS BARTH para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Brasília, 8 de maio de 2006.



CURRICULUM VITAE

JOSE CARLOS BARTH

TeI: (21) 7836-9316
(21) 9964-1541

E-mail: barth@dac.gov.br
josebarth@hotmail.com

DADOS PESSOAIS:

- Data de Nascimento: 04/04/1944;
- Natural: Porto Alegre-RS;
- Nacionalidade: Brasileiro;
- Filiação: Heinz Barth e Noémia Miller Barth;
- Estado Civil: Casado;
- CPF: 387.359.208-82;
- RG: 134.856 - Ministério da Defesa.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

- Licença de Piloto Privado PP - Aeroclube de São Leopoldo, RS - 1962;
- Licença de Piloto Comercial PC - Aeroclube de São Leopoldo, RS - 1965;
- Licença de Piloto de Linha Aérea PLA - VARIG S/A - 1971;
- Jatos Wide Body: 8.786.3hs,
- Jatos Narrow Body: 7.263.1hs,
- Turbo Hélice: 3.024.9hs,
- Hélice: 2.355.8hs,
- Multi Motores: 2.234.0hs;
- Simuladores de Vôo Nível D: 928.0hs;
- Total de Horas de Vôo: 25.514.3 Horas;
- INSPAC OPERAÇÕES - Departamento de Aviação Civil-DAC;
- INSPAC PILOTO Douglas MD11, Embraer 170/190;
- AUDITOR LIDER - ICAO ISO 9001:2000;
- AUDITOR USQAP - ICAO.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

04/2001 - Presente

- DAC - Departamento de Aviação Civil, Rio de Janeiro, RJ;
Divisão de Operações de Vôo;
- Inspac Operações, Supervisão operacional de atividades aéreas regidas pelas Seções 91,119,121,129,135,142 dos FAR/RBHA;
- Auditor de Operações nas Empresas de Transporte Aéreo, regidas pelo RBHA 121;
- Avaliador Operacional de Vôos e Bases Nacionais e Exterior;
- Gerenciador na aprovação de Treinamentos de Solo e Vôo;
- Palestrante e Conferencista em Cursos de Operações Especiais de Vôo;
- Inspetor Principal Operacional TAM Linhas Aéreas S/A;
- Embraer - Membro do Grupo de Certificação e Avaliação Operacional ERJ170/190.

11/1999 - 03/2001

- **STS - Svs. Técnicos de Treinamentos Simulados Ltda, Rio de Janeiro, RJ;**
Instrutor de Simulador Nível C; Treinamentos de FBS/FFS para Pilotos em transição para aeronaves **Douglas MD11**.

11/1968 - 07/1999

- **VARIG S/A, Viação Aérea RioGrandense,**
Comandante, Examinador e Instrutor de Vôo e Simulador de Aeronaves a jato de grande porte em rotas Transcontinentais e Transoceânicas desde 1984; com experiência nas Américas do Sul, Central e do Norte, Ásia, Pacífico Sul, Oriente Médio, Europa, Atlântico Sul, Oceano Índico e África; Responsável pela Segurança, planejamento e eficiência Operacional de Vôos de Passageiros e Carga.
Chefe de Equipamento, Gerenciamentos Técnicos e Administrativos de Tripulantes e de Pessoal.

11/1996 - 07/1999

- **Comandante MD11, - 1.876.0 Horas;**
Examinador, Instrutor de Vôo e Simulator;

09/1994 - 09/1996

- **Comandante B747-200/300 - 1.200.0 Horas;**
Instrutor de Vôo.

10/1993 - 07/1994

- **Comandante B747-400 - 1.056.1 Horas;**

12/1990 - 07/1993

- **Comandante B747-200/300 - 2.803.7 Horas;**

10/1986 - 10/1990

- **Comandante DC10-30 - 2.926.7 Horas;**
Examinador, Instrutor de Vôo e Simulator.

11/1984 - 07/1986

- **Comandante B707-320C - 2.231.0 Horas;**
Instrutor de Vôo.

09/1974 - 09/1984

- **Comandante B737-200 - 5.032.1 Horas;**
Piloto Chefe Assistente e Instrutor de Vôo.

02/1972 - 10/1974

- **Comandante FH-227B - 1.563.7 Horas;**
Chefe de Equipamento e Examinador.

04/1970 - 06/1971

- **Comandante HS-748 AVRO - 1.461.2 Horas;**
Instrutor de Vôo.

12/1968 - 02/1970

- **Copiloto Douglas DC-3/C-47B - 2.121.8 Horas.**

EXPERIÊNCIA COMPLEMENTAR:

- **Curso de Auditor USQAP - ICAO Universal Safety Audit Programme - 2006**
Instituto de Aviação Civil - IAC Rio de Janeiro, RJ
Treinamento, Qualificação e Certificação;

- **Ground School de Boeing B747-400** - 1993
Boeing Co. Seattle, WA USA;
Treinamento e Qualificação.
- **Curso de Instrutor de Vôô e Simulador** - 1989
Varig S/A, Rio de Janeiro, RJ;
Treinamento e Qualificação.
- **Curso de Tráfego Aéreo Internacional-TAI** - 1984
Varig S/A, Rio de Janeiro, RJ;
Treinamento e Qualificação.
- **Cargo de Superintendente de Operações de Vôô** - 1977/1979;
Varig S/A, São Paulo, SP;
Gerenciamento Doméstico de Tripulantes e de Pessoal na área Técnica e Administrativa; Planejamento e Execução de Vôos; Controle de Treinamento; Eficiência Operacional de Aeronaves, Serviços, Equipamentos e Material.
- **Cargo de Piloto Chefe** - 1975/1977;
Varig S/A, São Paulo, SP;
Supervisão das atividades Técnica e Administrativa de Tripulantes.
- **Cargo de Assistente de Piloto Chefe** - 1974/1975.
Varig S/A, São Paulo, SP;
Supervisão das atividades Técnica e Administrativa de Tripulantes.
- **Ground School de Boeing B737-200** - 1974
Boeing Co. Seattle, WA USA;
Treinamento e Qualificação.
- **Curso Piloto de Linha Aérea - PLA** - 1971
Varig Airlines São Paulo, SP;
Treinamento e Qualificação,
ICAO/DAC - Licença N°01587

OUTROS DESEMPENHOS:

- Conferencista em Curso de Inspector de Seguridad Operaciones - IAC - RJ;
- Ministrei Aulas de CRM - IAC RJ;
- Ministrei Cursos de Operações Especiais de Vôô;
ETOPS - RVSM - RNP - GPS - Operações em Tempo Frio - Operações com Baixa Visibilidade - Aproximações CAT II/ III - DAC/IAC-RJ;
- Utilizadcr de Computação em Windows, Word, Power Point 2000 e Ecxel XP;
- Idiomas Inglês e Espanhol.

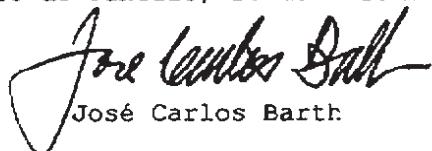
EDUCAÇÃO:

- Formação em Ciências de Aviação, Thornton & Ewing College, USA - (1992);
- Curso de Idioma Inglês, CCAA - São Paulo, SP - (1979);

RECONHECIMENTOS:

- **Medalha TIRADENTES**, pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, RJ-06/2005;
- **MOÇÃO de Louvor**, pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, RJ-03/2005;
- **Placa de Ouro Personalizada**, em agradecimento por 30 anos de dedicação a Organização Varig S/A, Rio de Janeiro, RJ - 11/1998;
- **Diploma de 25 Anos**, como Comandante na Empresa Varig S/A, Rio de Janeiro, RJ - 11/1993.

Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 2005



José Carlos Barth

Aviso nº 461 - C. Civil.

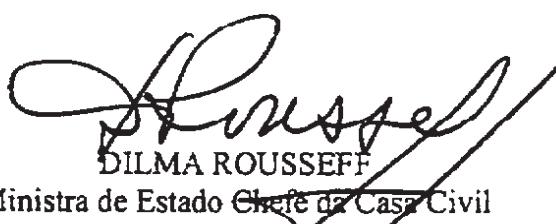
Brasília, 8 de maio de 2006.

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSE CARLOS BARTH para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE**
1988**Seção IV**
DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

LEI N° 11.182, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005.

Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências.

Art. 12. Os diretores serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados pelo Presidente da República, após serem aprovados pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

Art. 13. O mandato dos diretores será de 5 (cinco) anos.

§ 1º Os mandatos dos 1^{os} (primeiros) membros da Diretoria serão, respectivamente, 1 (um) diretor por 3 (três) anos, 2 (dois) diretores por 4 (quatro) anos e 2 (dois) diretores por 5 (cinco) anos, a serem estabelecidos no decreto de nomeação.

(À Comissão de Infra-Estrutura)

MENSAGEM Nº 152, DE 2006

(Nº 376/06, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Solicito a Vossas Excelências a retirada da indicação do Senhor José Carlos Barth, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, enviada a essa Casa com a Mensagem nº 326, de 8 de maio de 2006.

Brasília, 16 de maio de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Aviso nº 523 – C. Civil

Brasília, 16 de maio de 2006

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excentíssimo Senhor Presidente da República solicita a retirada da indicação do Senhor José Carlos Barth, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, enviada a essa Casa com a Mensagem nº 326, de 8 de maio de 2006.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A mensagem lida foi anexada ao processado da **Mensagem nº 134, de 2006**, e será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, mensagens do Senhor Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

**MENSAGENS
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

– Nº 146, de 2006 (nº 351/2006, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla, sancionado e transformado na Lei nº 11.303, de 11 de maio de 2006;

– Nº 147, de 2006 (nº 352/2006, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filia-

do, sancionado e transformado na Lei nº 11.304, de 11 de maio de 2006; e

– Nº 148, de 2006 (nº 353/2006, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2003 (nº 1.480/99, na Casa de origem), que denomina “Viaduto Jefferson Cavalcanti Tricano” o viaduto no quilômetro 82 da rodovia BR-116, na cidade de Teresópolis – RJ, sancionado e transformado na Lei nº 11.305, de 11 de maio de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**AVISOS
DE MINISTROS DE ESTADO**

– Nº 51/2006, de 28 de abril último, do Ministro da Previdência Social, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.062, de 2005, do Senador Luiz Otávio; e

– Nº 89/2006, de 12 do corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 22, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Cópia das informações referentes ao **Requerimento nº 1.062, de 2005**, foi anexada ao **Aviso nº 29, de 2005**, que retorna à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005**, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

O Projeto vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 101, inciso II, letra d, do Regimento Interno, tendo em vista que tanto o projeto quanto o substitutivo instituem tipo penal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2005**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas.

Tendo sido aprovado em apreciação terminativa pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por permuta com o Senador Marco Maciel.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o

seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o desenvolvimento econômico e social exige investimentos significativos em infra-estrutura.

Há um consenso em torno de uma definição imediata de uma agenda da infra-estrutura para o Brasil. Ela precisa ser rápida e plenamente implementada para possibilitar uma retomada vigorosa do investimento.

Como estamos no ano eleitoral e o processo eleitoral sempre é um ressuscitar de esperanças, imaginamos ser oportuno trazer ao debate questões fundamentais para o desenvolvimento do País. Não há dúvida de que estamos nos referindo a uma dessas questões.

Não vejo como possa um candidato à Presidência da República ignorar a realidade que descrevo. O cidadão brasileiro está sendo o maior prejudicado diante das indefinições existentes no Brasil. São 15 milhões de pessoas ainda sem acesso à eletricidade; 14 milhões não têm água canalizada; 75 milhões estão desprovidos de redes de coleta de esgoto.

Portanto, este é um tema essencial, é claro, entre todos os demais importantes para a organização da administração pública no Brasil.

Hoje, destaco a importância de se investir, com vigor, em infra-estrutura no Brasil, sob pena de estarmos preparando uma espécie de “apagão logístico” em nosso País.

Falo, especialmente hoje, sobre um modais importantes para a indústria e a logística no Brasil: o transporte marítimo.

Em que pesem os entraves existentes – portos ainda inadequados, burocracia e altas tarifas, para citar apenas alguns –, o setor movimenta mais de 350 milhões de toneladas ao ano.

No Estado do Paraná, as atividades portuárias estão diretamente ligadas ao nosso desenvolvimento,

tendo o porto de Paranaguá como a sua mola propulsora.

Trazemos à tribuna do Senado, mais uma vez, a nossa preocupação com a crise sem precedentes que atravessa o Porto de Paranaguá e a estagnação que se irradia pelo município e por todo o Estado. Enfatizei a expressão “mais uma vez” porque esse assunto se repete aqui. Na Câmara dos Deputados, houve até apresentação de decreto legislativo para estabelecer a intervenção no Porto de Paranaguá. O decreto foi aprovado na Câmara dos Deputados e ficou para ser discutido no Senado Federal. Houve uma paralisação na sua tramitação e, naturalmente, ele se encontra engavetado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, até porque pedir a intervenção do Governo Federal no Porto de Paranaguá é inócuo.

É evidente que o Presidente da República não vai determinar a intervenção. Ele não tem respeitado nem mesmo as decisões judiciais; não tem respeitado, neste caso, o Supremo Tribunal Federal, ou o Superior Tribunal de Justiça, que em mais de uma oportunidade decidiu pela intervenção no Estado do Paraná. E não houve providência alguma por parte do Presidente da República.

Então, faz bem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal em não dar importância a tal decreto, porque seria gerar uma falsa expectativa, e providência jamais ocorreria. Não há nenhuma dúvida em relação à omissão do Presidente da República neste caso.

O cenário no Porto de Paranaguá é desolador. Vai da ausência de investimentos públicos até o desemprego, passando pelas dificuldades enfrentadas pelos usuários do Porto no desenvolvimento de suas atividades.

A pedido do Presidente do PSDB de Paranaguá, o ex-Deputado Fregonesi, eu gostaria de registrar o mapeamento primoroso realizado pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá – Aciap – sobre a estagnação das atividades econômicas no município em decorrência da gestão temerária do Porto de Paranaguá.

Os meus parabéns ao Presidente da Aciap, Alceu Claro Chaves, e a todos os integrantes das câmaras setoriais pelo criterioso trabalho de coleta de dados.

Vamos passar em revista alguns dados que revelam a gravidade da situação.

1) A falta de aplicação por parte da autoridade portuária dos recursos próprios, existentes em caixa, para a dragagem do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atração, além da perda da dotação que constava do orçamento da União para a construção do

Cais Oeste, soma-se à total inércia na busca de investimentos federais.

2) É bom ressaltar que a quase totalidade dos portos brasileiros, por intermédio da Agenda Portos, recebe recursos entre R\$89 milhões (Porto de Santos) e R\$5 milhões (Porto de Aratu/ Bahia)

3) Os portos de Itajaí e São Francisco do Sul, em Santa Catarina, receberam da Agenda Portos, respectivamente, investimentos da ordem de R\$ 47 milhões e 300 mil Reais e 33 milhões e 240 mil Reais.

4) O porto de Paranaguá não recebeu um único Real da Agenda Portos/ Projeto Piloto 2004 e 2005. Portanto, 45 milhões e 300 mil para o porto de Itajaí e zero para o porto de Paranaguá. Trinta e três milhões e 240 mil reais para o porto de São Francisco e zero para o porto de Paranaguá. É desnecessário tecer qualquer comentário sobre o impacto negativo dessa total ausência de investimentos próprios ou federais no Porto de Paranaguá.

5) Enquanto a evolução da exportação de soja em grão apresentou o crescimento pífio de 1,4% no porto de Paranaguá, o porto de Santos teve um incremento de 32,55% e o de São Francisco do Sul, de 116,94%. Portanto, o porto de Santa Catarina, teve um crescimento de 116, praticamente 117%, enquanto que o porto de Paranaguá 1,4% apenas de crescimento.

6) Não podemos deixar de mencionar que a restrição imposta à movimentação de transgênicos no porto de Paranaguá contribui significativamente para esses resultados.

7) Os resultados advindos desse desempenho claudicante se projetam de forma cruel na cidade de Paranaguá: menos postos de trabalho e uma queda considerável nas transações comerciais do varejo.

8) Há um fator agravante nesse quadro tão preocupante: refiro-me à ausência de diálogo e entrosamento entre a autoridade portuária e a comunidade local. O diálogo sempre existiu.

9) A cooperação e a parceria em busca dos objetivos comuns entre a comunidade portuária e a autoridade portuária era um fato corriqueiro até 2002.

10) A partir de 2003, foi inaugurada uma temporada de conflito aberto e permanente, terminando com a comunidade portuária sendo menosprezada e até agredida pelo dirigente do porto de Paranaguá.

11) Sr. Presidente, poderia elencar inúmeros dados sobre o diagnóstico que exibe o cenário sombrio do porto de Paranaguá. É claro que não devo apresentar aqui todos esses dados. No entanto, é bom concluir registrando que determinações esdrúxulas no tocante às atividades portuárias, tomadas em flagrante desrespeito às normas da delegação à legislação em geral e às decisões judiciais, vêm trazendo intranqüilidade e prejuízo ao porto de Paranaguá, que assiste à fuga de cargas, notadamente de grãos, para portos concorrentes. Daí o crescimento extraordinário do porto de São Francisco, que cresceu 117%.

Basta à intransigência e à incompetência da direção do maior porto do País de exportação de grãos, que é o porto de Paranaguá!

Esse é um pedido da Associação Comercial da cidade, que, aliás, se soma aos apelos constantes dos setores produtivos do Paraná, um basta à incompetência.

Faço esse registro, Sr. Presidente, especialmente porque o ano eleitoral nos anima a propor, a reivindicar, a apresentar sugestões na esperança de que aqueles que se postulam dirigir o País ouçam a sociedade brasileira em relação às suas mais legítimas aspirações.

E, a propósito do ano eleitoral, gostaria de trazer à tribuna também, aproveitando o tempo que me resta, aquilo que o jornal **Estado de S. Paulo** noticia, que o Presidente Lula percorreu, neste ano eleitoral, apenas em deslocamentos internos, 63.383 quilômetros, o que corresponde a pouco mais de uma volta e meia ao redor do mundo, ou seja, o Presidente, em deslocamentos internos, no Brasil, nesta fase de pré-campanha eleitoral, andou mais de uma volta e meia ao redor do mundo. Foram 60.435 quilômetros a bordo do "aerolula" e mais 2.984 quilômetros no helicóptero Superpuma, que serve à Presidência. O custo, só em combustível, é estimado em três milhões e cento e cinqüenta mil reais.

De acordo com o jornal **O Estado de S. Paulo**, mais de sessenta equipes de trinta pessoas cada, tiveram de ser formadas para dar suporte às viagens do Presidente Lula pelo País, nesses quatro meses e meio. Isso custou em diárias pelo menos oitocentos e cinqüenta mil reais, totalizando um gasto de quatro milhões de reais.

Esse valor representa mais do que o dobro do gasto com transporte aéreo, em aviões, declarado pelo candidato Lula na campanha de 2002. De acordo com o registro do Tribunal Superior Eleitoral, a campanha de Lula gastou um milhão e duzentos e quarenta mil reais com uma determinada empresa aérea que o atendeu naquela campanha.

O “staff precursor” é composto por, no mínimo, trinta pessoas, em média 35, mas pode chegar a quarenta por cidade, número bem maior do que habitualmente era usado pelos Governos anteriores.

Eu faço esse registro, Sr. Presidente, não só para dizer que se trata de desperdício do dinheiro público, desvio de finalidade, ou seja, gasto indevido do imposto pago com sacrifício pela população do Brasil, excesso, exagero, mas de uma ação perdulária do Governo Federal e, sobretudo do Presidente da República.

Faço o registro para destacar, mais uma vez, que é necessário combater o instituto da reeleição no Brasil. No nosso País, está comprovado pela experiência vivida nas últimas eleições e nessa fase pré-eleitoral. Nossa País não está preparado politicamente para adotar o instituto da reeleição. O abuso é inevitável. A utilização da máquina pública ocorre de forma aberta e impune. Há uma competição desigual. Aqueles que concorrem com o detentor do poder concorrem em desvantagem. Não há como estabelecer comparativo. As condições de campanha eleitoral são extraordinariamente superiores da parte daquele que disputa a reeleição. É assim para a Presidência da República, como para os Estados da Federação.

Creio que, na agenda política do Congresso Nacional, na agenda dos trabalhos do Congresso Nacional, devemos colocar como uma das prioridades, sobretudo quando se tratar de reforma política, o fim da reeleição.

Estamos diante de um fato da maior gravidade. O relato sobre as viagens do Presidente da República choca qualquer cidadão do País. É por isso que alegam sempre que o Presidente não gosta de ouvir de seus assessores relatos sobre problemas administrativos, que o Presidente não gosta de ser convocado a discutir problemas. Talvez por isso tenha um gosto incrível pelas viagens. A bordo do Aerolula, sente-se confortável e imagina estar muito distante dos problemas do País.

Ainda recentemente, quando passava o fim de semana na fazenda do seu amigo, o Ministro do Turismo, em Minas Gerais, questionado sobre um problema ocorrido no fim de semana, disse que não leu os jornais, não ouviu televisão e que só iria tomar conhecimento dos acontecimentos na segunda-feira. É evidente que um Presidente de República não tem direito a essa irresponsabilidade, mesmo que seja só de fim de semana. Não se perdoa a irresponsabilidade de quem dirige o País nem mesmo nos fins de semana, pois os problemas ocorrem também em fins de semana, tragédias acontecem.

Um Presidente de República tem de estar permanentemente pronto para atender às demandas. Não é o caso. O nosso Presidente prefere fazer campanha; está permanentemente em campanha. Ouvi da tribuna,

inúmeras vezes, líderes governistas ufanistas afirmando o favoritismo do Presidente, sua liderança incontestável nas pesquisas. Com base nisso, o Presidente até poderia dispensar-se de fazer campanha eleitoral e cuidar mais dos problemas do País. Se é favorito, se está disparado na liderança nas pesquisas eleitorais, por que tanto empenho em fazer campanha, descuidando-se das suas tarefas primordiais que dizem respeito ao interesse público?

Por que gastar tanto? Por que toda essa parceria logística a serviço da sua campanha? Por que tanta gente a seu dispor? Por que equipamentos e dinheiro públicos utilizados dessa forma, de forma a provocar não apenas o espanto da imprensa, que divulga, mas, certamente, a indignação daqueles que pagam impostos e sofrem as consequências da carga tributária que esmaga, e vêem, lamentando, evidentemente, os recursos oriundos dos impostos pagos com tanto sacrifício serem utilizados indevidamente?

Portanto, um dia, quem sabe – não sei daqui a quanto tempo –, o nosso País terá condições de implantar o instituto da reeleição. Mas está provado que não aprendemos ainda o suficiente. As lições não foram suficientes até hoje. Os exemplos que aí estão não ensinam, mas desorientam. Diante desse péssimo exemplo do Presidente Lula a que acabo de me referir, reforçamos a tese de que é preciso acabar, sim, com a reeleição no Brasil, estabelecendo a alternância no poder de eleição para eleição.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a a condescendência do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Convido V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, a assumir a Presidência da sessão.

O Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Papaléo Paes, por permuta com o Senador Sibá Machado.

S. Ex^a tem a palavra por quinze minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, nas sociedades complexas, que constituem a marca mais evidente do mundo contemporâneo, a representação política assume um papel de grande relevância. Em grupamentos classificados como sociedades de massa, dentro das quais se manifestam interesses difusos múltiplos e freqüentemente antagônicos, seus integrantes precisam, inevitavelmen-

te, delegar a um representante a função de vocalizar e defender, no espaço público, seus valores, idéias e reclamos. Na verdade, os últimos séculos de experiência política no Ocidente continuam a apontar a democracia representativa como a via menos ineficiente para a condução dos negócios públicos quando está em jogo o interesse coletivo e o bem comum.

Assim, em 2002, quando postulei uma vaga no Senado da República – depois de uma gestão, nos anos 90, à frente da Prefeitura Municipal de Macapá, considerada, para minha alegria, amplamente satisfatória por meus concidadãos –, tinha em mente os desafios que se seguiriam a minha eventual conquista. Se, então, eles não eram poucos, devo reconhecer que, na atualidade, esses desafios se mostram multiplicados e potencializados, exigindo dedicação plena, empenho e extrema atenção dos agentes públicos.

Hoje, quando estou próximo de completar a meu primeiro quadriênio nesta Casa, vejo que muito já realizamos em favor da população do Amapá. Contudo, é inequívoco – e percebo isso com enorme clareza – que temos enorme trabalho à frente. No exercício da atividade parlamentar, e não poderia ser de outra forma, tive sempre como meta a criação dos mecanismos essenciais para proporcionar o desenvolvimento do Amapá. Estive, estou e sempre estarei comprometido com a idéia básica do desenvolvimento em sua variante sustentável, visto que ela garante consistência e, assim, condições de continuidade às ações desencadeadas.

Nessa linha, Sr. Presidente, quero destacar, neste pronunciamento, algumas proposições legislativas que apresentei ao longo dos últimos anos, voltadas prioritariamente para garantir as bases de sustentabilidade do desenvolvimento do Estado do Amapá.

Em primeiro lugar, cito o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2005, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento de Macapá e Santana. Como se sabe, esses dois Municípios conformam a maior concentração populacional de meu Estado, consolidando-se também como os dois principais pontos de crescimento urbano do Amapá. A falência de projetos agropecuários e minerais, como o Projeto Jari Celulose e a exploração de jazidas de manganês na Serra do Navio, a elevação do Território Federal do Amapá a Estado, bem como a regulamentação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, são apontados como fatores decisivos para a evolução populacional de nossos dois maiores centros urbanos.

Esses Municípios recebem fluxos migratórios que não se restringem ao interior do Estado, mas contemplam igualmente migrantes do Pará, Maranhão e Ceará. Tem-se, então, a indução a um crescimento desordenado, um verdadeiro inchaço urbano, sem a concorrente expansão e melhoria da infra-estrutura e

dos serviços sociais básicos. As notórias deficiências estruturais se vêem ainda agravadas pela pobreza e pelo desemprego crescentes. Ajunte-se a isso o desempenho débil da economia estadual em estrita dependência dos repasses federais.

Tudo somado, parece-nos consequente e óbvio propor a criação da chamada Região Integrada de Desenvolvimento. Entendo que essa integração permitirá o equacionamento dos sérios problemas que alcançam o aglomerado urbano formado por Macapá e Santana. Isso porque tornará mais articulada a execução de programas e projetos, a partir da visão abrangente das dificuldades e potencialidades da região e das ações passíveis de realização em favor do seu desenvolvimento.

Uma segunda proposta que gostaria de comentar aqui se refere à alteração da Lei nº 8.387, de 1991. A idéia é conceder os mesmos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus para os bens de informática e automação industrializados na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.

Essa proposição fundamenta-se no fato de que, embora a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana tenha sido instituída para incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos e promover o desenvolvimento do Amapá, na prática, esses objetivos não se concretizaram de maneira expressiva. De fato, o modelo de área de livre comércio, com foco no comércio de produtos importados para a população local e viajantes, mostrou-se insuficiente para a promoção do desenvolvimento do Estado. Logo, urge o estabelecimento de condições para a implantação e a consolidação de atividades produtivas que tenham potencial de crescimento e que ofereçam alternativas para o crescimento sustentado. A equalização fiscal seria um passo indispensável nessa direção.

É exatamente o que se pretende com o projeto em tela, que deverá estimular investimentos e produção na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, especificamente no setor de informática e automação. Registre-se que o setor apresenta um enorme potencial de crescimento, o que deverá contribuir de maneira decisiva para os necessários e desejados avanços social e econômico do Amapá.

Um terceiro projeto, Sr. Presidente, é o de nº 23, de 2006. Por meio de iniciativa, fica o Poder Executivo autorizado a criar campi avançados da Unifap – Universidade Federal do Amapá, nos Municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jari e Amapá. A medida visa a democratizar o acesso à educação superior, facilitando aos habitantes de distintas regiões do Estado o ingresso no ensino superior público.

Creio que a expansão da educação universitária pública é uma das preocupações de toda a sociedade, que merece – e, na verdade, tem merecido – a atenção

do Governo Federal. Portanto, iniciativa dessa natureza deve ser incentivada em benefício, sobretudo, das faixas mais carentes da sociedade brasileira. Além disso, sabidamente, a educação avançada é fator decisivo para o desenvolvimento socioeconômico, mostrando-se fundamental para a redução das desigualdades regionais, tão evidentes em nosso País.

Por fim, mas não menos importante, está o Projeto de Lei nº 484, que apresentei ao Senado Federal em 2003. Essa proposição legislativa autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Macapá. Voltada para o ensino médio profissionalizante, a escola viria a atender às necessidades de formação de quadros de nível médio especializados, notadamente aqueles voltados para as áreas do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, tão escassos e importantes para a nossa região.

Sr. Presidente, inclusive o pré-candidato à Presidente da República pelo PSDB, Geraldo Alckmin, esteve em Macapá. Ao observar a potencialidade do Estado, S. Ex^a realmente ficou muito surpreso ao saber da realidade do Estado no que se refere à escola técnica, ao saber que não existe uma escola técnica no Estado do Amapá. Ao mesmo tempo, S. Ex^a sentiu-se alegre em saber que eu já havia feito essa proposição, porque esse assunto já havia sido motivo de preocupação anteriormente.

O nosso futuro Presidente, se Deus quiser, comprometeu-se a lutar para que, brevemente, haja uma escola técnica no Estado do Amapá.

Enfim, Sr. Presidente, em rápidas palavras, são esses alguns dos projetos de lei de minha autoria que ora tramitam no Congresso Nacional. Todos, como se vê desde logo, deixam evidente a preocupação central com o desenvolvimento sustentável do meu Estado. Cada um deles, como é natural, submete-se ao devido processo legislativo, encontrando-se em distintas fases de tramitação.

O primeiro, relativo à Região Integrada de Desenvolvimento de Macapá e Santana, já mereceu relatório e voto pela aprovação do eminentíssimo Senador Amir Lando. Está pronto para entrar na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, razão pela qual peço a devida atenção do nobre Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Por sua vez, a proposição que visa a conceder os mesmos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus para os bens de informática e automação, industrializados na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, encontra-se na Comissão de Educação do Senado Federal. Foi distribuída a outro eminentíssimo Parlamentar baiano, o Senador César Borges, que certamente não deixará de atender aos interesses maiores do Estado do Amapá.

A proposição para a expansão da Universidade Federal do Amapá, com a criação de quatro campi no interior do Estado, que mereceu o voto favorável no relatório elaborado pelo nobre Colega, Senador Antônio Carlos Valadares, espera inclusão na pauta da Comissão de Educação. E isso, por certo, será providenciado rapidamente pelo brilhante e competente Presidente, Senador Gerson Camata.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a criação da Escola Técnica Federal do Amapá, já aprovada nesta Casa.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a criação da Escola Técnica Federal do Amapá, já aprovada nesta Casa, está, atualmente, na coordenação de comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Cabe-me, tão-somente, solicitar aos nossos colegas Deputados Federais que apreciem o Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2003, a fim de que o Amapá e seus jovens estudantes passem a contar com a sua escola técnica federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSBD – PR) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, do PMDB do Amapá. S. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, tive acesso a um documento, cuidadosamente preparado pela rede dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA) e apresentado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, propondo a criação de um Programa Nacional de Educação por Alternância para a Agricultura Familiar.

Para os menos familiarizados, Sr. Presidente, defino brevemente os princípios fundamentais que orientam as ações dos CEFFAs.

O primeiro deles é a finalidade da formação integral e personalizada. O jovem recebe sua formação escolar e profissional de forma contínua, integrada a sua realidade familiar e sócio-profissional.

O segundo princípio é o objetivo do desenvolvimento, tanto das pessoas quanto da comunidade. É este o propósito último do centro de formação: fazer uma diferença no que diz respeito ao aprimoramento das condições do meio em que se insere, promovendo o desenvolvimento de forma sustentável.

Como meios para esses dois fins, são usados dois recursos. O primeiro deles é o da pedagogia da alternância, que consiste na combinação de períodos que o jovem passa em família, ou em estágio em propriedades ou empresas, e períodos no Centro de Formação. A idéia é tratar o jovem como sujeito con-

textualizado, evitando a mera transmissão vertical dos conhecimentos, que, muitas vezes, caracteriza a escola tradicional, e levando a sério o fato de que o conhecimento deve ser construído na interação das pessoas entre si e das pessoas com o meio em que estão inseridas.

O outro recurso para aqueles fins é a base associativa. Esses Centros de Formação são constituídos, principalmente, pela associação de famílias rurais, sobretudo aquelas com filhos e com filhas estudando regularmente. Esse modelo associativista permite uma aproximação mais efetiva da realidade dos jovens e de suas famílias, além de envolver diretamente na gestão a comunidade interessada em resolver seus próprios problemas.

Vê-se, Sr. Presidente, já pelos princípios que norteiam esses Centros, que seu trabalho é valiosíssimo. O fato de que estão voltados para o meio rural, mais particularmente para a agricultura familiar, acentua ainda mais esse valor. Com efeito, Sr^{as}s e Srs. Senadores, embora o Brasil tenha feito algum progresso no sentido da universalização do ensino fundamental e médio, persistem ainda disparidades notáveis entre o campo e a cidade. Um programa cujos resultados podem fazer diminuir essas disparidades deve ser, portanto, saudado como extremamente bem-vindo.

Além disso, a opção pela agricultura familiar é outro acerto digno de notas. Como todos sabemos, a esmagadora maioria dos estabelecimentos agrícolas produtivos no Brasil é formada por núcleos de agricultura familiar. A atividade agrícola de cunho familiar está ainda associada diretamente à questão da segurança alimentar, à geração de emprego e à distribuição de renda.

Apostar na formação dos jovens nesse contexto, assim, é duplamente estratégico: é fundamental como ação educativa e é importante como forma de promover o desenvolvimento econômico e social, dando bases mais sólidas para a agricultura familiar.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, os CEFFAs já têm, no Brasil, uma história de mais de três décadas. Foi no fim dos anos 60, no Espírito Santo, com a criação da Escola Família Agrícola, que essa história começou, trazendo para o Brasil uma bem-sucedida experiência que teve início na França, nos anos 30. Hoje, já são 248 centros, entre Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais, presentes em 21 Estados brasileiros, abrangendo 820 Municípios. Em 2004, esses Centros atendiam 20,4 mil jovens, formando, anualmente, quase seis mil.

Os impactos do trabalho realizado são visíveis. O nível de escolarização básica dos filhos de agricultores tem aumentado, a evasão e a repetência têm diminuído. A profissionalização é garantida, e há até mesmo a perspectiva, para o jovem, de gerar renda

por meio de um projeto profissional inserido em sua formação. A maioria dos jovens formados permanece no campo, levando para sua prática os conhecimentos adquiridos, muitas vezes ainda passando a participar ativamente das associações, das cooperativas e dos sindicatos que organizam a vida comunitária. Enfim, o efeito benéfico desses Centros multiplica-se indefinidamente, refletindo-se diretamente na melhoria da vida dos homens e das mulheres do campo.

O grande objetivo da rede dos CEFFAs, ao propor o Programa Nacional de Educação por Alternância para a Agricultura Familiar, é inspirar uma política pública integrada, voltada prioritariamente para o fortalecimento da agricultura familiar.

Senador Papaléo Paes, V. Ex^a manifesta o desejo de me apartear, levantando o microfone. Assim, antecipo-me e concedo-lhe, gentilmente, um aparte que irei incorporar a meu pronunciamento, para que fique registrado nos Anais desta Casa.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges. Eu estava atento ao seu discurso e, logicamente, esperando o momento certo para que V. Ex^a pudesse me conceder o aparte, que, com muita honra, recebi. A sua linha de discurso é exatamente a que o Amapá tem como expectativa. Hoje, em termos de 3º Grau, há um quadro muito bom de ofertas no Estado do Amapá. Há muitas faculdades, muitos cursos de 3º Grau, mas acredito que resta uma lacuna, relacionada ao curso técnico, à preparação de técnicos, como muito bem V. Ex^a assinalou, na área agrícola. Essa, hoje, é uma carência em nosso Estado. Por essa razão, parabenizo V. Ex^a pela preocupação e pelo incentivo que dá às escolas agrícolas do Estado do Amapá, que precisam de mais sustentabilidade para que possam continuar desenvolvendo esse belo trabalho, que é o de preparação de técnicos agrícolas, incentivando aquelas famílias a permanecerem no campo. Estamos muito preocupados com o êxodo rural, principalmente pela falta de apoio ao campo. E esse apoio passa pelo técnico, que elabora práticas que propiciam o desenvolvimento da agricultura em nosso Estado. Parabenizo-o, mais uma vez, pela preocupação e pela necessidade observada de, nesta Casa, pleitearmos o preenchimento das dificuldades que enfrentamos no Estado do Amapá. Parabéns, Senador Gilvam Borges!

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento.

Fortalecer a agricultura familiar, Sr. Presidente, na forma como está posto no projeto dessas importantes escolas, implica uma série de outros pontos, igualmente valiosos: o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a preservação do meio ambiente e

das identidades culturais, a geração de emprego e de renda e a fixação dos jovens do campo.

Por tudo isso, Srs e Srs. Senadores, por tudo o que envolve e promete, fiz questão de trazer este assunto à atenção de todos. Espero que não apenas o Governo Federal, em especial o Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas também os diversos Governos Estaduais e Municipais se convençam da importância de apoiar iniciativas como esta, que brota da própria sociedade civil organizada, por intermédio dessas importantes escolas de formação, que garantirão a permanência de milhares de famílias no campo. De minha parte, deixo registrado aqui meu apoio a essa iniciativa e minha admiração por esse belo trabalho realizado por essas escolas, cujo resultado é uma vida mais rica e digna para aqueles que escolheram viver no campo.

Sr. Presidente, a importância do apoio do Governo Federal e dos Governos Estaduais e Municipais é estratégica. Todos sabemos que somente a educação e o conhecimento podem revolucionar e melhorar a condição dos trabalhadores, que, com conhecimento e com boa técnica, terão a garantia do pão e a melhoria da renda familiar, evitando-se que milhares de agricultores marchem para os grandes centros urbanos, sem perspectiva, formando enormes bairros de palafitas, onde a questão se agrava, cada dia mais.

Se o homem do campo, os agricultores, têm a oportunidade de se preparar e de tirar da terra, com a boa técnica, as condições de uma boa vida no campo, isso os impedirá de, lamentando e chorando, caminhar em busca dos grandes centros. Boa irrigação, fertilização, utilização do excedente para abastecer os grandes mercados, tudo isso, sem dúvida, trata-se de política séria. Com isso, as famílias retiram da terra seu sustento.

No meu Estado do Amapá, existem três escolas-família: uma funciona na região do Pacuí; outra, entre Pedra Branca e Serra do Navio; outra está indo para a região do Bailique, pelo menos em projeto. É preciso que os Governos Municipais, as Prefeituras, os Governos Estaduais e o Governo Federal tenham a sensibilidade de fazer uma política revolucionária, investindo maciçamente para que os filhos dos agricultores e os próprios agricultores tenham acesso à escola, a fim de que possam prosperar e fazer este País cada vez mais rico.

Sr. Presidente, a Senadora Ideli Salvatti já chegou e se prepara para se manifestar.

Antes de encerrar meu pronunciamento, anuncio que, na semana passada, minha equipe de trabalho esteve nos Ministérios lidando com a liberação de recursos. Não sou um político que gosta muito da oratória. Discurso e defendo idéias, porque assim o Parlamento exige, mas, se pudesse, passaria o tempo todo calado,

só agindo nos Ministérios. Para mim, é mais importante o recurso chegando à escola, ao posto médico, à universidade, às obras de saneamento, do que passar dias e dias, muitas vezes, clamando no deserto. Mas esta é função do Parlamento: aqui defendemos idéias e propostas. Mas nos preocupamos em liberar recursos, a fim de que as obras gerem os empregos necessários e melhorem a qualidade de vida do povo amapaense e do Brasil.

Atenção para a liberação dos recursos: a Agência é a de nº 3775; a Conta Corrente é a de nº 56758; o valor liberado é o de R\$144.753,60; o Convênio é o de nº 554631; o objetivo é o apoio ao projeto Museu dos Povos Indígenas, do Oiapoque. Atenção, Oiapoque, lá no extremo Norte, os recursos já estão na conta! A Ordem Bancária é a de nº 2006OB901469. Também na Agência 3775, do Banco do Brasil, Conta Corrente nº 56758, há recursos no valor de R\$348.013,68. O Convênio é o de nº 554631, objetivando apoio ao projeto Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque. Somados esses recursos, são quase R\$500 mil liberados.

O compromisso com as nações indígenas sempre foi prioridade, Sr. Presidente. Desde que assumi a Câmara Federal, no ano de 1990, defendi a regularização e a demarcação das áreas indígenas. Agora, tenho a oportunidade de anunciar ao povo do Oiapoque que esses recursos foram liberados.

Que Deus nos proteja, Sr. Presidente, que abençoe o Amapá e o Brasil! Que a paz volte a reinar, que tenhamos condições de prosperar, gerando riquezas e trabalhando pela Nação!

Gostaria de registrar minha alegria por ter condições de me manter em pé, de caminhar, de lutar e de honrar o mandato que me foi concedido. Depois de pequeno intervalo, o bom combate me trouxe de volta ao mandato que conquistei pelo voto. Obteve um empate técnico, mas a paciência e a disposição me deram condições de lutar pelo meu Estado e pelo Brasil, com coragem, com determinação e, principalmente, com honestidade.

Portanto, dirijo-me a V. Ex^a, agradecendo também à Senadora Ideli Salvatti, que se prepara para se pronunciar.

Encerro minha fala, agradecendo a Deus pela saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos para fazer seu pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Srs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero deixar consignado que apresento um requerimento – está chegando às mãos

de V. Ex^a –, em que parabenizo a CNBB por, neste final de semana, haver realizado em Florianópolis o 15º Congresso Eucarístico.

Foi um evento extremamente importante, emocionante e relevante, tendo em vista o momento que o País atravessa, de tanta reflexão em relação a questões de segurança com as quais todos nos preocupamos. É um momento de fé, de recolhimento, de consagração às questões mais elevadas do espírito, que sempre precisam ser saudadas como algo importante. Por isso apresento o requerimento, depois passarei às mãos de V. Ex^a, para que seja parabenizada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela realização do 15º Congresso Eucarístico Nacional, que contou com a presença de 240 bispos de todo o Brasil e de algumas centenas de pessoas que se dedicaram, neste final de semana, a uma concentração religiosa da mais alta qualidade e relevância para o nosso País.

Outro assunto que me traz ao plenário – um pouco da alma e da carne e do cotidiano das pessoas – é a questão do saneamento, que preocupa a todos nós, porque, em nenhum lugar do mundo, obtém-se níveis de atendimento à saúde se as condições mínimas de saneamento não forem atendidas.

Hoje, no final da manhã, participamos de um evento importante no Palácio, em que o Presidente Lula anunciou e assinou os compromissos de repasse, com Governadores, Prefeitos e companhias estaduais e municipais de abastecimento e saneamento. São repasses da ordem de R\$1,33 bilhão do Programa Saneamento para Todos, cujas obras serão realizadas em onze Estados da Federação brasileira, beneficiando cerca de 670 mil famílias. O objetivo é exatamente promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população por meio de ações de saneamento integradas com outras políticas públicas.

Os projetos selecionados vieram a partir de um programa de seleção pública, mediante a apresentação de cartas-consultas que foram enviadas ao Ministério das Cidades. A partir da seleção desses projetos enviados, os contratos de financiamento se concretizam por meio da Caixa Econômica, do BNDES e de alguns bancos privados, para que as obras possam ter início até o dia 30 de junho. O critério para escolha dessas propostas considerou vários quesitos: o déficit de saneamento da localidade; o índice de mortalidade infantil; a cobertura dos serviços de água e esgoto; a apresentação de um projeto básico de obras; as condições financeiras do proponente e seu índice de perda de água. Esses foram os critérios utilizados.

Obviamente, como o próprio Presidente Lula teve oportunidade de realçar, tiveram prioridade e foram escolhidos exatamente aqueles Estados, Prefeituras, companhias estaduais ou municipais de águas e saneamento que apresentaram bons projetos, porque,

efetivamente, alguns dos projetos apresentados não oferecem muitas vezes a qualidade técnica adequada para serem escolhidos, razão por que perde-se a aplicação do recurso.

O Saneamento para Todos substituiu vários programas anteriores, como o Pró-Saneamento, Prosear, Pró-Comunidade e Financiamento a Concessões Privadas de Saneamento (FCPS). Nessa substituição, novas regras foram estabelecidas, pelas quais o prazo para pagamento dos financiamentos foi ampliado de 15 para 20 anos e foram criadas duas novas modalidades de financiamento específicas, uma para preservação e recuperação de mananciais e outra para manejo de resíduos de construção e demolição, além das já existentes, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, saneamento integrado, desenvolvimento institucional, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais, estudos e projetos.

O volume de recursos para o ano de 2006 é da ordem de R\$3,5 bilhões. Portanto, esse valor de R\$1,33 bilhão não é ainda sequer a metade dos recursos que, ao longo deste ano, estarão passíveis de serem distribuídos e alocados pelo Governo Lula, pelo Ministério das Cidades. É claro que esses R\$3,5 bilhões são os recursos que estão disponíveis, oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – e aqui é importantíssimo registrar que houve um crescimento significativo do FGTS, devido ao aumento dos empregos com carteira de trabalho assinada. Ou seja, todo esse volume significativo de empregos com carteira de trabalho assinada, que, ao longo desses quase três anos e meio do Governo Lula, ultrapassou a casa dos 3,5 milhões de trabalhadores, fez com que o FGTS também tivesse um volume maior de recursos para serem disponibilizados para habitação e saneamento, que são duas vertentes prioritárias de aplicação do Fundo. Mas, além do FGTS, há o Fundo de Amparo ao Trabalhador e o próprio Orçamento Geral da União.

Então, esses R\$3,5 bilhões disponíveis exclusivamente para saneamento serão sustentados por estas três fontes: FGTS, Fundo de Amparo ao Trabalhador e Orçamento Geral da União.

É bom lembrar que no ano de 2005 foram destinados R\$2 bilhões para o setor, totalizando, ao longo desses três anos e meio do Governo Lula, R\$7,7 bilhões, entre 2003 e 2005.

Quero, ainda, realçar que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, de 2004, que foi realizada pelo IBGE e cujos dados foram divulgados somente em 2005, revelou progressos nos indicadores de cobertura dos principais serviços de saneamento ambiental no Brasil, na comparação com os dados de 2002. No período de 2003 e 2004, 2,76 milhões de domicílios particulares permanentes foram interligados à rede de coleta de esgotos e 3,4 milhões de domicílios

foram conectados à rede pública de abastecimento de água e beneficiados com serviços de coleta de resíduos sólidos. Portanto, entre 2002 e 2003, houve um avanço significativo na inclusão de pessoas, de famílias, tanto na rede de coleta de esgoto, como também na rede de abastecimento de água potável para as populações de diversas regiões do nosso País.

O acréscimo do número de beneficiários elevou os índices de cobertura dos serviços de saneamento do País de 82% para 83,2% dos domicílios particulares conectados com rede de água e de 46,4% para 48,8% dos domicílios conectados à rede de esgotos, e de 84,8% para 85,8% com coleta de resíduos sólidos. Portanto, em dois anos, tivemos a possibilidade de ampliar os percentuais que estão diretamente ligados às metas do milênio. Ou seja, o atendimento de água, esgoto e coleta de lixo são indicadores indiscutivelmente relevantes para dimensionar a qualidade de vida da população.

Outra medida importante é o teste de qualidade. Em maio do ano passado, o Governo Federal assinou o Decreto nº 5.440, garantindo à população o acesso a informações sobre parâmetros de qualidade da água que consome. Os prestadores estão obrigados a informar aos usuários sobre a qualidade da água, em relatório mensal fixados às contas de água. Além disso, o Governo enviou à Câmara dos Deputados, em 23 de maio do ano passado, o projeto de lei que institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Básico, duas importantes medidas para exatamente a regulamentação desse setor básico, com vistas a alcançarmos os índices de qualidade de vida cada vez mais adequados à saúde e ao desenvolvimento da nossa população.

Quanto ao valor de R\$1,333 bilhão para o Programa de Saneamento para Todos, assinado hoje, gostaria de proceder à leitura de todos os Estados que foram beneficiados e o volume dos recursos:

Ceará – R\$16,76 milhões; Distrito Federal – R\$84,53 milhões; Espírito Santo – R\$24 milhões; Goiás – R\$105,21 milhões; Minas Gerais – R\$496,39 milhões; Pará – R\$71,20 milhões; Paraíba – R\$14,10 milhões; Pernambuco – R\$124,89 milhões; Rio Grande do Sul – R\$130,87 milhões; Roraima – R\$77,48 milhões; São Paulo – R\$142,2 milhões. Infelizmente o Paraná não entrou nessa leva, Senador Osmar Dias, mas o meu Estado, Santa Catarina, entrou com R\$51,92 milhões.

Os Municípios que assinaram o convênio foram: Joinville, por meio da Caixa Econômica Federal, no valor de R\$27 milhões; Rio Negrinho, também pela Caixa, no valor de R\$9,96 milhões; Gaspar – o órgão financiador foi o BNDES –, no valor de R\$3,9 milhões; e São Bento do Sul, também por meio do BNDES, no montante de R\$11.068.377,00. Portanto, quatro Muni-

cípios importantes. A maior cidade do nosso Estado, Joinville, além de duas localidades do Planalto Norte – Rio Negrinho e São Bento – e o Município de Gaspar, no Vale do Itajaí.

Portanto, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer o registro dessa importante medida, de todos esses recursos – R\$1,330 bilhão –, para uma das áreas em relação à qual indiscutivelmente temos a obrigação de ampliar cada vez mais os esforços, a fim de que possamos ter a elevação do nível de atendimento da população, até porque daí decorre a qualidade de vida.

Já está mais do que comprovado, a Organização Mundial de Saúde já comprovou à exaustão, que para cada real que se investe em saneamento básico você economiza R\$4,00 aplicados na saúde. Portanto, a prevenção continua sendo – e sempre continuará sendo – o melhor remédio para todos os males da saúde.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senadora Ideli.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 593, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 222 do Risf, Voto de Aplauso para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pela realização do 15º Congresso Eucarístico Nacional, nos dias 20 e 21 passados, com a presença de 240 bispos de todo o Brasil, numa grande concentração religiosa em Florianópolis – SC.

Sala das Sessões, 22 de maio de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 155, DE 2006

(Nº 298/06, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e o art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Fernando Antonio Brito Fialho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, no restante do mandato do Senhor Ronaldo Herbst Dotta.

Brasília, 27 de abril de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

Rua dos Bicudos Qd 14-A, 14 Ap 100, Renascença II – 65075-090 - São Luis – MA – Brasil
Fones: +55-98-3227-1068 / 8112-0044 E-Mail: fernandoabfialho@elo.com.br

DADOS PESSOAIS:

Brasileiro, Casado, Nascido em Fortaleza-CE em 24/10/1963
Filiação: Vicente Cavalcante Fialho e Maria Mirian Brito Fialho
CI 590.981 SSP-DF e CPF 214.178.143-49

RESUMO PROFISSIONAL:

Tenho curso de graduação em Engenharia Civil pela Universidade Estadual do Maranhão, e registro junto ao CREA-MA sob o número 5876 – D, curso de especialização em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/ISAN-MA). Iniciei minha carreira profissional em 1983, obtendo entre 1983 e 2002 uma larga experiência na área de construção civil e infra-estrutura, como gestor ou sócio de empresas regionais de porte médio. Neste período além de desenvolver minhas habilidades de liderança, tendo liderado entre 200 e 1200 pessoas. Administrei um orçamento médio anual de US\$2.000.000,00 participando diretamente de todo o processo empresarial para a produção e comercialização de mais de 5000 unidades habitacionais entre casas e apartamentos. No ano de 2002 assumi o cargo de Gerente Regional de São Luis, correspondente a secretário de estado, onde administrei um orçamento de R\$100.000.000, liderei mais de 15.000 pessoas, fui o responsável por um time multidisciplinar, e adquiri experiência em negociações com a Assembléia Legislativa, com lideranças comunitárias e empresariais. Obtive ainda larga experiência em obras de infra-estrutura urbana, processos licitatórios e orçamento público. De fevereiro de 2003 a 28 de fevereiro de 2005 assumi a Presidência da EMAP- Empresa Maranhense de Administração Portuária, que exerce o papel de Autoridade Portuária do Porto do Itaqui. Na EMAP, administrei um orçamento anual de R\$37.000.000,00 e equipe de aproximadamente 400 pessoas, tendo negociado contratos com grandes clientes como a CVRD, da ordem de R\$260.000.000,00 , convênios com o Governo Federal para financiar projetos que desenvolvemos e que envolvem recursos de R\$203.000.000,00 . Conduzimos o processo de elaboração de projetos como o TEGRAM, que atraem investimentos privados para o porto da ordem de R\$ 143.000.000,00 . Estive a frente do programa de modernização da infra-estrutura e inserção dinâmica do porto no mercado e na cadeia logística do Corredor Norte de Exportação, conduzindo negociações nacionais e internacionais. Participei de missões internacionais a Holanda, India, Vietnã, China e USA.

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

MBA – Gestão Empresarial – Fundação Getúlio Vargas – FGV/ISAN-MA
Graduação em Engenharia Civil – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

HABILIDADES PRINCIPAIS:

Fluência no Idioma Inglês
Capacidade de liderança de pessoas e projetos
Habilidade em criar, desenvolver e implementar projetos.
Habilidade de relacionamentos interpessoais nas diversas esferas.
Habilidade na racionalização de processos e redução de custos.
Intimidade com ferramentas de informática e TI
Experiência em negociações de grandes contratos
Experiência em negociação de convênios com recursos federais
Experiência em negociações internacionais
Habilidade de comunicação com experiência em apresentação de projetos e idéias
Determinação e perseverança
Foco em resultados
Capacidade de negociação

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária – São Luis-MA - 2003 – Fev 2005

Empresa pública de direito privado vinculada ao Governo do Estado do Maranhão, que atua como Autoridade Portuária do Porto do Itaqui e que tem como papel prover a infra-estrutura portuária de forma adequada as necessidades, regular o uso da área do porto organizado, induzir o desenvolvimento regional. Coordenar a movimentação das cargas.

Movimentação ano 2003 14,7 milhões de toneladas.

Orçamento Anual: R\$ 37.000.000,00

Orçamento de Investimento via Convênio Federal: R\$203.000.000,00

Número de funcionários: 400

Cargo: Presidente (CEO)

Gerência de Estado de Articulação e Desenvolvimento Regional de São Luis – São Luis-MA - 2002 – 2003

Órgão da administração direta do Governo do Estado do Maranhão responsável pelas ações governamentais nas áreas de educação, saúde, social e infra-estrutura na região metropolitana de São Luis – MA

Orçamento Anual: R\$100.000.000,00

Número de funcionários: 15.000

Cargo: Gerente de Estado

Meta Participações Ltda - São Luis – MA - 1989 – Atual

Empresa do ramo da construção civil com atuação na área imobiliária de de infra-estrutura.

Construção de condomínios residenciais horizontais e verticais com projetos integrados de arquitetura e infra-estrutura com mais de 2000 unidades construídas com valor dos empreendimentos da ordem de R\$ 140.000.000,00

Cargo: Diretor

Badius Engenharia Ltda – São Luis – MA - 1982 – atual

Empresa do ramo da construção civil com atuação na área imobiliária de de infra-estrutura.

Construção de condomínios residenciais horizontais e verticais com projetos integrados de arquitetura e infra-estrutura com mais de 3000 unidades construídas com valor dos empreendimentos da ordem de R\$ 160.000.000,00

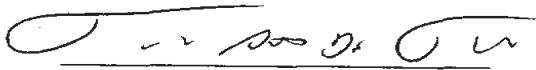
Cargo: Sócio

CONGRESSOS E SEMINÁRIOS:**Participante:**

- Comissão Mista Brasil Índia – MRE - Nova Delhi – Índia - Out 2003.
- Missão MRE ao Vietnã - Vietnã – Vietnã do Sul – Out 2003
- Conferencia para o Hemisfério Ocidental sobre Segurança Portuária, Workshops e Exibição Comercial - OEA – Miami-USA - Mar 2004
- Plano Emergencial de Resposta e Proteção Ambiental Relativo á Movimentação de Cargas Perigosas nos Portos - Rotterdam – Holanda Abr 04
- Investe Nordeste – BNB/Brasilinvest - Fortaleza – CE - Jul 2004.
- O que esperar de 2005 - São Paulo – SP - Nov - 2004

Palestrante:

- AgroBalsas 2003 - Balsas – MA - Mai 2003.
- Embaixada da Espanha – Brasília-DF - Jul 2003.
- Negociando com os Países Árabes - Palmas – TO - Set 2003
- I Encontro dos Dirigentes Lojista do Maranhão - Imperatriz –MA Nov 2003.
- XIX ENEP-Encontro Nacional das Entidades Portuárias – Brasília-DF – Mar 2004.
- Agrobalsas 2004 - Balsas – MA - Mai 2004.
- Missão Presidencial MRE Brasil-China- Pequim – China - Mai 2004
- Missão Presidencial MRE Brasil-China – Shangai – China - Mai 2004
- Fórum Infra 2004 - IBC Agencia Estado - São Paulo-SP – Jun 2004



Fernando Antonio Brito Fialho

Aviso nº 427 – C. Civil

Em 27 de abril de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Fernando Antonio Brito Fialho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, no restante do mandato do Senhor Ronaldo Herbst Dotta.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

A Presidência determina a apensação da **Mensagem nº 81, de 2006**, à presente **Mensagem nº 155, de 2006**, de forma que, quando da apreciação pelo Plenário, este se manifeste preliminarmente sobre a Mensagem nº 81, de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca, Luiz Pontes, Arthur Virgílio e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, recentemente, tivemos a grande satisfação em receber a honrosa visita da Presidenta do Chile, Michelle Bachelet, primeira mulher a ocupar o mais alto posto daquele país. Na oportunidade, o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, pôde transmitir à ilustríssima visitante toda a nossa admiração e apreço pelo povo chileno, sua história e suas tradições.

A verdade é que nossos laços de fraternidade e de identificação com aquele país superam a esfera institucional. A música popular brasileira, por exemplo, sempre teve grande repercussão na cultura chilena – a própria Presidenta Bachelet é uma fã ardorosa de Roberto Carlos.

Não podemos esquecer, também, que foi o Chile o destino de muitos dos exilados políticos durante o regime militar brasileiro – incluindo aí o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Tal episódio possibilitou uma aproximação e um conhecimento ainda maior por parte do povo chileno em relação à nossa história e à nossa gente.

Assim, embora não compartilhemos fronteira física, provêm de longa data a parceria e o sentimento de

cooperação que sempre se deu entre o nosso País e a nação chilena. Além de o comércio bilateral crescer vigorosamente a cada ano – já somos o quarto maior parceiro comercial do Chile –, a sua condição de associado ao Mercosul pôde aproximar e incrementar ainda mais esse ambiente de comunhão e trabalho conjunto. Portanto, é de se esperar que tal relacionamento se intensifique quando o Chile se tornar sócio pleno desse bloco comercial.

Estirado à margem do Pacífico Sul, pontilhado pela Cordilheira dos Andes e dotado de uma grande diversidade climática e biológica, não há como negar que o Chile hoje é uma das mais pujantes e crescentes economias ao sul do Equador.

De fato, Sr. Presidente, o Chile vem-se destacando como uma nação formidável. Exemplo de vigoroso desempenho econômico na América Latina nos últimos vinte anos e ostentando índices sociais já próximos aos dos países mais desenvolvidos, a longilínea nação sul-americana hoje se destaca no cenário continental como referência maior de acerto na condução de políticas públicas eficazes e voltadas para o progresso e o desenvolvimento sustentável.

Humildemente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, temos de reconhecer no Chile um caso incontestável de êxito na consolidação de uma democracia plena e uma economia de mercado, aberta para o mundo e preparada para os enormes desafios multilaterais do novo milênio.

Nesse sentido, não tenho dúvidas de que o Brasil, assim como nossos outros co-irmãos membros do Mercosul, só terá a ganhar com a incorporação efetiva chilena a esse bloco comercial, trazendo na bagagem a solidez e a marca de suas exitosas reformas.

Em tempos em que líderes populistas de nosso continente tentam comandar, por meio de uma retórica raivosa e confrontacionista, ações de cunho nacionalista que causam cisões e abalam o sentimento de integração de nossa região, o estreitamento de alianças com parceiros leais e absolutamente confiáveis como o Chile devem figurar no horizonte próximo de nossa política externa.

Sim, porque a estabilidade política chilena é de causar inveja a alguns de seus conturbados vizinhos, situação decorrente em grande medida da **Concertação**, um grande arranjo pactuado entre diversas forças e partidos chilenos que acabou por viabilizar um projeto nacional único, sólido e duradouro.

“Diga-me com quem andas, e eu te direi quem és” – assim nos ensinam as Escrituras Sagradas. Pois uma maior aproximação e parceria com o Chile, Sr. Presidente, cujo risco-país é o menor de toda a região, só trará benefícios à nossa imagem frente aos investidores internacionais, dando um claro sinal de nosso amadurecimento político e econômico.

Por tudo isso, quero aqui clamar ao Itamaraty que intensifique os contatos e as negociações para que o Chile venha a participar, de forma plena, do Mercosul.

Tal medida, nobres Colegas, terá como consequência o fortalecimento do processo ainda claudicante de

afirmação do Mercosul como *global player* nas acirradas negociações comerciais internacionais e catapultará o processo de integração regional ao nível que todos nós desejamos e sonhamos. E quando tal situação for sacramentada, podemos brindar o acontecimento com um dos ótimos e aclamados vinhos chilenos!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria de Fábio Zanini, “Sob Lula, doações ao Instituto Cidadania atingem R\$2,5 mi”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 15 de maio do corrente.

Segundo a reportagem, o Instituto Cidadania, a ONG que abrigou Luiz Inácio Lula da Silva em seus anos

de oposição e que ainda mantém laços estreitos com a cúpula do Governo petista, passou, estranhamente, a receber enormes doações de empresas privadas e de uma estatal. O caso precisa ser investigado pois apesar de mais recursos a organização está quase parada.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELEIÇÕES 2006/PRESIDÊNCIA

ONG criada pelo presidente recebeu, após sua posse, recursos da Vale, Usiminas e Telemar

Sob Lula, doações ao Instituto Cidadania atingem R\$ 2,5 mi

FÁBIO ZANINI

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Instituto Cidadania, ONG que abrigou Luiz Inácio Lula da Silva em seus anos de oposição e mantém laços com a cúpula do governo, passou a atrair doações de empresas privadas e à menos de um mês da posse de Lula, é a maior doadora para a campanha de Lula, desembolsando R\$ 1 milhão. O presidente da empresa à época, José Alberto de Camargo, hoje preside o instituto.

A posse de Lula foi um divisor de águas em uma instituição criada por ele em 1992, na qual despachou por dez anos. Foi no instituto que se conceberam as Caravanas da Cidadania e em que surgiu o polêmico Fome Zero, em 2001.

Lá trabalharam os ministros Guido Mantega (Fazenda) e Dilma Rousseff (Casa Civil), o chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, e a assessora da Presidência Clara Ant. Até 2002, o presidente foi Paulo Okamoto, que hoje preside o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), responsável pelo pagamento de uma dívida de Lula com o PT. Ele e Ant continuam no conselho fiscal do instituto.

Em 2002, o instituto financiava-se à moda antiga, com a ajuda de sindicatos, associados e uma modesta “mesada” do PT. Os principais projetos — Moradia, Energia, Segurança, além do próprio Fome Zero — tinham orçamento de R\$ 350 mil (em valores atualizados), segundo informou Okamoto à

Folha na época. Sua única parceira empresarial era a CBMM (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração), de Araxá (MG). Em 2002, a CBMM foi a maior doadora para a campanha de Lula, desembolsando R\$ 1 milhão. O presidente da empresa à época, José Alberto de Camargo, hoje preside o instituto.

Metamorfose
Em 2003, houve uma transformação. Os cofres da ONG passaram a ser recheados por doações polpudas de gigantes como as siderúrgicas Vale do Rio Doce e Usiminas, a empresa de telefonia Telemar e a Bunge, de alimentos.

O orçamento dos projetos quadruplicou. O de Desenvolvimento Local, que tem o cronograma atrasado, custa R\$ 1,3 milhão. Uma pesquisa que integra o projeto é custeada pelo Banco do Brasil, segundo o site oficial, mas o instituto não diz o valor.

Nos últimos três anos, as empresas doaram R\$ 2,5 milhões, segundo Camargo. A Vale diz que deu R\$ 300 mil, e a CBMM, R\$ 800 mil. As outras não informaram os valores. Já o Sebrae, nominalmente privado, mas com grande influência do governo, aparece como “parceiro”. Em 2005, o instituto anunciou que receberia R\$ 1,2 milhão do Sebrae — ou seja, uma instituição presidida por

Okamoto doaria para si só que o mantém no conselho fiscal.

Agora, o Sebrae diz que o repasse não ocorreu. “Okamoto foi um dos fundadores do instituto. Nada mais natural que participe do conselho, função sem remuneração. Não há restrição legal”, disse sua assessoria. O instituto ainda arrecada R\$ 500 mil por ano de 20 associados, pessoas físicas e jurídicas, que não especifica (média de R\$ 25 mil por doador). Há quatro anos, o valor era similar, mas pulverizado por 250 associados.

Ao crescimento financeiro do instituto não correspondeu a uma expansão dos serviços prestados. Na verdade, houve redução drástica na produtividade. Foram só dois projetos desde 2003: além do Desenvolvimento Local, houve o projeto Juventude, entregue a Lula em junho de 2004. Dando expediente hoje no prédio que já foi o escritório de Lula há apenas duas pessoas. Camargo aparece raramente. Na última sexta de manhã, somente um segurança estava lá.

Empresa pioneira no patrocínio

ao Instituto Cidadania, a CBMM





foi a maior doadora da campanha presidencial de Lula em 2002. Contribuiu com R\$ 1 milhão, ou 4,76% de tudo o que foi arrecadado pelo petista. Na época, o presidente da CBMM era José Alberto de Camargo, que deixou o cargo em 2004, mantendo-se consultor da empresa. Camargo agora preside o Instituto Cidadania. Como pessoa física, ele doou mais R\$ 5.000 ao candidato Lula.

Camargo tem relação próxima com o presidente. Lula, após ganhar a eleição, passou alguns dias descansando em uma propriedade da CBMM, em Araxá (MG).

Outros petistas foram agraciados com doações da empresa. O ex-deputado José Dirceu (SP) recebeu R\$ 100 mil, mesmo valor destinado ao senador Aloizio Mercadante (SP). No total, foi R\$ 1,83 milhão doado ao PT. A campanha presidencial do PSDB recebeu R\$ 250 mil, e houve doações menores para PMDB, PTB e PFL.

Camargo foi breve ao falar das doações. Questionado sobre os critérios da CBMM para distribuir o dinheiro em 2002, disse que "não houve critério". E o fato de a companhia ter doado R\$ 1 milhão a Lula pesou na sua escolha para o Instituto? "Não. Pensei que fui convidado para a presidência do Instituto porque em minha vida profissional eu vinha trabalhando com programas relacionados com comunidade e cidadania".

Instituto afirma que trabalho está normal

DAS SUCURSALS DE BRASÍLIA

O presidente do Instituto Cidadania, José Alberto Camargo, afirma que o trabalho está normal. Em duas trocas de e-mails (disse que não poderia falar por telefone), declarou que o projeto "Desenvolvimento Local" não está em crise. "Nos próximos seis meses, vamos finalizar", afirmou. O prazo inicial era março.

O projeto custou R\$ 1,2 milhão. O dinheiro, segundo o instituto, vem sendo utilizado desde fevereiro do ano passado na organização de seminários em vários Estados, contratação de serviços terceirizados e em uma pesquisa quantitativa para avaliar propostas de desenvolvimento local.

Já o Projeto Juventude, encerrado em junho de 2004, custou um pouco mais: R\$ 1,3 milhão. O valor inclui gastos em plenárias, pesquisas e publicação de livros. Camargo confirmou que a estrutura do instituto é "muito pequena" e compreende "apenas zeladoria, serviços gerais de apoio/telefonia, uma pessoa encarregada de gerir o escritório e uma assistente técnico-administrativa".

As empresas que fizeram as doações afirmaram que a decisão foi tomada com critérios técnicos. A fundação ligada à Vale, que doou R\$ 300 mil, declarou que o apoio "teve como objetivo contribuir para que se conhecesse melhor um dos principais beneficiários de seus programas sociais". O uso dos recursos foi auditado pela consultoria Trevisan, diz a Vale.

A Telemar não revelou valores. A empresa afirmou que a doação é compatível com "uma política de investimento e desenvolvimento para projetos sociais próprios e apoio a projetos de terceiros, com foco na formação dos cidadãos do futuro".

Já a CBMM, que deu R\$ 800 mil, afirmou que "apóia projetos ligados a questões de cidadania, como os projetos Juventude e Desenvolvimento Local". Bunge e Usiminas não responderam.

Já em relação às doações para a campanha eleitoral, a CBMM declarou apenas que "a contribuição às campanhas eleitorais é uma decisão da empresa". Em 2002, segundo a companhia, a maioria das contribuições não foi destinada aos candidatos do PT.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “CPI vai denunciar motivação política em assassinato de Daniel”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 3 de maio do corrente.

A referida matéria destaca que “O relatório final da CPI dos Bingos trará os casos da prefeitura de Santo André, a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa e a relação de Paulo Okamoto com o presidente Lula”.

A matéria destaca, também, que o Presidente Lula será citado em três situações: no esquema de

VESTIGAÇÃO

CPI vai denunciar motivação política em assassinato de Daniel

Relatório também ratificará os indiciamentos de Palocci, pedirá mais investigações sobre Okamoto e citará Lula

Luciana Nunes Leal

BRASÍLIA

Um capítulo do relatório final da CPI dos Bingos será dedicado à tese de que motivações políticas levaram ao assassinato do prefeito de Santo André Celso Daniel (PT), em 2002. Ao contrário da convicção da Polícia Civil paulista, que insiste na teoria de crime comum – sequestro seguido de homicídio –, o relator da CPI, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), dirá que Daniel morreu porque reagiu a um esquema de desvio de dinheiro que envolvia empresas do transporte e de limpeza urbana que prestavam serviço à prefeitura. A hipótese de crime político tem sido descartada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelos líderes do PT.

Garibaldi disse que não citará suspeitos de autoria do assassinato, mas apontará os supostos envolvidos no esquema de corrupção. Entre os indiciados pela CPI, estarão o ex-secretário municipal Klinger, Luiz de Oliveira Souza, e os empresários Roman Maria Pinto e Sérgio Gómez da Silva, o Sombra. Suspeito de ser o mandante do crime, Sombra estava cptm Daniel na hora do sequestro.

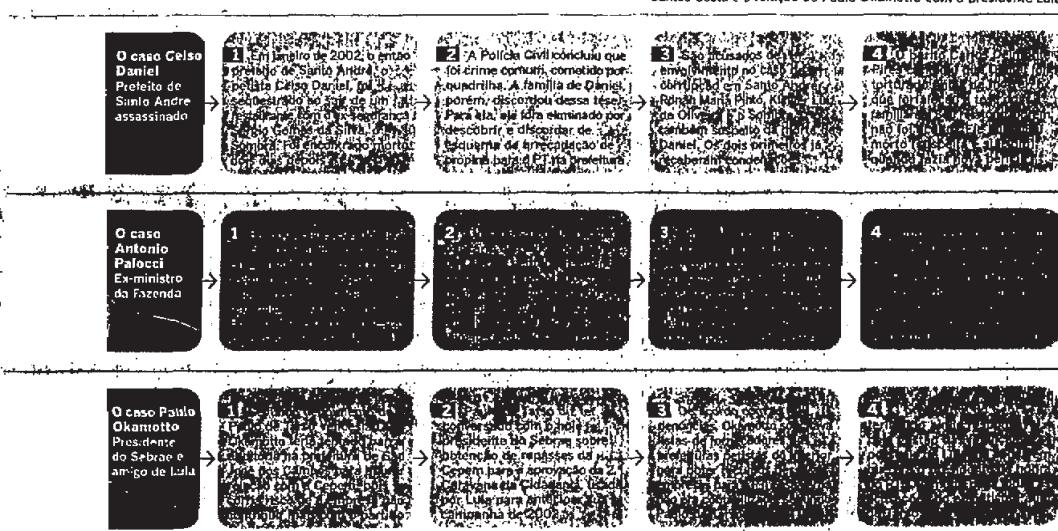
O relator detalhará também a deixa de José Francisco, irmão do prefeito morto, de que havia do chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, que o dinheiro de esquema era levado ao ex-ministro José Dirceu. Carvalho e Dirceu negam qualquer envolvimento com irregularidades. Garibaldi frisou que, por enquanto, não tem elementos para indicar nenhum dos dois.

“Tenho que citar (as denúncias contra o ex-ministro e o chefe de gabinete) porque estão dentro da história de Santo André”, disse o relator. “Vou entrar na questão da rede de corrupção, lançar a suspeita que a polícia não quer admitir, de que houve motivação política. A CPI tem convicção de que houve corrupção na cidade e isso motivou o crime. Mas quem matou é uma questão da polícia.”

O presidente da CPI, senador Efraim Morais (PNB-PB), afirmou que “não há dúvida de

CONCLUSÃO

O que a comissão vai citar



que houve uma reação do prefeito à rede que se formou nas empresas de luxo e transporte”. Na época, Daniel era coordenador da campanha de Lula à Presidência. Foi substituído pelo ex-ministro Antonio Palocci, o parceiro de Ribeirão Preto, e o empresário Roberto Teixeira, o compadre do presidente.

Lula será citado em alguns trechos, embora Garibaldi avise que não tem elementos para pedir ao Ministério Públco a investigação do presidente. Mas os técnicos continuam buscando elementos para pedir o indiciamento de Carvalho e Dirceu.

Documento final, que deverá ser concluído dia 31 de maio e votado em 6 de junho, Garibaldi ratificará indiciamentos contra Palocci já feitos pela

Polícia Federal. No primeiro caso, o relator diz estar convencido de que Palocci tinha conhecimento de um esquema de corrupção em Ribeirão Preto, quando administrava a cidade.

No segundo caso, Garibaldi apontará Palocci como responsável pela violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, o Nílido. Será apontado co-autor do crime o ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattos.

“Sabe-se que a situação de alguns investigados agravou-se bastante, como a do ministro Palocci, do Jorge Mattos e de outros”, disse Garibaldi. “Não tenho convicção de que ele (Palocci) sabia da tudo, mas de alguma coisa tinha conhecimento.”

Tanto no caso de Ribeirão

corrupção nas prefeituras do PT, nas suspeitas quanto à origem do dinheiro usado por Okamoto para pagar suas dívidas pessoais e nas denúncias de caixa 2 na campanha presidencial.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer. Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O relatório final da CPI dos Bingos trará os casos da prefeitura de Santo André, a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa e a relação de Paulo Okamoto com o presidente Lula

Polícia Federal. No primeiro caso, o relator diz estar convencido de que Palocci tinha conhecimento de um esquema de corrupção em Ribeirão Preto, quando administrava a cidade.

No segundo caso, Garibaldi apontará Palocci como responsável pela violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, o Nílido. Será apontado co-autor do crime o ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattos.

“Sabe-se que a situação de alguns investigados agravou-se bastante, como a do ministro Palocci, do Jorge Mattos e de outros”, disse Garibaldi. “Não tenho convicção de que ele (Palocci) sabia da tudo, mas de alguma coisa tinha conhecimento.”

Tanto no caso de Ribeirão

Preto, quanto no do caseiro, Garibaldi disse que os indiciamentos feitos até agora serão “ratificados”, embora o crime apontado possa ser modificado no relatório final proposto.

No caso de Okamoto, Garibaldi disse que “militarmente” deverá sugerir mais investigações, mas ressaltou que ainda não tem elementos para recomendar o indiciamento. O relator vai citar os recursos de Okamoto ao Supremo Tribunal Federal (STF), que impediram a CPI de analisar Aues dados bancários. “Okamoto vai entrar no relatório como fújio.”

Uma terceira citação a Lula deverá ser feita se a CPI conseguir avançar na suspeita de que donos de bingos fizeram uma doação de R\$ 1 milhão de caixa 2 à campanha do presidente.

Garibaldi vai sugerir, no relatório final, a regulamentação dos bingos e a regulamentação de um referendo em 2008, para que a população aprovasse ou reprove a legalização desse tipo de jogo. ■

COLABOROU CHRISTIANE SAMARCO

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Um retrocesso do PT”, de autoria do professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Aldo Fornazieri, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 27 de abril do corrente.

O professor, em seu artigo, trata do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores e destaca que “o que chama a atenção nas propostas de resolução encaminhadas ao encontro é a superficialidade com que o partido trata a crise que o atingiu e que atingiu o governo Lula”. Mostra, ainda, que “Trata-se de uma saída escapista típica, jogando-se a responsabilidade

em alguns indivíduos, furtando-se da responsabilidade partidária de enfrentar os dilemas programáticos e teóricos e do método de fazer política”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Um retrocesso do PT

Aldo Fornazieri

O PT realiza seu 13º Encontro Nacional neste final de semana – o primeiro depois que se tornou governo e o primeiro depois que o partido foi atingido pela mais séria crise de sua história. O que chama a atenção nas propostas de resolução encaminhadas ao encontro é a superficialidade com que o partido trata a crise que o atingiu e que atingiu o governo Lula: nenhum balanço crítico ou auto crítico significativo, nenhuma proposta de reforma moral e intelectual ou de atualização (aggiornamento) do partido, capaz de descontaminar um novo rumo para a esquerda no Brasil. No máximo, o que se diz é que a antiga direção enveredou pelo caminho da aventura no método a que procedeu para dar sustentação política ao governo Lula no Congresso. Trata-se de uma saída escapista típica, jogando-se a responsabilidade em alguns indivíduos, furtando-se da responsabilidade partidária de enfrentar os dilemas programáticos e teóricos e do método de fazer política.

O texto de diretrizes para a elaboração do programa de governo do PT, no que se refere à parte econômica, resgata uma velha tese petista, do período pré-governo, que consiste na ideia de que o Brasil precisa passar por um processo de transição de um modelo a outro, “uma transição de um velho Brasil, para um novo projeto nacional de desenvolvimento, capaz de avançar mais rapidamente em direção a um ciclo de crescimento acelerado, fundado na distribuição de renda, macroeconomicamente sustentado, com mínima vulnerabilidade externa a realizar-se num marco de expansão da democracia e da solidariedade continental”.

A tese da transição não consegue ir além do anúncio desta generalidade. Para viabilizá-la o documento sugere que o governo e o partido não devem propor uma simples continuidade do que foi feito. Mais adiante o texto sustenta que o governo Lula deu início a uma transição de “um paradigma neoliberal para outro padrão

de desenvolvimento”, mas destaca que esta obra é ainda parcial, desigual e incompleta. O fato é que o documento de diretrizes não consegue definir os contornos práticos e as medidas concretas da transição e o conteúdo de seu ponto de chegada. Um partido de governo tem a obrigação de ir além das generalidades, conferindo conteúdo e materialidade programática e política aos conceitos que se propõe formular.

O texto pontua alguns elementos da política do atual governo que teriam sido limitantes ao incremento da transição. O governo teria conferido autonomia operacional excessiva ao Banco Central, “maior do que em períodos anteriores”. Esta circunstância teria permitido uma política monetária que se chocou com as bases sociais do governo e com o próprio governo, “revestido de um discurso conservador”. Convém lembrar que o presidente Lula vem enfatizando que a política econômica do governo é uma definição que tem seu total apoio. Tal como é formulada a crítica, é algo como se a diretoria do Banco Central estivesse ludibriando a sociedade e o próprio governo.

O documento petista critica ainda a taxa básica de juros elevada, os elevados superávits primários e as metas da inflação. Em relação aos juros, diz-se que eles tiveram um forte impacto no aumento da dívida pública e na dinâmica da economia. Quanto aos superávits primários, argumenta-se que eles subtraíram recursos para investimentos e custeio, “com consequências negativas para o desempenho do governo”. Quanto às metas de inflação, o texto diz que elas “foram definidas pelo Conselho Monetário Nacional, sem levar em conta opiniões vocalizadas pelos mais variados setores da sociedade, especialmente os trabalhadores e os empresários dos setores produtivos”.

O paradoxo do documento petista está no fato de que apresenta como resultados positivos do governo o controle da inflação, a redução da relação dívida-PIB e o crédito consignado, para depois atacar os seus pressupostos, que produ-

ziram estes resultados, como a política monetária, o ajuste fiscal e as metas de inflação. Ou seja, o texto ataca o núcleo central da política macroeconômica do governo Lula. O PT reconhece que os resultados alcançados são bons e propõe que eles sejam mantidos. Mas, ao recusar os meios e instrumentos que os produzem, o texto das diretrizes envereda para o caminho do retrocesso e da ausência de definições concretas sobre o eixo econômico do eventual segundo governo Lula. Em suma, o PT quer alcançar o paraíso sem suor e sem custo e nem sequer fornece o mapa que a ele conduz.

A constatação crítica que o texto faz de que o Brasil cresceu menos do que a média mundial, abaixo dos demais

O partido quer alcançar o paraíso sem suor e sem custo...

países emergentes e dos países latino-americanos, é a reação da principal crítica do PSD ao governo. O problema todo é que as comparações com outros países podem partir de premissas equivocadas e induzir a conclusões falsas, porque elas não levam em conta os problemas específicos de cada economia e seus respectivos patamares de desenvolvimento. Comparar o crescimento da economia brasileira com o crescimento da economia chinesa, sem definir critérios e parâmetros de comparação, não parece ser um procedimento adequado.

As diretrizes do PT, se aprovadas no Encontro Nacional, deverão transformar-se em problema para a campanha de Lula. Uma das condições de êxito do projeto de reeleição consiste na defesa firme das conquistas macroeconômicas conquistadas pelo governo, não na sua crítica. O correto, do ponto de vista da lógica do governo, que parece não ser a lógica do PT, consiste em propor avanços na política macroeconômica a partir dos marcos conquistados.■

Aldo Fornazieri é professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Exceptionalmente, o artigo de Gilberto de Mello Kujawski será publicado na segunda-feira.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Parlamentar ficava com até 15% de emenda liberada, diz assessora”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 10 de maio do corrente.

A matéria ilustra bem o escândalo sobre o esquema de venda de ambulâncias e equipamentos superfaturados para prefeituras com recursos do Orçamento da União. A operação foi batizada de “Sanguessuga” e envolve mais de uma centena de Parlamentares.

Segundo informações prestadas à Polícia Federal e ao Ministério Pùblico Federal pela funcionária do

Ministério da Saúde, Maria da Penha Lino, são 170 os parlamentares envolvidos.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	O ESTADO DE S. PAULO	DATA/MÊS/ANO:	10 mai. 06	EDITORIA:	Nacional	CADERNO:	A	PÁGINA:	4
--------	----------------------	---------------	------------	-----------	----------	----------	---	---------	---

Parlamentar ficava com até 15% de emenda liberada, diz assessora

Maria da Penha Lino, funcionária do Ministério da Saúde presa em MT, acusa 170 congressistas em depoimento

Sônia Filgueiras
Sérgio Gobetti
BRASÍLIA

A ex-assessora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino, presa na quinta-feira na chamada Operação Sanguessuga, decidiu, em troca do mecanismo da delação premiada, entregar todo o esquema de venda de ambulâncias e equipamentos superfaturados para prefeituras com recursos do Orçamento da União. Ele é muito mais amplo do que as escutas telefônicas da Polícia Federal apontavam. Em um longo e detalhado depoimento dado à PF e ao Ministério Pùblico Federal de Cuiabá, Maria da Penha revelou, segundo seu advogado, Eduardo Mahon, que 170 parlamentares participavam das fraudes dedicando emendas à compra de ambulâncias e recebendo em troca 10% a 15% de seu valor como propina, num esquema que movimentou pelo menos R\$ 110 milhões.

“Ela marcou os nomes em uma lista. Mas não vou revelá-los. Seria leviano”, afirmou o advogado.

Mahon disse que, nos próximos dias, a ex-assessora continuará dando depoimentos diários às autoridades para detalhar a participação de cada um dos parlamentares citados no esquema. Além do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e dos 64 nomes de deputados já identificados pela PF, ela revelou que também participariam do esquema os deputados Ann Pontes (PMDB-PA), Jovair Arantes (PTB-GO), Almerinda de Carvalho (PMDB-RJ), Carlos Dunga (PTB-PB), Coriolano Sales (PFL-BA), Inaldo Leitão (PL-PB), Feu Rosa (PP-ES), Gilberto Nascimento (PMDB-SP) e o petista João Grandão (MS), entre outros.

Em seu depoimento, ela também inocentou alguns parlamentares citados pelos empre-

sários nos grampôs da PF, entre eles as deputadas Denise Frossard (PSB-RJ) e Thelma de Oliveira (PSDB-MT), mulher do ex-governador Dante de Oliveira.

Maria da Penha disse que muitas vezes a propina era paga aos parlamentares antes

mesmo da liberação dos recursos das emendas. O dinheiro chegava aos gabinetes, no prédio do Congresso, em Brasília, dentro de malas, metido na cueca e nas meias dos dois chefes do esquema, o empresário Darci Vedo, dono da Planam, e seu filho e sócio Luiz Antônio.

Era entregue em mãos aos parlamentares e, na grande maioria dos casos, em espécie. A ex-assessora do ministro da Saúde revelou ainda que o es-

quema se concentrava sóbretudo na Câmara dos Deputados e isentou de responsabilidade os assessores de parlamentares presos na Operação Sanguessuga. Segundo ela, todos agiam segundo as ordens de seus chefes. No caso de Suassuna, por exemplo, disse que o senador mantiinha contatos diretos com ela.

Citada nominalmente por Maria da Penha, Ann Pontes vem há três anos apresentando emendas destinando dinheiro para os municípios do Pará adquirirem ambulâncias com dinheiro federal. Em 2004, ela foi contemplada com R\$ 779,4 mil para seis municípios, e em 2005, com R\$ 1,1 milhão para outras sete cidades. Na Paraíba, o deputado Carlos Dunga recebeu R\$ 1,13 milhão dividido por 14 municípios do Estado em 2004. Na Bahia, o petista Coriolano Sales conseguiu liberar R\$ 1,86 milhão para dez municípios. O petista João Grandão destinou R\$ 544,3 mil para 9 municípios de Mato Grosso do Sul.

De acordo com a ex-funcionária do Ministério da Saúde, o esquema da Planam tinha especial influência e apoio da bancada evangélica na Câmara.

Entre os Estados, o Rio de Janeiro é o que recebeu o maior volume de recursos para ambulâncias, seguido por São Paulo. Deputados como João Mendes de Jesus (PSB-RJ) e Elaine Costa (PTB-RJ) não só apresentavam emendas para aquisição de unidades móveis de saúde, como também ônibus de “integração digital” que também eram montados pela Planam.

Nos últimos dois anos, 177 parlamentares apresentaram emendas destinando recursos para aquisição de ambulâncias, num total de R\$ 220 milhões.

Em 2006, segundo levantamento da ONG Contas Abertas, subiu para 261 o número de deputados e senadores que reservaram parte de suas emendas para essa finalidade. Até mesmo o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Gilmar Machado (PT-MG), estão nessa lista. Mas a simples apresentação de emenda não representa indício de crime. •

O SR. JUVÉNCIO DA FONSECA (PSDB – MS).

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “TCU fará devassa em contratos do governo após denúncia de ex-petista”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 8 de maio do corrente.

A matéria do jornalista João Domingos destaca que o Tribunal vai usar pistas dadas por ex-dirigentes do PT para auditar acordos firmados pela União desde 2003.

A4 | SEGUNDA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2006
O ESTADO DE S. PAULO

NACIONAL

OS 40 DO MENSALÃO

TCU fará devassa em contratos do governo após denúncia de ex-petista

Tribunal vai usar pistas dadas por ex-dirigente do partido para auditar acordos firmados pela União desde 2003

João Domingos
BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) pretende fazer uma devassa em milhares de contratos assinados desde 2003 pela administração direta e pelas estatais com todo tipo de prestadores de serviços ao governo federal, não importando se houve licitação ou dispensa de concorrência. A vigilância do TCU sobre os contratos, que normalmente é alta, será redobrada após a declaração do ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira de que “consórcios” de empresas teriam abastecido o valeroduto.

Pereira contou, em entrevista ao jornal *O Globo*, que o plano do empresário mineiro Marcos Valério e do PT era faturar R\$ 1 bilhão durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Relatou, também, que o dinheiro do esquema montado por Valério e pelo PT para comprar apoio de parlamentares e assegurar uma base aliada a Lula viria de “muitas” empresas, embora não tenha detalhado quantas nem quais seriam elas.

“As empresas entre si fraudam as coisas. Às vezes o governo não persegue e é só isso. Elas

O QUE O TCU JÁ INVESTIGA

- **Petrobrás** – Contrato sem licitação para projeto na bacia petrolífera de Sergipe
- **Serpro** – Contratos da estatal com 32 órgãos
- **Ministério do Planejamento** – Contratação do Serpro para serviços de informática
- **Banco do Brasil** – Relação com a empresa de informática Cobra
- **Estatals** – Contratos no exterior, especificamente o da Petrobrás com a Bolívia
- **Câmara** – Contratos de publicidade
- **Ministério dos Transportes** – Operação tapa-buracos
- **Inca** – Desapropriações para reforma agrária

CRÍSE

O PT e o mensalão

Declarations de Silvio Pereira trouxeram detalhes e levantaram novas dúvidas sobre o esquema

O que Silvinho disse:

Objetivo

“O plano (de Marcos Valério e do PT) era faturar R\$ 1 bilhão. Eles iam ganhar R\$ 1 bilhão. (...) Eram quatro áreas: Banco Econômico, Banco Mercantil de Pernambuco e Opportunity. O quarto ponto eu não sei bem, mas eram uns passivos na área de agropecuária.”

Refém

“O PT virou refém do Marcos Valério, não tinha mais jeito. Ele estabeleceu canais próprios com petistas e com não-petistas. Tem muita gente, muitos partidos.”

Fontes do mensalão

“Empresas. Muitas. Não vou falar nomes. As empresas entre si fraudam as coisas. (...) Elas se associam em consórcios, combinam como vencer (licitações).”

Operadores

“Atrás do Marcos Valério deve haver cem Marcos Valérios. É um

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

se associam em consórcios, combinam como vencer (licitação). "Assim Silvinho, como é conhecido, é dirigente. Ele deixou o partido em julho, após a descoberta de que recebera um jipe Land Rover da GDK, que trabalhou para a Petrobrás.

Silvinho ficou quase um ano em silêncio. Agora, ao detalhar o sistema de captação irregular de dinheiro no governo, o ex-petista afirmou que o esquema de corrupção pode ainda estar em atividade. "Atrás de Marcos Valério deve haver quem Marcos Valérios", frisou.

SUSPEITAS

As últimas CPIs no Congresso, como a dos Correios e dos Bimigos, levaram o TCU a investigar contratos bilionários dos Correios, como os feitos com empresas aéreas para o serviço postal noturno, franquias, fornecimento de computadores e entalhagens. Também está sob investigação o contrato milionário da Caixa Econômica Federal com a empresa Gtech, que controlava as loterias.

Passou também por investigação rigorosa o Banco do Brasil, que assinou contratos sem licitação com a Cobra, fornecen-

lhões, para a publicidade da Visanet. E liberou: mais de R\$ 230 milhões para que o PT comprasse quase 6 mil computadores.

Um ministro do TCU disse ao Estado que, além das investigações já feitas nos contratos do BB, dos Correios e da Caixa Econômica Federal, a fiscalização avançará sobre Petrobrás, BR Distribuidora, Braspetro, Transpetro, Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Eletrobrás, Infraero, Serpro, Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e todos os ministérios, entre outros setores.

O ministro lembrou que, além de Silvinho, que agora forneceu pistas sobre a forma de arrecadação montada no governo, o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) revelou, em depoimento à CPI dos Correios, dados concretos sobre onde o empresário mineiro buscava dinheiro. Segundo Jefferson, Marcos Valério garantiu à cúpula do PT e do PTB que poderia conseguir R\$ 100 milhões para os dois partidos numa simples operação de troca de depósito dos US\$ 600 milhões que o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) tinha no exterior. •

mecanismo, e que agora continua em andamento.

Dúvidas que ficaram

- | | | | | |
|--|--|---|---|---|
| 1 O presidente Lula tinha conhecimento do suposto plano de arrecadar R\$ 1 bi? | 2 Se há mesmo outros partidos envolvidos no esquema, quais são eles? | 3 Havia um pool que abastecia o valerioduto? Que empresas participavam? | 4 O esquema de arrecadação realmente continuou, mesmo após as CPIs? | 5 O ex-tesoureiro Delúbio Soares não sabia mesmo dos saques efetuados no Banco Rural? |
|--|--|---|---|---|

Como era o esquema

- | | | |
|---|---|--|
| O mensalão
Segundo o MP, "organização criminosa" liderada pelo PT, tendo à frente o ex-ministro José Dirceu, foi montada para "angariar ilicitamente" apoio do PP, PL, PTB e parte do PMDB com oferta de "vultosas quantias". | Núcleo político
O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu e três ex-dirigentes do PT - o ex-presidente José Genoino, o ex-tesoureiro Delúbio Soares e o ex-secretário-geral Silvio Pádua - imprimiram as diretrizes de atuação do grupo | Núcleos de apoio
Núcleo publicitário. Iliderado pelo empresário Marcos Valério, recebia vantagens indevidas por meio de contratos. O núcleo financeiro, com destaque para o Banco Rural, obteria vantagens e facilitaria a lavagem de dinheiro |
|---|---|--|

Ex-secretário-geral do PT, Silvinho foi indiciado como integrante do "núcleo principal da quadrilha". Saiu do PT em julho, após a descoberta de que recebeu um jipe Land Rover da empresa GDK, que tem negócios com a Petrobrás

Números

- | | | |
|---|--|---|
| 40 pessoas foram denunciadas pelo procurador-geral por envolvimento com o mensalão | 124 sugestões de indiciamento foram feitas no relatório final da CPI dos Correios, divulgado em 29 de março | R\$ 2 bilhões teria sido a movimentação do valerioduto, de janeiro de 97 a agosto de 2005, segundo a CPI |
|---|--|---|

ARTE STAD

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada "Os fantasmas de Marta", publicada pela revista **ISTOÉ**, em sua edição de 10 de maio do corrente.

A matéria, ao tratar da administração da ex-prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, destaca que "Na última semana, a Justiça atendeu à solicitação do Ministério Público e autorizou a quebra do sigilo bancário e fiscal de entidades e empresas que prestaram serviços à sua gestão". O objetivo seria o de investigar o destino

dos recursos de contratos firmados entre a prefeitura e ONGs e empresas prestadoras de serviços.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

B R A S I L

PT

Os fantasmas de MARTA

CHICO SILVA

Oano não tem sido dos mais felizes para a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy. Além de correr por fora na disputa com o senador Aloizio Mercadante pela indicação da candidatura do PT ao governo de São Paulo, agora ela se vê às voltas com velhos fantasmas. Na última semana, a Justiça atendeu à solicitação do Ministério Público e autorizou a quebra do sigilo bancário e fiscal de entidades e empresas que prestaram serviços à sua gestão. A intenção do MP é descobrir qual o destino final dos R\$ 12.815.461,87, valor referente a 11 contratos firmados entre prefeitura, ONGs e prestadoras de serviço. Entre elas está o Instituto Florestan Fernandes (IFF). A organização, que leva o nome do professor e sociólogo morto em 1995, é considerada referência na área de políticas de gestão pública. Criado em 1999, o instituto teve Marta como sua primeira dirigente. O Sampa.org, projeto na área de inclusão social coordenado pelo IFF e mais sete empresas, algumas ligadas a integrantes do instituto, também terá suas contas investigadas. Marta, no entanto, não é citada na ação.

De acordo com o autor da representação, o promotor Saad Mazloum, as secretarias municipais contratavam a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) para a realização de serviços na administração municipal. Es-

MP investiga o destino dos R\$ 12,8 milhões repassados pela gestão da ex-prefeita a entidades e empresas ligadas ao PT

tas, por sua vez, subcontrataram o IFF, o Sampa.org e a Frontservice Informática e Representações, empresa de César Augusto Massaro, integrante do instituto, para executá-los. Para o MP, a subcontratação é ilegal, pois fere os princípios da Lei de Licitação. Quando não subcontratavam, a FGV e a Fundep indicavam como consultores profissionais ligados às entidades. Indignado com a situação, o jornalista Florestan Fernandes Júnior, filho do sociólogo, ameaça tirar o nome do pai da instituição.

Por seu lado, IFF e FGV negam que haja alguma irregularidade nos contratos assinados. "A Getúlio Vargas sempre trabalhou com esse modelo, fazendo convênios e parcerias com instituições de todo o País. Não há nada de irregular. Creio que o Ministério Público se precipitou ao pedir a quebra do sigilo", diz Rubens Naves, advogado do instituto. Enquanto surge mais um problema, Marta se prepara para as prévias com Mercadante. A cúpula do partido, inclusive o presidente Lula, está mais simpática ao senador. A esperança da ex-prefeita está nas bases do partido. Em caso de derrota, Marta diz que não pretende se candidatar a nenhum outro cargo nas próximas eleições. Afirma que se tornará uma militante empenhada na reeleição de Lula e na campanha dos candidatos de partido. ■

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para solicitar que seja registrado nos Anais da Casa o formidável editorial publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 30 de abril de 2006.

O seu título, “Diplomacia de devaneios”, não poderia ser melhor para definir a política externa do governo do Presidente Lula. Política de constrangimento, de fracasso, de ingenuidade, de populismo.

Citando apenas um trecho: “Já não se trata nem de expor a puerilidade constrangedora para a imagem do país, do patético ensaio de engajar a China e a Índia no traçado de uma nova “geografia econômica” como se compraz o presidente Lula de dizer em seus passeios pelo estrangeiro, com a mesma “quase-lógica”

que caracteriza as suas falações ao público externo – e alheio às evidências ofuscantes de que os dois colossos asiáticos desejam, isso sim, instalar-se no centro da geografia econômica da nova ordem mundial, e não dar-lhe as costas”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro mais uma vez que o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	O ESTADO DE S. PAULO	DIA/MÊS/ANO:	30 abr. 2006	EDITORIA:	Notas e Informações	CADERNO:	A	PÁGINA:	3
<h1>Diplomacia de devaneios</h1> <p>Decerto à falta de melhor argumento para rebater as críticas à bisonhice da diplomacia lulista – a tentativa de obrigar os relógios do Itamaraty a andar para trás –, os defensores do neoterceiro-mundismo nas relações internacionais do Brasil acusam os seus oponentes de querer instituir “uma política externa do B”. Como se a existente fosse do A, de avançada, e não do D, de desastrosa. Ou do I, de irresponsável.</p> <p>Já não se trata nem de expor a puerilidade, constrangedora para a imagem do País, do patético ensaio de engajar a China e a Índia no traçado de uma nova “geografia econômica”, como se compraz o presidente Lula de dizer em seus passeios pelo estrangeiro, com a mesma “quase-lógica” que caracteriza as suas falações ao público interno – e alheio às evidências ofuscantes de que os dois colossos asiáticos desejam, isso sim, instalar-se no centro da geografia econômica da nova ordem mundial, e não dar-lhe as costas.</p> <p>Deixe-se de lado também o africanismo preferencial do presidente, que o faz tratar como se estadistas fossem ditadores primários de países assolados por toda a sorte de calamidades (além da ditadura), que continuam na mesma situação de antes depois da passagem de Lula por lá. Pelo motivo elementar de que o resgate das devastadas populações africanas depende daquilo que a retórica do dirigente brasileiro não se cansa de vergastar em suas recurrentes incursões pela futilidade – os centros do poder mundial. Se a ONU, que é a ONU, não consegue romper o padrão de avarice e egoísmo do Norte próspero, que dirá o Brasil.</p> <p>É no entorno do País, a América do Sul, que a política externa do P – de PT – exibe a sua dimensão antinacional por excelência. O qualificativo não é impensado: o protagonismo, como diriam os argentinos, da diplomacia regional brasileira derivada de uma ambição de liderança que tende a provocar entre os vizinhos uma reação de ressentimento de igual intensidade, desservir ao interesse nacional. A omissão de Brasília em face das investidas do boliviano Evo Morales contra a Petrobras é apenas o exemplo do dia dessa aberração.</p> <p>Emboita o Estado brasileiro seja o principal</p> <p>acionista da empresa visada pelo indopopulismo no poder em La Paz, nem o Itamaraty, nem o presidente – reféns, um e outro, dos próprios devaneios ideológicos – saem em defesa do que outra coisa não é se não a soberania nacional. E não se enganem: para o populismo de terceira categoria que grassa em alguns vizinhos – e que não deve ser confundido com o progressismo de Bachelet, no Chile, e Tabaré Vazquez, no Uruguai –, o verdadeiro número uno não é Lula, mas Hugo Chávez, com os seus cofres cheios das rendas do petróleo.</p> <p>Esses fatos foram há pouco esmiuçados por um dos mais respeitados egressos do Itamaraty, o embaixador Marcos Azambuja. Numa conferência no Instituto Tancredo Neves, do PFL, foi cirúrgico ao apontar a diferença essencial entre a tradição diplomática brasileira e o que o velho jargão petista chamaria “isso que está aí”. Historicamente, a política externa era “uma força de aglutinação e convergência de interesses e legítimas ambições nacionais”. Hoje, é “o terreno em que, por razões diversas, tendências e objetivos, apena sectários se manifestam”.</p> <p>Dessas tendências, a que mais irrita, por sua ingenuidade, é a de pretender-se a administração “iniciadora ou criadora de processos que já têm longa trajetória”, nas palavras de Azambuja, citadas pelo colunista Cristiano Romero, do jornal <i>Valor</i>. Se o sectarismo e a convicção de estar inventando a roda se combinam, reforçando-se perversamente, que sensibilidade, cautela e pragmatismo – termos empregados pelo embaixador – terá Brasília para lidar com a “onda populista” do outro lado das nossas fronteiras a norte e a oeste?</p> <p>O eixo do atraso de Chávez e Morales desafia o Brasil a “conviver com lideranças de rumo incerto” e a separar “a legitimidade desses governos – democraticamente eleitos – de bandeiros e sentimentos que não são os nossos e que muitas vezes nem sequer nos convêm”. O Itamaraty tem quadros de primeira para esse desafio. Mas não tem lugar para eles, muito menos para as suas idéias. Para citar um único exemplo, o Brasil só dá ao luxo malsão de nomear cônsul em Madri o embaixador brasileiro em Santiago e ex-embaixador na ONU, Gelson Fonseca Júnior, porque não faz o gênero dos neoterceiro-mundistas aboletados no Palácio dos Arcos.</p>									

O SR. ALVARO DIAS (PMDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, gostaria de solicitar a V. Ex^a a transcrição na íntegra, nos Anais desta Casa, do editorial do Jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulado “A crise exposta do Mercosul”, publicado na edição do dia 22 de maio de 2006.

O tema abordado pelo mencionado editorial é mais que oportuno. O drama enfrentado pelo Mercado Comum do Sul é a mais contundente ameaça à integração regional. Os equívocos da política externa do Presidente Lula são inúmeros, sem dúvida, mas o impasse reinante no âmbito do Mercosul pode trazer prejuízos irremediáveis. Lamentavelmente o tema não foi alçado pela mídia às manchetes, muito em função da eclosão de outros “desastres” em nosso entorno.

Considero sintomático o cancelamento do encontro de líderes do Mercosul e da União Européia agendado para a primeira quinzena de maio. É mister destacar que àquela reunião tinha como objetivo a tentativa de retomar as negociações de um acordo comercial entre os dois blocos.

Ao ser informado pelo noticiário das agências internacionais noticiosas de que três presidentes dos quatro países membros do bloco sul-americano – Tabaré Vazquez, do Uruguai, Nestor Kirchner da Argentina e Nicanor Duarte, do Paraguai – decidiram não participar do encontro que deveria acontecer após o encerramento da Cimeira da União Européia-América Latina-Caribe, em Viena, não tive qualquer margem de dúvida: o Mercosul vive o seu crepúsculo.

Nesse contexto, eu gostaria ainda destacar que o incidente na capital austríaca foi um acontecimento emblemático da mais grave e séria crise enfrentada pelo Mercosul desde a sua criação há quinze anos. Vale salientar que o episódio “vienense” acentua também o ceticismo entre os europeus de que o bloco sul-americano não terá condições de retomar nos próximos anos uma unidade política suficiente que viabilize um acordo comercial.

Em boa hora o prestigioso **O Estado de S. Paulo** retoma com precisão e acuidade um tema vital para o futuro da integração de todo o nosso continente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu também gostaria de solicitar a V. Ex^a a transcrição na íntegra, nos Anais desta Casa, do artigo publicado no Jornal **Gazeta Mercantil** intitulado “Diretrizes para uma política Industrial”, edição do dia 22 de maio

de 2006, de autoria do Diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp – José Ricardo Roriz Coelho.

A crise política deflagrada a partir das denúncias envolvendo um funcionário de segundo escalão da empresa de Correios e Telégrafos, antecedida pelo defenestramento do Sr. Waldomiro Diniz – responsável pelo relacionamento entre o Palácio do Planalto e o Poder Legislativo, contribuiu sobremaneira no sentido de interromper o debate dos grandes temas nacionais. A pauta das discussões foi monopolizada pela sucessão de escândalos que pontuaram o atual Governo.

A marca indelével da gestão Lula é a corrupção e as negociações que vieram à tona após os escândalos que exibiram uma galeria de personagens soturnos que deveriam ser considerados párias da sociedade, figuras execráveis de baixíssimo estofo moral que foram investidas em funções de Estado.

A perda da competitividade de nosso País no turbilhão da crise política em curso é um fato incontestável. O artigo de José Coelho é assertivo e nos oferece dados relevantes a serem examinados por todos aqueles que desejam que o Brasil possa retomar no horizonte temporal mais próximo possível, o debate em torno dos temas estratégicos que devem integrar a grande Agenda nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs Senadores, eu ainda gostaria de solicitar a V. Ex^a a transcrição na íntegra, nos Anais desta Casa, do artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, intitulado “O crime organizado”, edição do dia 22 de maio de 2006, de autoria do advogado Ives Gandra da Silva Martins.

A análise competente do jurista Ives Gandra é sempre um balizador importante a ser considerado no debate dos grandes temas nacionais. É oportuno que o Senado Federal no curso do desenvolvimento de seus trabalhos, sejam as discussões em plenário ou nas comissões técnicas, passe em revista às idéias e opiniões emanadas da sociedade brasileira, notadamente dos seus grandes formadores de opinião.

O Brasil assistiu estarrecido ao maior ataque do crime organizado contra as forças de segurança já realizado pela bandidagem articulada. A onda de violência que assolou a capital paulista, se alastrou por Mato Grosso do Sul e alcançou unidades de segurança do Paraná é a face mais cruel do escabroso grau

de fragilidade e desordem a que chegou a segurança pública em nosso País.

Não há dúvida de que os últimos acontecimentos revelam a exacerbão da negligência institucional na moldura da crise de autoridade do Estado brasileiro. Lamentavelmente, devemos reconhecer que há muito de omissão, de conivência e de irresponsabilidade administrativa.

De quando em vez, o Estado desperta, anuncia, de forma bombástica até, algumas providências como se estivesse resolvendo de forma definitiva o problema da violência no País. Superado o episódio de notoriedade, o Governo se esquece das suas obrigações e o processo de violência avassa-

ladora se instala, se avoluma e ganha proporções inimagináveis.

Estou convencido, Sr. Presidente, que a eventual insuficiência de recursos disponibilizados é um agravante mas o imbróglio transcende a esfera do Orçamento. O que falta verdadeiramente é uma política de segurança pública capaz de atender as exigências da sociedade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A crise exposta do Mercosul

As fraturas do Mercosul ficaram mais expostas do que nunca depois que os sócios menores, Uruguai e Paraguai, decidiram proclamar suas frustrações. Não apenas foram esquecidos pelos parceiros mais fortes, Brasil e Argentina, envolvidos em pendengas intermináveis. Perderam importantes oportunidades comerciais, por falta de acordos com os Estados Unidos e a União Europeia, os mercados mais cobiçados.

O governo uruguai voltou a expor suas queixas e ambições num relatório divulgado pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Fica evidente, no documento, que o Mercosul não atende às necessidades do Uruguai e que o país procura novos parceiros para fortalecer sua economia.

O relatório é parte do material produzido para a revisão periódica de políticas comerciais, obrigatória para todos os sócios da OMC. O novo governo, segundo o documento, "definiu como uma de suas prioridades a expansão do Mercosul, que deveria melhorar o acesso tanto aos mercados regionais quanto aos extra-regionais, por meio de negociações

conjuntas com terceiros países".

O bloco, hoje, oferece atrativos limitados para o país, se é que oferece alguns, e as principais negociações externas do Mercosul estão paralisadas.

Em 1998, o bloco absorveu 55,3% das exportações uruguaias. Em 2005, apenas 22,9%. Essa mudança poderia refletir uma saudável diversificação de mercados, com exportações crescentes. Não foi o que ocorreu. Em 2004, as exportações uruguaias, US\$ 2,92 bilhões, foram apenas 5,4% maiores que as de 1998.

A recuperação dos valores, depois da queda de 1999, dependeu principalmente de maiores vendas para mercados fora do Mercosul, como Estados Unidos, México e União Europeia.

O Uruguai, segundo o relatório, foi incapaz de atrair investimentos para expandir e diversificar sua base produtiva. O governo se absteve, nesse documento, de acrescentar que os novos projetos de fábricas de celulose, os maiores dos últimos tempos, vêm sendo contestados pelos vizinhos argentinos.

"Nessas circunstâncias, é também essencial explorar as possibilidades individuais de melhorar o acesso a outros mercados, por meio da conclusão de acordos bilaterais de conteúdo comercial, capazes de criar oportunidades para atração de investimentos."

O acordo de livre-comércio com o México é apontado como "bom exemplo" das iniciativas necessárias. Agora, segundo o relatório, o governo discute com autoridades americanas o fortalecimento de vínculos econômicos e comerciais.

O que o documento não esclarece é que o acordo com o México foi possibilitado por uma exceção aberta nas normas do Mercosul. Não há exceção semelhante para um acordo com os Estados Unidos.

Já ninguém duvida de que o Uruguai poderá deixar a união aduaneira do Mercosul, se os norte-americanos se dispuserem a negociar um tratado de livre-comércio. Um passo preliminar foi dado, quando Uruguai e Estados Unidos formalizaram um pacto de proteção de investimentos.

A disposição uruguai de buscar novos

acordos com parceiros importantes está exposta, portanto, na vitrine da OMC: os demais 148 sócios do clube estão informados.

Um novo relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) acaba de dar razão a Uruguai e Paraguai, quando proclamam suas frustrações com o Mercosul. Nenhum dos dois teve ganhos comerciais importantes desde a formação do bloco. Ambo ficaram em plano inferior no bloco e, além disso, perderam oportunidades no exterior.

O presidente da Câmara dos Deputados, Al do Rebelo, esteve recentemente em Buenos Aires, Assunção e Montevideu. Ao voltar, manifestou a disposição de trabalhar pela recuperação do Mercosul. Seu plano imediato é trabalhar pela aprovação urgente do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, com recursos previstos de US\$ 100 milhões, dos quais o Brasil deverá fornecer 70%.

O interesse é elogável, mas o bloco não sairá da crise enquanto os sócios maiores continuarem presos a políticas comerciais defensivas e a empurrar as negociações com os maiores mercados. O Mercosul não basta a si mesmo, nem bastam ao bloco políticas de teor terceiro-mundista.

Diretrizes para uma política industrial

É necessário uma agenda mínima para ampliar a competitividade atual

O Índice de Competitividade Fiesp, que compara 43 países responsáveis por 95% do PIB mundial, permite compreender a diferença que precisa ser vencida pelo Brasil para entrar no grupo dos países competitivos. A 39^a colocação que amargamos diz muito a respeito do esforço necessário para que o País se torne competitivo e alcance o custo-Brasil.

Competir em um ambiente com taxas de juros estratosféricas, uma das maiores cargas tributárias do mundo, limites de infra-estrutura e câmbio valorizado é uma tarefa árdua. Somado a esse esforço temos ainda de enfrentar a competitividade no cenário internacional de novos players que vêm apresentando estratégias agressivas como China, Índia e outros países emergentes. Esse meio tem inibido investimentos em atividades produtivas de maior valor agregado e levado as empresas a adotar estratégias de redução de custos.

Diante desse cenário são necessárias ações urgentes para enfrentar a herança deixada por anos de adiamento da resolução de nossos problemas estruturais, com uma estratégia que combine propostas voltadas à política econômica e política industrial — esta última banida das discussões do governo e habitualmente discutida pelos países emergentes. Essas ações podem diferir em termos da natureza e do grau de “ativismo” dos instrumentos utilizados, mas definem horizontes, elegem prioridades e ordenam os processos decisivos relativos ao desenvolvimento.

Paralelamente ao enfrentamento das questões sistêmicas (juros e câmbio), necessitamos criar novas competências nas empresas para torná-las aptas à concorrência nos mercados. Adicionalmente, devemos também reestruturar as trajetórias competitivas e as novas tendências em direção aos setores de

maior conteúdo tecnológico e maior agregação de valor.

Para promover a atividade produtiva a estágios de desenvolvimento superiores aos dos nossos amigos emergentes devemos impulsionar simultaneamente o aumento da inserção internacional na “ponta” da indústria (via exportações e substituição competitiva de importações) e a modernização do “miolo” da indústria, integrado por setores tradicionais, com grande participação de pequenas e médias empresas e voltados para o mercado interno.

Para tanto precisamos recorrer a uma política industrial que seja focada em ampliar as capacitações competitivas existentes, fomentando a pauta de exportação e a inclusão de novos produtos com maior valor agregado.

Assim, para alcançar essa sonhada competitividade é preciso que seja criada uma agenda mínima para o desenvolvimento industrial régida por uma política tecnológica centrada em elevar os esforços em pesquisa e desenvolvimento do setor privado, sobretudo das pequenas e médias empresas — isoladas ou organizadas em arranjos produtivos locais (APLs) —, bem como favorecer o desenvolvimento de tecnologias portadoras de futuro (biotecnologias, energias renováveis e nanotecnologia).

A criação de uma política de investimento e crédito irá também reduzir progressivamente o custo do crédito, rever o papel das agências de fomento, melhorar o acesso das micro, pequenas e médias empresas, oferecer maior funcionalidade ao mercado de capitais e desonerar o investimento. Além de uma política de atração e regulação do capital estrangeiro, tornando o Brasil base produtiva dos grandes players internacionais e promovendo o adensamento industrial e a substituição de importações.

Também é necessário motivar uma política de desenvolvimento setorial que respeite as cadeias industriais com capacidade competitiva que demandam ações voltadas à melhoria do acesso aos mercados internacionais e de apoio à internacionalização das empresas.

Além de oferecer suporte às cadeias com deficiências competitivas estruturais que necessitam de reestruturação patriarcal, é fundamental alianças estratégicas com empresas estrangeiras, forte investimento em modernização e cooperação e capacitação das empresas nacionais. Por último, suporte às cadeias com fragilidades competitivas que necessitam de apoio intraempresa (desenvolvimento de processos de produção, marcas, design, redes de distribuição) e interempresas (formação de redes de cooperação verticais e horizontais), constituindo toda uma família de medidas de política industrial voltadas para acelerar a modernização dessas indústrias. Essas questões, bem como questões de outros setores da economia brasileira, serão amplamente discutidas e transformadas em propostas concretas aos candidatos à Presidência da República no Congresso da Indústria da Fiesp, que será realizado nos dias 25 e 26 próximos no Transamérica Expo Center.

* Diretor do departamento de competitividade e tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

O crime organizado

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

OS ACONTECIMENTOS que culminaram com a luta campal entre criminosos do PCC e a polícia estadual têm sido comentados por especialistas, autoridades e pessoas de renome, à luz das causas que levaram ao movimento, dos erros da política carcerária e penal do Brasil, da permissividade da legislação, da lentidão da Justiça, cujas leis processuais permitem que se retardem julgamentos e possibilitem a prescrição e a impunidade, e diversos outros aspectos relacionados ao diagnóstico da crise, suas causas com soluções de médio e longo prazo, mais do que para a premente necessidade de um novo comportamento dos governos e da sociedade sobre a questão.

De inicio, quero esclarecer que pertenci à Anistia Internacional, no Brasil, até deixar a entidade de atuar no país. Fui contra a pena de morte e não contra a punição rigorosa. Fui contra o tratamento indigno de presidiários, mas não contra a prisão de criminosos. Fui contra a lentidão dos julgamentos e não contra a observância do devido processo legal. Prefaciei, inclusive, livros de detentos e de ex-detentos.

Sinto-me, pois, à vontade para escrever este artigo.

Estou convencido que há necessidade de endurecimento das medidas a serem tomadas, mas com absoluto respeito à dignidade dos marginais, visto que o Estado não pode retribuir na mesma medida o tratamento que a sociedade recebeu daqueles que não têm consideração com a vida humana e com a comunidade em que vivem.

Em que consistiria este endurecimento? Em isolar, sem possibilidade de comunicação, a não ser com seus advogados em dias predeterminados, os chefes de quadrilhas encarcerados, separando-os dos demais presos e, principalmente, dos companheiros soltos, para que não tenham qualquer contato com seus parceiros.

O enrijecimento residiria, por exemplo, não apenas em não permitir celulares, mas em agravar a pena daqueles que fossem apanhados com esses equipamentos, tornando o agente público, o advogado ou oente familiar co-autor do delito se, de alguma forma, tivessem contribuído para seu in-

Há necessidade de endurecimento das medidas a serem tomadas, mas com absoluto respeito à dignidade dos marginais

gresso em estabelecimentos prisionais. Investiria, pesadamente, no serviço de inteligência da Polícia Militar, a fim de que fosse possível detectar, com tempo suficiente, a preparação de movimentos semelhantes àquele que assistimos em São Paulo.

Alvin Tofler, no livro "Guerra e Antiguerria", observa que a guerra contra o inimigo externo ou contra o inimigo interno só poderá ser bem sucedida à base de um excepcional serviço de inteligência. A informação é tudo, para evitar conflitos futuros.

Como terceira medida, aumentaria efetivos e remuneraria melhor seus integrantes. Mesmo considerando que recebem, os policiais militares e os agentes da polícia, mais do que a média dos servidores, considero ainda insuficiente, pois a melhor forma de evitar-se a tentação de corrupção é a tranquilidade de terem, os policiais, como sustentar a família, dignamente. Com melhor remuneração, haveria também a possibilidade de obter qualificação ainda maior nos quadros da polícia.

Tornaria a preparação, de todos os quadros policiais, para enfrentar este tipo de movimento, a partir de agora, muito mais intensa e adequada.

Tornaria ainda menos branda a legislação penal para o crime de colocar em pânico uma cidade inteira, esperando que os tribunais superiores, diante da gravidade do ocorrido, sejam mais conscientes do risco de interpretações brandas, elásticas e permissivas para o crime.

Finalmente, se deveria tornar a pena agravada, consideravelmente, em nível de legislação a ser proposta, sempre que o criminoso matasse um agente público de segurança.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, 71, advogado tributarista, professor emérito da Universidade Mackenzie, da Unifmu e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, é presidente da Academia Paulista de Letras, do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio de São Paulo e do Centro de Extensão Universitária.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 11, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que *reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador **Luiz Otávio**
Prazo final: 15-6-2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 282, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinqüenta e sete milhões, quinhentos e cinqüenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor: Senador **Paulo Paim**
Prazo final: 23-6-2006

3

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 12, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que *altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores*

públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Relator revisor: Senador **Gilberto Mestrinho**
Prazo final: 23-6-2006

4

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 14, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente

da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Relator revisor: Senador **Edison Lobão**

Prazo final: 4-7-2006

5

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 64, DE 1999**
(*Votação nominal*)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**
(*Votação nominal, se não houver emendas*)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que específica*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na

Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.*

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator Senador Roberto Saturnino.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.*

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora Senadora Roseana Sarney.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73*

– CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

18

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

19

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja consignado um voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Parecer sob nº 490, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional,

Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, com alterações que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 25 minutos.)

(OS Nº 13073/06)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR MARCO MACIEL NA SESSÃO DO DIA 18 DE MAIO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Presidenta, Senadora Heloísa Helena, quero, antes de iniciar minhas palavras, agradecer o registro que V. Exª fez a respeito da minha presença no plenário na noite de hoje.

Mas, Srª Presidenta, venho à tribuna para falar sobre um tema também objeto da preocupação de V. Exª, que é o Nordeste. E vou centrar obviamente minha apreciação sobre Pernambuco, Estado que tenho a honra de representar nesta Casa.

Hoje, em termos econômicos, o PIB **per capita** do Nordeste é cerca da metade do valor médio nacional e o da área do semi-árido é cerca da quarta parte, algo como R\$2 mil por habitante. Muito baixo é também o Índice de Desenvolvimento Humano, indicador medido por um órgão da ONU.

É bom lembrar que o semi-árido é uma região caracterizada por baixo índice pluviométrico e chuvas irregulares – mal distribuídas no espaço e no tempo – provocando o recorrente fenômeno da seca. Esse aspecto torna-se dramático quando consideramos que ali vivem cerca de vinte milhões de pessoas, das quais a metade, aproximadamente, na zona rural.

Esforço especial, a meu ver, deve ser feito para a preservação do meio ambiente, sobretudo da Caatinga, bioma tipicamente brasileiro, único no mundo, com rica diversidade biológica, tanto na flora quanto na fauna. Na realidade, nos períodos prolongados de seca, típicos do semi-árido, quase que somente sobrevivem, como V. Exª sabe, alguns vegetais e alguns animais, e pássaros, inclusive a retirante asa-branca, que, como lembra Luiz Gonzaga, volta quando as chuvas retornam.

Mas, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como ameaça adicional ao bioma Caatinga e ao ecossistema do semi-árido, existe o perigo da desertificação, degradação física de uma região causada por fatores agressivos – climáticos ou humanos. É bom lembrar que o homem é também um grande predador. Estudos

realizados pelo Professor João Vasconcelos Sobrinho, engenheiro agrônomo e ambientalista pernambucano, já falecido, tiveram repercussão internacional na Conferência das Nações Unidas, realizada em Nairobi, no ano de 1977.

Com relação à Caatinga – volto à Caatinga porque é um bioma único no mundo, algo semelhante existe na África, não exatamente com as mesmas características –, na condição de Vice-Presidente da República, ao tempo em que governava o País o Presidente Fernando Henrique Cardoso, tive oportunidade de participar de ações que propiciaram ao Governo de Pernambuco a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico da Biosfera da Caatinga. Foram despendidos, naquela ocasião, em termos atuais, cerca de R\$ 600 mil na elaboração do projeto.

A primeira fase, correspondente à formulação de cenários e organização de banco de dados, entre outros itens, está concluída. A metodologia desenvolvida teve aceitação internacional e está sendo consultada por vários países, sendo objeto de estudos acadêmicos. O banco de dados, consolidando todas as informações sobre a Caatinga, antes espalhadas por inúmeras organizações, tem sido usado por todos os Estados nordestinos. Outras regiões do País estão adotando a mesma metodologia nos seus estudos ambientais, o que prova o acerto do projeto que se desenvolveu com relação especificamente à caatinga enquanto bioma, embora não tenha sido ele elevado, no art. 225 da Constituição, à condição de bioma a ser preservado como prioritário.

Há uma segunda fase do projeto que ainda precisa ter continuidade: a realização do zoneamento propriamente dito, que depende de recursos financeiros adicionais – aproximadamente um milhão de reais – já solicitados ao Governo Federal, mas ainda não liberados, o que é uma pena.

Apelo, pois, ao Governo Federal que libere os recursos, aliás de pequena monta, como se vê, para a continuidade de execução do projeto. Existem, ainda, quatro outros projetos, integrantes do programa de revitalização da Bacia do Rio São Francisco, tão degradada também, todos na dependência de recursos financeiros do Governo Federal.

Esses projetos visam: Recomposição de Matas Ciliares na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; Implantação de Módulos de Combate à Desertificação e Convivência com a seca; Gestão Participativa dos Recursos Hídricos; Consolidação do Comitê e dos Conselhos de Usuários de Água nas Bacias Hidrográficas do Rio Pajeú e Moxotó e; finalmente, Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos da Bacia Hidrográfica do rio Moxotó. Enfim, são, como disse, projetos importantes para a região, inclusive para o meu Estado.

Os valores previstos para a realização desses projetos somam cerca de R\$2,2 milhões, podendo o Governo de Pernambuco inclusive participar com aproximadamente 10% do total, o que prova a disponibilidade do Estado em ajudar a que esses estudos prossigam. Há cerca de dez meses foram solicitados ao Governo Federal recursos financeiros correspondentes a R\$2 milhões, mas até o presente nada foi alocado, o que revela a baixa prioridade atribuída, infelizmente, pelo Governo Federal à questão ecológica, de modo particular no Nordeste.

Srº Presidente, desejo dirigir apelo para que o Governo Federal volte a liberar recursos financeiros para irrigação, pois, desde o início de 2003, quando tomou posse o Presidente Lula, até os nossos dias, como se vê por números que vou agora mencionar, não foi liberado recursos suficientes para finalizar os projetos em andamento.

Antes do Governo Figueiredo, tinham sido irrigados em Pernambuco sete mil hectares. O Projeto Bebedouro, foi, penso, o primeiro projeto a ser implantado, ainda sob a inspiração de Celso Furtado, então Superintendente da SUDENE. No Governo do Presidente Figueiredo, foram irrigados no Vale do São Francisco 39 mil hectares. No Governo do Presidente Sarney, 21 mil hectares. No Governo Collor/Itamar Franco, sete mil hectares. No Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, 31 mil hectares. No Governo atual, zero; não foi irrigado nem um hectare em território pernambucano.

Nesse sentido, peço que o Governo Federal libere recursos para a irrigação no Nordeste, de modo especial em Pernambuco. Creio que a situação não é apenas de Pernambuco. Outros Estados do Nordeste estão sofrendo muito com a descontinuidade das obras de irrigação.

A esta altura da sessão, representantes dos outros Estados do Nordeste não estão presentes, daí porque não podem trazer a contribuição, via aparte, para o esclarecimento do tema. O fato é que, infelizmente, as obras de irrigação foram suspensas, pelo menos em Pernambuco, a partir do ano de 2003.

Lembro, por oportuno, que deixamos recursos no Orçamento, mas, no primeiro dia útil de 2003, houve um decreto do Governo Federal contingenciando-os e aqueles para irrigação de Pernambuco foram integralmente contingenciados. Daí por que, de 2003 aos nossos dias, nem um hectare em Pernambuco foi irrigado pela Codevasf, de acordo com os dados de que disponho. Gostaria até de ser contestado e estar equivocado, mas essa é a dura realidade.

A região banhada pelo rio São Francisco tem um potencial de irrigação de um milhão de hectares, sem conflito com o setor elétrico. Atualmente estão utiliza-

dos em irrigação 330 mil hectares, restando, portanto 670 mil, sendo 190 mil em Pernambuco.

Esse dados assumem um significado muito especial quando se considera que, em média, a fruticultura irrigada gera cerca de três empregos por hectare, um direto e dois indiretos, com investimento da ordem de 21 mil reais – 7 mil por emprego gerado, baixíssimo, se compararmos, por exemplo, com a indústria automobilística ou com qualquer outro setor da economia, nos quais o investimento necessário para a geração de um único posto de trabalho, chega, às vezes, no mínimo a 15 ou no máximo a 200 mil dólares por emprego gerado. No caso da cultura da uva, e em Pernambuco esse cultivo se desenvolveu muito e já estamos não somente abastecendo o mercado interno com uvas da boa qualidade, mas também produzindo vinhos de excelente qualidade, sobretudo o vinho branco. No caso da uva, a geração de emprego chega a ser 7 por hectare irrigado.

Encerro este pronunciamento apelando para que o Governo Federal volte a liberar recursos financeiros para a irrigação, suspenso desde 2003. Uma dura constatação que fizemos ao ler o **Diário Oficial** do primeiro dia útil de janeiro, foi verificar o corte total, lógico, à época se usou a expressão que ainda não está devidamente dicionarizada – contingenciamento. Sempre pensamos que o contingenciamento pode levar a um descontingenciamento. Mas o fato é que não houve e os recursos previstos para 2003 não foram liberados. Não foi liberado sequer R\$1,00, e, em sucessivos anos, o Governo Federal não alocou recursos.

Sabemos que essa atividade é geradora de empregos a baixos custos e os projetos de revitalização da Bacia do São Francisco são também importantes para que o bioma Caatinga seja protegido e afastado do risco da desertificação.

Agradeço, nobre Senadora Heloísa Helena, o tempo que me concedeu e quero, com essas palavras, declarar encerrado o meu pronunciamento.

Muito obrigado a V. Ex^a.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 19 DE MAIO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, existe uma passagem de Tolstói que é muito batida, aquela história de se ser universal ao se cantar a própria aldeia.

Outro dia, eu estava lendo em um jornal da minha terra, um jornal de Manaus, **Diário da Amazonas**,

matéria da jornalista Camila Gabriel, que trata de um tema do cotidiano de Manaus, Senador Sibá Machado, referentemente a uma pessoa chamada Dona Eló. Ela é o anjo da guarda de um incontável número de crianças que estudaram ou que ainda estudam no Centro Integrado de Educação – Christus, CIEC.

Desde 1965 que ela faz isto: controla a entrada e a saída dos alunos com o mesmo zelo com que o fazem os pais e as mães dessas crianças.

Nessa reportagem, sobre essa extraordinária figura de mulher e servidora dedicada, que não deixa nenhuma criança sair no final das aulas sem o pai, a mãe ou o responsável devidamente credenciado, está ali a imagem do amor – V. Ex^a vai ver aonde quero chegar. Ela fica do lado de dentro do portão e por ali não entra nenhum estranho. É sua missão – hoje, mais do que nunca, indispensável – dado o clima de violência nas capitais e nas grandes cidades do País, inclusive em Manaus.

O nome por inteiro de Dona Eló é Eloniza Vilaro- ca Monteiro, mas, se alguém chegar ao colégio para falar com Eloniza, no mínimo vão estranhar, não vão saber quem é. Seu apelido for sugerido pelo Diretor do Ciec, para quem o nome Eloniza é muito comprido. Ela gostou e nunca mais deixou de ser a Dona Eló e, para as crianças, a tia Eló.

Neste ano, Dona Eló cuida dos 420 alunos do pré-escolar do Ciec, mas nem faz idéia do total de alunos entregues aos seus cuidados ao longo dos 31 anos em que ali trabalha. O que ela sabe é que gosta do ofício que passou a desempenhar poucos anos após sua vinda para Manaus, procedente do Município de Boca do Acre, onde nasceu.

Dona Eló, segundo essa matéria jornalista, diz que suas crianças cresceram e que não seria possível lembrar os nomes de todos, mas, de vez em quando, encontra alguém que, tendo sido aluno do Ciec, vai logo falando: “A senhora que cuidava de mim quando eu chegava e saía da escola”.

Homenageio Dona Eló e requeiro que a matéria do **Diário do Amazonas**, da jornalista Camila Gabriel, passe a integrar este pronunciamento, para dizer que, de repente, se não se cuida de uma política efetivamente nacional de segurança pública, todo esse amor de Dona Eló é em vão, porque, quem seria ela para enfrentar uma investida organizada de criminosos adestrados, armados?

É um fenômeno nacional o da insegurança pública, Senadora Heloísa Helena. É tão nacional que explodiu em dó maior, em São Paulo; em dó menor, no Paraná e no Mato Grosso do Sul e em dó maior, no Rio de Janeiro, quando um quartel do Exército, não menos que um quartel do Exército, Presidente

Sibá Machado, foi tomado de assalto pelo crime organizado, pelo tráfico. E é tão nacional que o PCC, por quatro notas de R\$50,00 ou por dez notas R\$20,00, comprou, na Câmara dos Deputados uma consciência, um funcionário, que cedeu ao PCC, que cedeu aos advogados do PCC uma gravação que pode ter sido chave para o crime organizado descobrir que ia haver essa transferência – necessária – de quase 800 criminosos de alta periculosidade de um presídio para outro. Chegou aqui.

Estranho o fato. No Senado não se grava sessão secreta. Não sei por que gravaram na Câmara; e, mais ainda, gravaram na Câmara por intermédio de um funcionário terceirizado. Se é secreta, não se grava, como fazemos inclusive nas nossas corriqueiras reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

Mas cito aqui o caso da Dona. Ela, porque, de repente, percebe-se que bastava a Dona. Ela, durante tantos anos, para dar segurança às crianças. E agora? Esse **apartheid** não é a solução. Então, blinda seu carro quem tem dinheiro, e quem não tem dinheiro, quem está na miséria, busca formas muito duras de sobrevivência.

Temos de ter uma política nacional de segurança pública, sob a liderança do Presidente da República, com um projeto que comece com o fechamento das nossas fronteiras, que hoje são veias abertas por onde passam as drogas e as armas, e com entrosamento absoluto com os governos dos Estados e entre os governadores dos Estados. Ou seja, eles, entre si, também fazendo as suas políticas de fronteiras estaduais. E os prefeitos e os governadores levando cidadania. A Justiça fazendo efetivamente valer seu peso de poder e não permitindo que a justiça do tráfico vigore nas favelas, nos bairros das periferias das grandes cidades brasileiras.

Que a justiça não seja esta que, hoje, faz com que um pai de família, cuja filha tenha sido estuprada, não a leve à Delegacia da Mulher, em certos locais da periferia brasileira, e, sim, ao chefe do tráfico. Ele, então, manda exemplarmente fazer justiçar, matar, fazer e acontecer, em troca inclusive, quem sabe, de o irmãozinho da pessoa que foi estuprada virar, a seguir, o aviôzinho do tráfico dele, para morrer antes de completar os 25 anos de idade, como tem sido a dura realidade. Uma realidade tão dura, Senador Sibá Machado, que, se não houvesse esta situação de criminalidade no Brasil, a média de vida do brasileiro seria maior. Ela é menor porque nossos jovens estão sendo assassinados, estão-se matando, estão morrendo. É uma coisa grave!

Citei o exemplo da minha terra, mas o problema existe em Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro – não sei como está na sua Rio Branco, mas sei que se deteriorou

em Macapá. Sei também que a Cuiabá do nosso querido Senador Antero tem índices que se estão agravando.

Ou seja, se mantivermos aquele pensamento comodista, que ouço muito na minha terra, que é o seguinte: “Ah, em Manaus está grave, mas não é igual a São Paulo, não é igual ao Rio!”, isso significará a autorização tácita para que o quadro se agrave mais ainda e que, daqui a pouco, fique igual a São Paulo e igual ao Rio.

É preciso matar no nascedouro as manifestações do crime organizado e, onde não estiver completamente organizado, não deixar que se organize.

Aproveito esta sessão para fazer um balanço sereno, propositivo e autocrítico da nossa própria posição aqui, no Congresso Nacional. Sempre digo que a culpa de tudo isso é da sociedade. Ela começa no Governo Federal, nos Governos estaduais – todos –, passa pelas Prefeituras municipais, pela Justiça, que precisa se desencastelar e chegar perto do povo e pela OAB, porque se tem alguém falando no telefone celular que foi passado ao Marcola não sei das quantas por um advogado, é evidente que esse advogado deve ser revistado. Ele não pode continuar entrando no presídio para dar celular a quem quer que seja. Eu não vejo que esteja aí alguma ofensa à integridade da atuação do advogado. É preciso dizer a ele que não pode dar o celular para o Sr. Marcola mandar seqüestrar pessoas, mandar incendiar ônibus, mandar matar policiais, bombeiros, enfim. Passa pela necessidade de as ONGs reforçarem esse esforço, que precisa acontecer com mais força, pela cidadania por parte do Poder Público federal. Passa até pela conscientização do usuário de droga, passa por toda a sociedade.

Ou nós somos capazes de dar uma resposta de Nação, uma resposta inteira, íntegra, ou nós vamos nos perder nos nanismos, na pequenez e vamos ver, realmente, este País se conflagrar, o que é uma pena, porque eu dizia: “Meu Deus, o Brasil, agora, tem uma economia estável, o Brasil tem potencial de consumo enorme, o Brasil tem uma miséria brutal mas já tem setores de excelência tecnológica, o Brasil tem recursos naturais abundantes, o Brasil é a pátria da água. O que mais vai atrapalhar o Brasil?” O crime organizado. Sempre tem algo que impede que o nosso futuro seja atingido, porque gerações e gerações se portam mal no presente e o Brasil vai postergando o seu futuro.

Eu diria, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, tem feito esforço na defesa desse poderio, reconheço isso. No entanto, em função da avalanche de escândalos de corrupção, que ainda domina o noticiário, o Congresso Nacional acabou ficando a reboque desses desmandos, por que não dizer da promiscuidade que teve início com o

mensalão para Parlamentares, com implicações para dentro e para fora do Palácio do Planalto pela compra de Partidos e Bancadas na Câmara dos Deputados, sob os auspícios de dirigentes da atual ordem dominante no País.

É verdade que, no próprio Congresso, houve e ainda há sérias reações a esses escândalos, ao mesmo tempo em que a Nação fica indignada e a sociedade assiste à absolvição de 10 mensaleiros na Câmara. É o jeito fácil de se colocarem embaixo do tapete essas nódoas que prejudicam a credibilidade da política brasileira.

Num primeiro momento, logo após a indignação, surgem soluções de curíssimo prazo que, na prática, não são efetivadas: um escândalo é abafado e atropelado por outro escândalo de maior envergadura logo a seguir.

Ao tentar soluções para esses escândalos, que são conhecidos e vêm de longa data, o Congresso move-se lentamente, e a euforia se acaba em poucos dias. Os problemas e os escândalos são esquecidos e isso é ruim para todo o País e não apenas para o Congresso Nacional.

Como exemplos, relaciono a seguir alguns casos amplamente divulgados recentemente:

Comissão de Orçamento/Sanguessuga – a Comissão de Orçamento, já é amplamente conhecido, tem apresentado problemas que lembram o episódio dos anões no início da década dos anos 90. Os procedimentos e o **modus operandi** da Comissão chegaram a limites vergonhosos, permitindo, inclusive, a revogação da resolução que disciplina a tramitação das matérias orçamentárias naquela Comissão, mas, diante da falta de uma nova regra, a antiga resolução teve de ser “ressuscitada” para viabilizar o funcionamento da Comissão e aprovar as matérias de sua competência.

A Operação Sanguessuga, amplamente divulgada pelos meios de comunicação, pode ser apenas o fio de um novelo que envolve corrupção em outras áreas do Governo. Para tristeza do País, ainda não se conseguiu, até agora, uma solução para estancar os problemas, melhor dito, os escândalos que envolvem a Comissão de Orçamento.

Senador Sibá, V. Ex^a, que está aqui comigo há mais de três anos, e a Senadora Heloísa Helena, que aqui já estava, certamente me ouviram falar, por várias vezes desta tribuna, que eu aguardava um escândalo próximo e enorme na Comissão de Orçamento. É aquela coisa de “um dia a casa cai”, “um dia a casa cai”. Um dia a casa caiu. A casa caiu. A casa caiu. Nós não podemos, portanto, de maneira plácida, continuar achando normal o que é de absoluta anormalidade.

Voto secreto – logo depois que o Plenário da Câmara absolveu 10 mensaleiros, veio a indignação e começou o movimento para se aprovar uma emenda à Constituição que acabaria com o voto secreto, numa tentativa de pôr fim à impunidade. Até onde se sabe, a PEC não saiu de onde estava. Continuamos vendo o Congresso numa medíocre atitude corporativista e não se fala mais no tema.

Nepotismo – o Conselho Nacional de Justiça aprovou o fim do nepotismo no Judiciário. De imediato, o Congresso começou a se mover para estender a medida aos Poderes Executivo e Legislativo. Da mesma forma, a PEC somente foi noticiada nos primeiros dias após a decisão do Conselho. Hoje, não se fala mais nisso também.

Segurança pública – a questão da segurança pública vem-se degradando a cada dia e o que vemos é a incapacidade de a gestão pública atual – refiro-me a todos os níveis, não estou aqui particularizando nível algum de poder – ensejar alguma perspectiva para a população e também a carência de políticas públicas para sanar problemas e gargalos estruturais que inibem uma ação do Estado voltada para o crescimento e o desenvolvimento sustentado.

O que aconteceu nos últimos dias, em São Paulo, é de lamentar. Já não é possível essa afronta ao Estado de direito, em que quadrilhas organizadas paralisam uma cidade por meio de ações coordenadas de dentro dos presídios.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso não pode ficar a reboque de escândalos. Temos que agir com uma pauta própria. Agir **ex-ante**, porque hoje o Congresso tem agido **ex-post**. Até quando teremos que esperar que ocorram novos escândalos políticos e financeiros e mais atos de violência para que o Congresso se move? O Congresso tem que buscar soluções para resolver os problemas enfrentados pela nossa sociedade. Ouvir – e ouvir de uma vez por todas – a chamada voz rouca das ruas. Não dá mais para agir de afogadilho. Não dá mais para reagir somente nas primeiras horas, sem que haja efetiva continuidade às ações saneadoras, aquelas que visam a expungir vícios do passado.

O Brasil tem que deixar para os arquivos a legislação do atraso. O futuro exige que este presente não seja o da mentira, o da traição, o da pequenez, o do nanismo, o da hipocrisia, o da inércia ou omissão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Domingueira

Eloniza Monteiro controla a entrada e saída dos alunos da escola

Dona Eló e seus 31 anos de dedicação às crianças do Ciec

CAMILO GABRIEL
Da Redação

Todo aluno que estudou, quando criança, no Centro Integrado de Educação Christus (Ciec) nos últimos 31 anos certamente lembra da dona Eló, sempre no portão, controlando a entrada e a saída dos estudantes do pré-escolar. O mesmo pode se dizer dos pais, que confiaram a ela seus filhos e hoje levam os netos para a escola.

Ela, que hoje tem 70 anos, começou a trabalhar no Ciec em 1965, convidada pelo diretor Orígenes Martins. Na época, trabalhava no Supermercado Royale, quando o professor a procurou. "Ele foi lá e disse: 'Mainha -só me chama assim-, estou precisando de uma pessoa para trabalhar no São Piteré (antiga unidade de pré-escolar do Christus), você sabe de alguém?'. Eu disse: 'Isso para o professor (Orígenes Martins)', ele disse que eu já estava empregada", afirmou.

A ex-funcionária do supermercado gostou logo de cara do novo trabalho. Ela deveria ficar no portão de entrada da escola, evitando que as crianças deixassem o colégio sem a companhia dos pais ou que algum estranho tivesse acesso às dependências do estabelecimento. E até hoje é assim. Sempre que aparece uma cara nova, dona Eló procura a coordenadora, 'Tia Rita', para autorizar a entrada, para a segurança dos alunos. O apelido, 'Eló', ela ganhou do diretor, assim que chegou ao colégio. O nome completo, Eloniza Vilaroca Monteiro, poucos conhecem hoje. "Quando eu vim para cá, o professor disse que este nome era muito comprido e que seria só Eló", contou. E o apelido pegou. Mesmo em casa, ela não é mais chamada de 'Eloniza'. "Se alguém vai procurar Eloniza, ninguém na rua sabe. Todo mundo só me conhece por Eló".

'Nossos filhos são os alunos'

A afinidade com as crianças foi imediata e ela a atribui à convivência com os sobrinhos. Isso porque dona Eló nunca foi casada nem teve filhos. "A 'Tia Rita' costuma brincar que os nossos filhos são os alunos da escola", contou. Ela nasceu e viveu durante 30 anos no

município de Boca do Acre. Veio para Manaus com a família quando o pai se aposentou. Ele, que era cearense, não a deixava namorar e só permitia que saísse com ele. "Meu pai era muito brabo. O pessoal não ia nem lá em casa porque tinha medo dele", disse.

Dona Eló tem três irmãos e uma irmã casados e uma outra irmã que tem uma filha e mora com ela. Perguntada sobre sua infância, ela disse que pouco lembra daquele tempo, mas consegue observar algumas mudanças no comportamento das crianças daquela época e de hoje. "No meu tempo, a gente brincava muito de roda. Hoje, os meninos só querem brincar correndo. A gente quase não vê criança brincando de boneca", afirmou.

Ela não tem idéia de quantas crianças já passaram pelos seus cuidados na escola. "Só sei que foram muitas", disse. Hoje, somente no pré-escolar, existem cerca de 200 alunos, mas a quantidade já foi bem maior, chegando a 420 crianças por ano. Mesmo com tanta responsabilidade, ela não enxerga dificuldades no trabalho. "Não sei se é porque já estou acostumada, mas não encontro nenhuma dificuldade, não", disse.

Talvez mesmo por gostar da atividade, dona Eló diz que não gosta de faltar ao trabalho. Em 31 anos no Ciec, ela garante que o índice de faltas foi baixíssimo. No ano passado, não deixou de ir ao trabalho nenhuma dia e, este ano, até agora, continua assídua. Se é obrigada a faltar por motivo de doença, ela disse que sente falta. "Uma vez, eu peguei uma virose e passei uma semana em casa. Mas a gente fica pensando na escola, nas crianças, não consegue desligar daqui", contou.

Assim como dona Eló já está acostumada com a escola, os alunos também desenvolveram uma ligação forte com ela. "Nunca tive nenhum problema com as crianças. Se um bate no outro, eles vêm me falar. Qualquer coisa que um pega do outro, eles vêm me contar também".

Aos 70 anos, ela ainda mantém agilidade suficiente para correr atrás de algum menino mais danado, se for preciso. "Quando eles entram, eu fico aqui sentada. Na hora da saída, eu não gosto de ficar sentada, porque, às vezes, algumas pessoas ficam conversando aqui no portão, e eles querem sair de qualquer jeito. Tem que ficar de olho", disse ela, que se orgulha em dizer a idade e garantir que faz coisas que gente de 50 não faz. Em casa, à tarde, se dedica aos trabalhos domésticos e ao cuidado com as plantas. "A minha casa é cheia de plantas, adoro cuidar delas, desde pequena", confidencia. Dona Eló disse que faz tudo em casa. "Limpou cozinha, lava roupa, varro quintal. Não fico só sentada não, se não a gente fica muito mole. Tem que procurar alguma coisa para fazer", afirmou.

Aos 70 anos, ela ainda mantém agilidade suficiente para correr atrás de algum menino mais danado, se for preciso. "Quando eles entram, eu fico aqui sentada. Na hora da saída, eu não gosto de ficar sentada, porque, às vezes, algumas pessoas ficam conversando aqui no portão, e eles querem sair de qualquer jeito. Tem que ficar de olho", disse ela, que se orgulha em dizer a idade e garantir que faz coisas que gente de 50 não faz. Em casa, à tarde, se dedica aos trabalhos domésticos e ao cuidado com as plantas. "A minha casa é cheia de plantas, adoro cuidar delas, desde pequena", confidencia. Dona Eló disse que faz tudo em casa. "Limpou cozinha, lava roupa, varro quintal. Não fico só sentada não, se não a gente fica muito mole. Tem que procurar alguma coisa para fazer", afirmou.

Reencontros

Depois de 31 anos, ela disse que não lembra de todos os alunos, mas que a maioria ainda lembra dela. É comum encontrar com adultos que já foram alunos da escola e ainda lembram dela. "Um dia desses, encontrei com um rapaz lá no mercado. Eu quase não conhecia mais ele. Ele estava mais gordo e com um bebê no braço. Foi ele que me reconheceu", explicou.

Em muitas ocasiões, o reencontro acontece na própria escola. Durante esta entrevista

mesmo, pais de crianças que hoje estão na escola se identificaram como ex-alunos. Ela conta que um senhor levou o filho para estudar e dona Eló não o reconheceu quando o pai dele, avô da criança, chegou para buscar o neto, a lembrança imediatamente. "Eu perguntei o que ele fazia fazendo lá e ele respondeu que tinha buscado o neto. Só quando ele me mostrou o neto que eu descobri que o pai da criança estudava no colégio. Eu lembro o pai, mas não do filho, porque depois a criança cresce, muda muito", considera.

A escola já é, para dona Eló, a segunda, onde ela passa, atualmente, a metade. Ela está aposentada, mas não tem a possibilidade de deixar o colégio. Diariamente, quando sai, quer ficar em casa, mas quando vai acontecer quando for demitida? "Dois dias me derem a conta eu fico em casa, mas eu não peço, não", ri.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 19 DE MAIO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já me retirava para viajar para o meu Estado quando chega às minhas mãos notícia de mais um desses disparates de que é useiro e vezeiro o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em proferi-los.

Está na **Folha de S.Paulo** de hoje, em matéria dos jornalistas Eduardo Scolese e Pedro Dias Leite, o seguinte:

No momento em que produtores rurais promovem uma série de protestos em todo o país, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que, entre os representantes dos fazendeiros, há “cretinices” e ações “oportunistas” [ele se referiu assim: ações “cretinas” e “oportunistas”, Senadora Heloísa Helena; ou seja, linguagem insultuosa].

Além disso, colocou em xeque a renegociação das dívidas dos produtores [aspas para o Presidente Lula, em dia de besteirol aberto]: Nem sei se vamos renegociar dívida com todo mundo. Isso é o que a imprensa está dizendo por aí.

As declarações do Presidente foram feitas ontem à noite a integrantes da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), durante reunião no Palácio do Planalto. [E aí é aquela história: para agradar à Contag, fala mal dos agricultores; para agradar os agricultores, falaria mal da Contag. É uma política velha, carcomida, esclerosada, que não leva o País a bom lugar. Na conversa, Lula disse estar preocupado com a próxima semana, quando um grupo interministerial coordenado pelo Ministro Roberto Rodrigues (Agricultura) deve anunciar medidas estruturais para o setor do agronegócio. [Ou seja, começa a desmoralizar seu Ministro, que está, com sua autorização, fazendo um trabalho em favor do segmento da agricultura. Aspas, então:

“Essa é a primeira vez que fechamos um acordo com vocês (agricultores) antes dos grandes fazendeiros.” [O Presidente Lula che-

ga a beirar a irresponsabilidade mesmo; é impressionante; é de doer nos ossos]. “O pessoal da agricultura empresarial e do agronegócio vai querer os mesmos benefícios que vamos dar a vocês, vai virar uma chantagem”. Então, está chamando o agronegócio brasileiro, que sustenta a balança comercial brasileira, de setor chantagista.

Este é o Presidente Lula, o estadista, que é vice-líder de Chávez na América do Sul. Mas muito bem! Isso tudo, toda a raiva de Lula, se deve a uma tolice: alguém colocou um adesivo no carro – isso lhe foi dito –, que dizia o seguinte: “Lula é a desgraça da agricultura”. Aliás, vou pedir que mandem para mim para eu colocar em meu carro.

Ainda na **Folha de S.Paulo**, em matéria de Leandro Beguoci:

O fazendeiro Carlos Sperotto, 68, se diz enraizado por ter sido citado pelo Presidente Lula na reunião com a Contag.

Diz o fazendeiro Sperotto: “Eu só posso me sentir gratificado em um momento no qual as minhas manifestações estão sendo avaliadas pelo Presidente. Fico enraizado até”.

Em evidente ironia, foi isso o que disse o fazendeiro. Dono de uma fazenda de trigo no Rio Grande do Sul, Sperotto conta que nunca fez adesivo criticando o Presidente, mas que as declarações o motivaram. “Agora eu vou fazer, colocando o que ele falou de nós”, referindo-se a eles, fazendeiros. Sperotto, que é um homem sincero – talvez por isso irrite tanto o Presidente –, afirma ter certeza de que Lula cria, sim, problemas para os agricultores. Diz Sperotto: “Este Governo está colhendo os frutos de um trabalho elaborado a partir de planejamento para desorganizar a produção”. Aproveitou também para defender subsídios para o setor. Disse que a agricultura é um negócio de risco e que os Governos têm de criar seguros para os agricultores.

Eu lamento, Senador Sibá Machado, o Presidente chamar fazendeiros de cretinos, de oportunistas, demonstrar que até hoje – o seu Governo está abandonado – não compreendeu a importância do agronegócio. Então, diz que – palavras dele – esse pessoal da agricultura empresarial e do agronegócio vai “querer chantagear”, Senador Pedro Simon, dizendo que o agronegócio se prepara para chantageá-lo. Ele não

compreendeu até hoje a importância do agronegócio para a balança comercial brasileira, gerando excedentes econômicos, que, sem dúvida alguma, financiam políticas públicas de saúde, educação, políticas sociais. Até hoje entende, numa falsa forma de ver o mundo, que tem amigos, que supostamente seriam os da Contag, e inimigos, os do agronegócio, não percebendo que seu papel é unir a Nação. Mas me parece também que tem um certo viés bastante oportunista – aí, sim –, digo eu, do Presidente: está com a Contag e fala mal dos fazendeiros; está com os fazendeiros e fala mal da Contag, sempre mostrando para os fazendeiros que ele é o moderno, que entende do agronegócio, e sempre mostrando para a Contag que é o homem de antes, o homem de esquerda, um homem que quer fazer uma reforma agrária em cima até de terras produtivas, enfim.

Essas contradições motivam grande parte dessa brutal crise por que passa o agronegócio brasileiro. E a advertência que deixo é que, se o Presidente não cuida do agronegócio de maneira conveniente – e o Estado de V. Ex^a é extremamente importante no campo do agribusiness –, teremos, a médio prazo, no máximo, uma crise em relação às nossas contas externas, que hoje são fechadas graças ao saldo de balança comercial que temos, e hoje são fechadas graças ao saldo de balança comercial fundamentalmente do setor primário deste País.

Portanto, recomendo ao Presidente, mais temperança, mais tranquilidade; recomendo ao Presidente mais maturidade. É muito bom que ele entenda que tem uma sociedade midiática, que as coisas não ficam em quatro paredes, enfim.

E, se está irritado com o adesivo que diz que ele é a desgraça da agricultura, tem de compreender que ele próprio, o Lula, lutou por uma democracia que au-

toriza alguém a colocar um adesivo dizendo que ele é a desgraça da agricultura.

Aliás, estou pedindo até que me mandem porque eu quero colocar, no meu carro: “Lula é a desgraça da agricultura”. Eu acho que é. É um direito meu. Ele pode dizer: “Eu acho que o Arthur é a desgraça da minha paciência”. Ele pode pôr no carro dele lá; no oficial não, eu não toleraria, mas, no carro particular, ele pode colocar. Somos livres ambos para colocar, cada um, adesivo dizendo o que pensa um do outro. Agora, irritar-se e por isso investir contra um segmento tão relevante da economia me parece impróprio até para um líder sindical. Não seria bom nem que o Presidente da Contag fizesse isso. É péssimo quando quem faz isso é nada mais nada menos que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que hoje é o estadista Vice-Líder de Hugo Chávez na América do Sul.

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

22-5-2006
segunda-feira

10:00 – Senador César Borges, Coordenador do Grupo Parlamentar de Amizade entre o Congresso Nacional e as Cortes Gerais da Espanha e os Senadores Heráclito Fortes e Marco Maciel, acompanhados do

Embaixador Ricardo Peidró, Embaixador da Espanha e

Delegação Espanhola

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

Martha Lyra Nascimento, Chefe de Gabinete Presidência do Senado Federal.

CONVÊNIO N° 0012/2006-
(Processo n.º 018730/05-1)



CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O SENADO FEDERAL E O BANCO ITAÚ S/A PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, o BANCO ITAÚ S.A, inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itausa, Parque Jabaquara, São Paulo-SP, CEP 04.344-902, Contato em Brasília: Sr. Antônio Afonso de S. Rocha – Gerente Poder Público, Telefone: (61) 3316-4838, Fax: (61) 3316-4859, E-mail: antonio-afonso.rocha@itau.com.br, doravante designada CONVENIADA, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos n.º 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar à CONVENIADA, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Parágrafo único - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto n.º 4.961, de 2004 .

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência da CONVENIADA.

[Handwritten signatures and initials of the parties involved in the agreement, including initials 'M', 'H', 'Re', and 'St' in the bottom right corner.]

Parágrafo único - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pela **CONVENIADA**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o **SENADO FEDERAL** compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito à **CONVENIADA**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência da **CONVENIADA**, especificada na Cláusula Segunda.

Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do **SENADO FEDERAL** por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DA CONVENIADA

Da **CONVENIADA** será cobrada mensalmente a quantia de R\$ 2,00 (dois reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

Parágrafo Primeiro - A **CONVENIADA** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo Segundo - A **CONVENIADA** se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá à **CONVENIADA** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

Parágrafo único – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher à **CONVENIADA**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informada pela **CONVENIADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, à **CONVENIADA**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo único – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pela **CONVENIADA** das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará a **CONVENIADA** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

Parágrafo único - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

Parágrafo único - Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

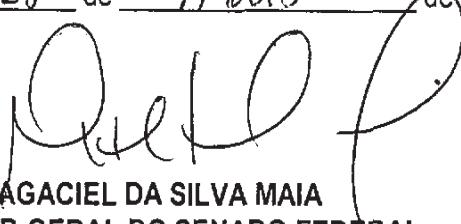
O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 18 de maio de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

~~ARNALDO PEREIRA PINTO
CPF: 388.243.968-87
RG: 4.677.825-1 SSP/SP
BANCO ITAÚ S/A~~


RICARDO TERENZI NEUENSCHWANDER
CPF: 277.722.416-15
RG: 1.073.687 SSP/MG
BANCO ITAÚ S/A


Diretor da SADCON


Ricardo Terenzi Neuenschwander
Diretor da SSPLAC

ANEXO II

ATO DA COMISSÃO DIRETORA N° 15, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005
(Obrigações exigidas pelo § 3º do art. 1º)

Valor da Operação: R\$ _____

Prazo da Operação: _____ Meses.

IOF: Alíquota: _____; Base de Cálculo: R\$ _____; Valor do IOF: R\$ _____

TAC: Valor: R\$ _____, () Financiada ou () Descontada no ato do crédito.

Valor total financiado: R\$ _____

Data de crédito do empréstimo: _____ / _____ /2005

Data de vencimento da 1ª. Prestação: _____ / _____ /2005

Número da Prestação	Valor da Prestação R\$	Valor Amortizado R\$	Valor Juros Cobrados R\$	Saldo Devedor R\$
1 ^a				
2 ^a				
3 ^a				
4 ^a				
5 ^a				
6 ^a				
7 ^a				
8 ^a				
9 ^a				
10 ^a				
11 ^a				
12 ^a				
13 ^a				
14 ^a				
15 ^a				
16 ^a				
17 ^a				
18 ^a				
19 ^a				
20 ^a				
21 ^a				
22 ^a				
23 ^a				
24 ^a				
25 ^a				
26 ^a				
27 ^a				
28 ^a				
29 ^a				
30 ^a				
31 ^a				
32 ^a				
33 ^a				
34 ^a				
35 ^a				
36 ^a				
37 ^a				
38 ^a				
39 ^a				
40 ^a				
41 ^a				
42 ^a				
43 ^a				
44 ^a				
45 ^a				
46 ^a				
47 ^a				
48 ^a				

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 118 ,DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o artigo 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,
RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, nos termos da Lei nº 8.112/90, a instauração de sindicância destinada a apurar os fatos constantes do Processo PD - 1259/04-0.

Art. 2º Designar, nos termos do mesmo diploma legal, os servidores Clezio Borges Rabelo, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 104222, (Prodasen), Marcos Feitosa Rocha, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 102663 (Prodasen), Fernando Antônio Antunes Reis, Técnico Legislativo, matrícula 43063 (SEEP), Cleber de Azevedo Silva, Técnico Legislativo, matrícula 41420 (SENADO), para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão incumbida de conduzir a referida sindicância.

Art. 3º Fixar o prazo de trinta dias para a conclusão da sindicância.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 120 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão Especial com a finalidade de assessorar e coordenar o processo de apreciação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2007 na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e no Congresso Nacional.

Art. 2º - Designar para compor a Comissão na qualidade de Presidente, a servidora ANA CLAUDIA CASTRO SILVA BORGES, matrícula 54840, e como membros, os servidores MAURÍCIO FERREIRA DE MACEDO, matrícula 56045, RENATO JORGE BROWN RIBEIRO, matrícula 55855, e FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA, matrícula 54802.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 22 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 892 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 9, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 006388/06-0,

RESOLVE dispensar o servidor CARLOS HENRIQUE MATOS CLAUDIO, matrícula 46246, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do Gabinete da Liderança do PMDB, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Liderança da Maioria, a partir de 27 de abril de 2006.

Senado Federal, 19 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 893 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

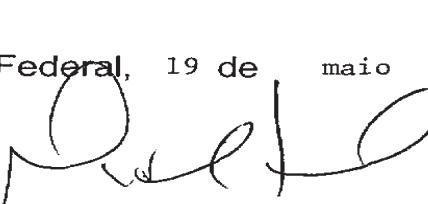
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CLAYTON FERREIRA LYRA, matrícula nº 54577, e JOÃO CARLOS BARIZON, matrícula nº 54516, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 001641/06-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de maio

de 2006.

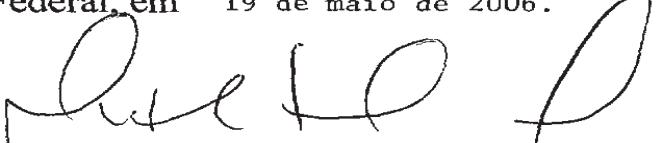

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 894, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº **006005/06-3**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 778, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal nº 3470, de 02/05/2006, que nomeou **LUCIANA MARIA SILVA MACEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 19 de maio de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA

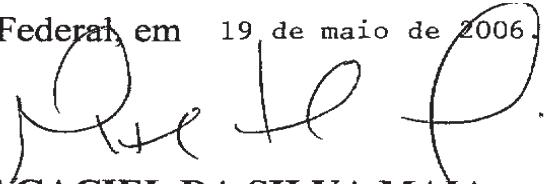
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 895 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **007542/06-2**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **SILVANIA GOMES TEMOTEO**, matrícula n.º 196578, de Assistente Parlamentar, AP-02, para o de Assistente Parlamentar, AP-01, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 19 de maio de 2006.



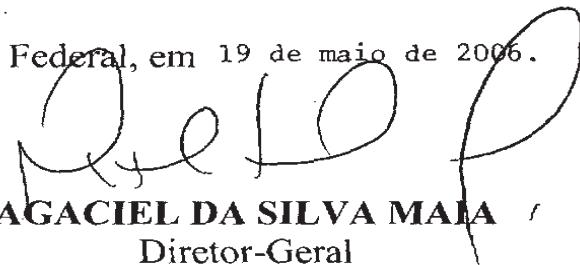
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 896 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006818/06-4**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **AFRA PATRÍCIA CORREIA DE OLIVEIRA LIMA**, matrícula n.º 170590, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador João Tenório.

Senado Federal, em 19 de maio de 2006.



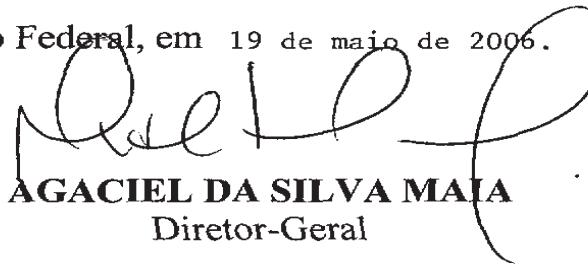
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 897 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007445/06-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUCIANO ANDRÉ DA SILVA RAMOS**, matrícula n.º 164747, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete do Senador Tião Viana, a partir de 17 de maio de 2006.

Senado Federal, em 19 de maio de 2006.



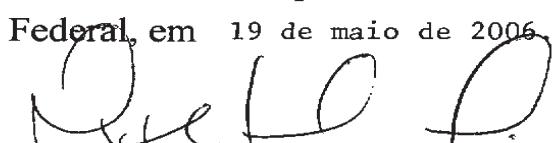
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 898 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.645/06-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EVERLAINE SOBRAL LIMA**, matrícula n.º 178140, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Almeida Lima, a partir de 31 de maio de 2006.

Senado Federal, em 19 de maio de 2006



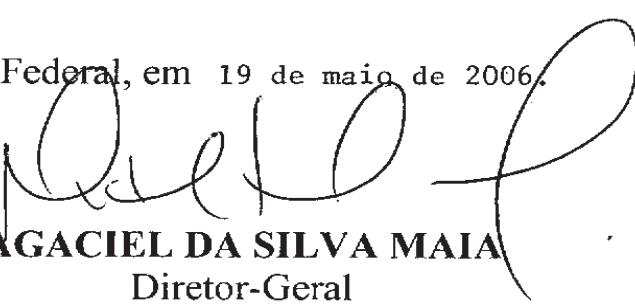
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 899 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007444/06-0**,

R E S O L V E declarar vago, a partir de 11 de maio de 2006, o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Liderança do PT, ocupado por **ANA MARIA GONDIM JACOB**, matrícula nº 178114, em virtude do disposto no art. 33, inciso IX, da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 19 de maio de 2006.

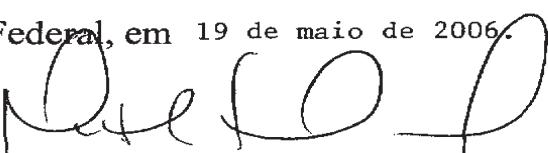

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 900 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007444/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIANA GONDIM JACOB** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PT.

Senado Federal, em 19 de maio de 2006.



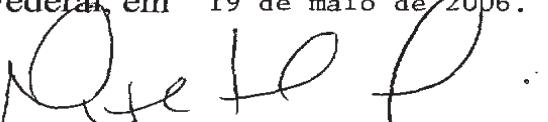
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 901 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007487/06-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANA DA SILVA PINHO OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Azeredo.

Senado Federal, em 19 de maio de 2006.



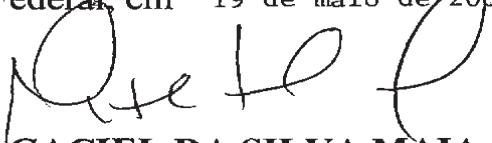
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 902 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.645/06-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ELAINE CRISTINA SANTOS CARVALHO**, matrícula n.º 189630, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Almeida Lima, a partir de 31 de maio de 2006.

Senado Federal, em 19 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 903 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.645/06-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DAVIANE MARIA CAMPOS VERGNE**, matrícula n.º 189604, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Almeida Lima, a partir de 31 de maio de 2006.

Senado Federal, em 19 de maio de 2006.



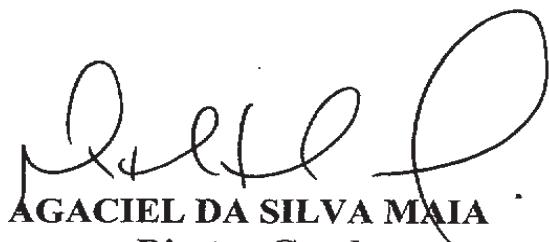
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 905 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007175/06-0,

RESOLVE dispensar a servidora ALDENIRA MARIA PIEDADE DE FARIA, matrícula 26650, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Senadora Íris de Araujo, com efeitos financeiros a partir de 11 de maio de 2006,

Senado Federal, 22 de Maio de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 906 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007441/06-1,

RESOLVE dispensar a servidora VÂNIA REGINA GOMES DA SILVA, matrícula 38171, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Antônio Carlos Magalhães, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 17 de maio de 2006.

Senado Federal, 22 de Maio de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 907, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007440/06-5,

RESOLVE dispensar o servidor LUIZ ANTÔNIO PERACIO MONTEIRO, matrícula 27136, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Antônio Carlos Magalhães, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Quarta Secretaria, a partir de 17 de maio de 2006.

Senado Federal, 22 de Maio de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 908, DE 2006

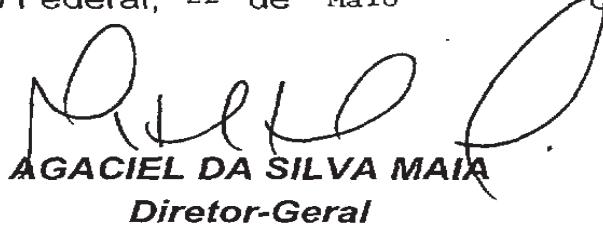
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SIDNEI JOSÉ KRONEMBERGER, matrícula nº 14579, e JOSÉ MARIANO LEAL MOURA, matrícula nº 6984, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 007503/06-7 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de Maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 909 , DE 2006

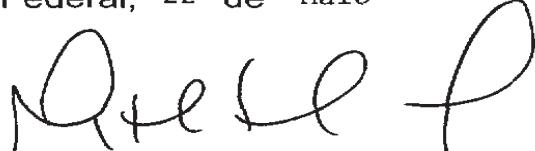
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SIDNEI JOSÉ KRONEMBERGER, matrícula nº 14579, e JOSÉ MARIANO LEAL MOURA, matrícula nº 6984, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 007504/06-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de Maio de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 910 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CARLOS ALBERTO BELESA SOUSA, matrícula nº 0272, e JOSÉ OSWALDO FERMOZELLI CÂMARA, matrícula nº 1047, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 007526/06-7 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de Maio de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Moraes**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**(9 titulares e 9 suplentes)****Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB****Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾ PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL) 3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995	4^a Eleição Geral: 13.03.2003
2^a Eleição Geral: 30.06.1999	5^a Eleição Geral: 23.11.2005
3^a Eleição Geral: 27.06.2001	

Presidente: Senador João Alberto Souza¹
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Slhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003
5ª Designação: 22.03.2005
6ª Designação: 20.04.2005
7ª Designação: 16.05.2005
8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11^a Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCISIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055

**GESTÃO
00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 138 PÁGINAS